



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE**

NORBERTO LOPES

**ARQUITETURA DOS IMIGRANTES ITALIANOS
NO VALE DO ITAJAÍ**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2017**

NORBERTO LOPES

**ARQUITETURA DOS IMIGRANTES ITALIANOS
NO VALE DO ITAJAÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 'Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade' – PGAU-CIDADE, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, linha de pesquisa "Urbanismo, Cultura e História da Cidade".

Orientador: Prof. Dr. Milton Luz da Conceição.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Norberto

Arquitetura dos imigrantes italianos no Vale do Itajaí / Norberto Lopes ; orientador, Milton Luz da Conceição - SC, 2017.

202 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Arquitetura. 2. Estudo e ensino. 3. Vale do Itajaí. 4. Ensino superior. 5. Arquitetura dos imigrantes italianos. I. Conceição, Milton Luz da . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

NORBERTO LOPES

ARQUITETURA DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO VALE DO ITAJAÍ

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria nº 001/PGAU-CIDADE/17, para obtenção do título de ‘Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade’, tendo sido aprovada em 7/3/2017, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE.

Prof. Dr. Arq. Milton Luz da Conceição
(Presidente) Orientador - UFSC / SC

**Prof^a. Dr^a. Margareth de Castro
Afeche Pimenta**
(Membro) UFSC / SC

Prof. Dr. Arq. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira
(Membro) UFSC / SC

Prof^a. Dr^a. Iria Tancon
(Membro externo)

Prof. Dr. Arq. Almir Francisco Reis
Coordenador do PGAU-CIDADE – UFSC / SC

Dedico esta dissertação a todos que tiverem
interesse pelo patrimônio cultural, em
especial aos que admiram e buscam preservar
o patrimônio histórico do Vale do Itajaí.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação PGAU-CIDADE, pelos valiosos ensinamentos transmitidos.

Agradeço aos muitos amigos e colaboradores, em especial à minha família, parceiros e incentivadores incondicionais.

*A paisagem é uma chave para a
compreensão do passado, do presente
e do futuro.*

(Carlos Fernando de Moura Delphim, Arquiteto)

RESUMO

A presente dissertação trata do estudo das edificações de imigrantes do norte da Itália que fixaram-se no Vale do Itajaí, resultantes do processo de colonização no sul do Brasil, ocorrido no fim do século XIX. Apresenta a história de três colônias localizadas em Massaranduba, Rodeio e Botuverá, com análise de um exemplar de arquitetura produzida por imigrantes italianos e/ou seus descendentes em cada uma dessas colônias entre os anos de 1893 e 1927. Busca a caracterização da arquitetura daqueles exemplares, sua relação cultural com elementos de outras etnias, com a geografia, organização dos lotes, estética, materiais empregados e técnicas construtivas. Utiliza como fonte dados de historiadores, IPHAN e pesquisa de campo. O Autor realizou um levantamento arquitetônico resultando em plantas, fachadas, implantação e fotografias atuais e históricas. Tem como objetivo demonstrar a evidente influência da cultura italiana no vale do Itajaí, através da arquitetura. Serve como referencial da cultura daqueles núcleos pesquisados.

Palavras-Chave: Arquitetura. Imigrantes italianos. Colonização de Santa Catarina. Cultura Italiana. Massaranduba. Botuverá. Rodeio.

ABSTRACT

This dissertation deals the study of the immigrants' buildings from the North of Italy that had settled in the Itajaí Valley, resulting from the process of colonization in the South of Brazil, which took place at the end of century XIX. It presents the history of three colonies located in Massaranduba, Rodeio and Botuverá, with an analysis of an architecture built by Italian immigrants and/or their descendants in each of these colonies from 1893 to 1927. It seeks to characterize the architecture of those specimens, its cultural relationship with other ethnicities elements, with the geography, lots organization, aesthetics, materials used and constructive techniques. It uses as a source historians datas, IPHAN and field research. An architectural survey was conducted resulting in plants, frontages, implantation, current and historical photographs. It aims to demonstrate the evident influence of Italian culture in the Itajaí Valley through architecture. It serves as a reference for the culture of those centers researched.

Keywords: Architecture. Italian immigrants. Colonization of Santa Catarina. Italian culture. Massaranduba. Botuverá. Rodeio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Posição Geográfica do Brasil	25
Figura 2 - Estado de Santa Catarina	26
Figura 3 - Mesorregiões do estado de Santa Catarina	27
Figura 4 - Mapa do relevo do estado de Santa Catarina.....	30
Figura 5 - Vegetação de Santa Catarina	33
Figura 6 - Bacias hidrográficas de Santa Catarina	34
Figura 7 - Bacia hidrográfica do Vale do Itajaí.....	35
Figura 8 - Casal de índios guaranis (carijós). O arco e o cesto designam suas funções sociais e evocam a guerra e a abundância.....	37
Figura 9 - Capitânias hereditárias.....	44
Figura 10 - Mapa meridional do Brasil, ano 1780.....	47
Figura 11 - Casa de taipa.....	49
Figura 12 - Casa de taipa.....	49
Figura 13 - Casa provisória	50
Figura 14 - Casa em estilo português açoriano	50
Figura 15 - O litoral de Santa Catarina em 1824, na visão dos ingleses.....	56
Figura 16 - Colônia Blumenau em 1872	63
Figura 17 - Panfleto de propaganda utilizada para promover a emigração na Itália	69
Figura 18 - Itália (fases de unificação).....	71
Figura 19 - Norte da Itália	73
Figura 20 - Plantas de edificações de centros históricos de Trento.....	80
Figura 21 - Variedade de edificações em Val di Fiemme	81
Figura 22 - Esquema tipológico funcional da arquitetura rural trentina.....	81
Figura 23 - Edificações rurais	82
Figura 24 - Mapa do Trentino	83
Figura 25 - Localização de Segundo Braço, Rodeio e Botuverá.....	84
Figura 26 - Mapa de 1924 – Jose Deeke	86
Figura 27 - Primeiro mapa da Colônia “Itajaí” (Brusque) – de 1860....	88
Figura 28 - Igreja Matriz de São Francisco de Assis – Rodeio, SC	91
Figura 29 - Igreja Matriz de São Francisco de Assis atual – Rodeio, SC	92
Figura 30 - Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Jaraguá do Sul	93
Figura 31 - Casa em Rodeio (1903), situada no Bairro Gávea.....	93
Figura 32 - Dois ângulos de casa em Rodeio, SC, construída em 1909.....	94

Figura 33 - Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Warnow Alto.....	94
Figura 34 - Igreja Nossa Senhora das Dores (Dolorata) - Rio dos Cedros.....	95
Figura 35 - Casa da Família Dall’Agnolo – Rio dos Cedros	96
Figura 36 - Casa da Família Lenzi – Pomeranos – Rio dos Cedros.....	96
Figura 37 - Capela de São Jorge – Vigolo Vataro – Nova Trento	97
Figura 38 - Santuário N. Senhora de Lourdes – Vigolo Vataro, Nova Trento	98
Figura 39 - Torre da Igreja Nossa Senhora do Bom Socorro – Nova Trento	99
Figura 40 - Escadaria da Igreja N. Senhora do Bom Socorro – Nova Trento	100
Figura 41 - Capela dos ex-votos e Gruta de Azambuja.....	102
Figura 42 - Interior da Gruta de Azambuja.....	102
Figura 43 - Localização das três colônias	103
Figura 44 - Desníveis da região de Rodeio	105
Figura 45 - Rodeio: lotes distribuídos aos colonos	106
Figura 46 - Casa centenária de madeira – Família Tamanini, Rodeio, SC.....	112
Figura 47 - Imagem aérea de Rodeio	116
Figura 48 - Foto aérea de Rodeio.....	116
Figura 49 - Casa Pasquale Fiamoncini (1927) – Rodeio, SC.....	118
Figura 50 - Teto da sala principal da casa de Pasquale Fiamoncini....	119
Figura 51 - Oitão da cozinha da casa de Pasquale Fiamoncini	120
Figura 52 - Hall de ligação entre casa principal e cozinha.....	121
Figura 53 - Adega da Casa Pasquale Fiamoncini.....	121
Figura 54 - Janela do porão em madeira (original) e laje pré-moldada na varanda.....	122
Figura 55 - Casa de Giosué Fiamoncini (1903) – Rodeio, SC	123
Figura 56 - Casas de Giosué (E) e Pasquale Fiamoncini – Rodeio, SC	123
Figura 57 - Fachada frontal da Casa Pasquale Fiamoncini	124
Figura 58 - Planta baixa da Casa Pasquale Fiamoncini	124
Figura 59 - Planta baixa do porão e da adega	125
Figura 60 - Município Luiz Alves atual.....	127
Figura 61 - Desníveis da Estrada Segundo Braço-Massaranduba até o rio Itajaí	127
Figura 62 - Município de Luiz Alves.....	128
Figura 63 - Residência de pedra - Alto Braço Direito, Massaranduba, SC.....	130

Figura 64 - Paisagem rural Segundo Braço – Massaranduba, SC – Casa antiga, de pedra e tijolo, pintada de verde claro	130
Figura 65 - Família Isidoro Ronchi	131
Figura 66 - Arquitetura rural do Valle Del Biois	135
Figura 67 - Arquitetura rural do Valle Del Biois	135
Figura 68 - Arquitetura rural do Valle Del Biois	135
Figura 69 - Arquitetura rural do Valle Del Biois	136
Figura 70 - Vallada Agordina.....	136
Figura 71 - Vallada Agordina.....	137
Figura 72 - Chiesetta Alpina – Jaraguá do Sul, SC	138
Figura 73 - Igreja de São Simão – Vallada Agordina	138
Figura 74 - Marco na entrada do Segundo Braço – Massaranduba, SC.....	139
Figura 75 - Foto aérea –Segundo Braço do Norte.....	139
Figura 76 - Foto aérea com implantação das edificações.....	140
Figura 77 - Residência da Família Arno Ronchi	141
Figura 78 - Giuseppe Scola (sentado)	142
Figura 79 - Residência de Arcênio Macopi (Rodeio). Detalhe da fundação da edificação e muro aos fundos.....	142
Figura 80 - Recordando através de fotos – Massaranduba, SC.....	143
Figura 81 - Isidoro Ronchi, esposa e filhos. Sr. Arno em pé, lado do pai.....	144
Figura 82 - Sr. Isidoro Ronchi manuseando folhas de fumo	145
Figura 83 - Casa Ronchi – Segundo Braço, Massaranduba	146
Figura 84 - Detalhe do modelo de esquadria (s/d)	147
Figura 85 - Detalhe do modelo de esquadria (s/d)	147
Figura 86 - Residência da Família Arno Ronchi – Escada original	147
Figura 87 - Interior da sala e porta do quarto do casal, no pavimento térreo.....	148
Figura 88 - Interior da sala no pavimento superior	148
Figura 89 - Implantação das edificações na propriedade de Arno Ronchi.....	149
Figura 90 - Planta baixa do pavimento térreo (sem escala).....	150
Figura 91 - Planta baixa do pavimento superior (sem escala).....	150
Figura 92 - Corte transversal (sem escala)	151
Figura 93 - Desníveis do vale do Itajaí Mirim	152
Figura 94 - Localização de Botuverá	153
Figura 95 - Cidade de Botuverá	154
Figura 96 - Antiga Colônia Itajahy – Brusque (1860).....	156
Figura 97 - Antiga Colônia Porto Franco – Botuverá (1860).....	157
Figura 98 - Igreja Matriz de Botuverá com a Casa Cestari à direita ...	159

Figura 99 - Localização das propriedades urbana e rural da Família Cestari	160
Figura 100 - Casa Cestari (1926) – Botuverá, SC.....	161
Figura 101 - Antes da reforma e ampliação	162
Figura 102 - Enchente de 1984	162
Figura 103 - Casa Cestari (2012)	163
Figura 104 - Casa Cestari (2012)	163
Figura 105 - Casa Cestari.....	164
Figura 106 - Fachada frontal (sem escala)	165
Figura 107 - Planta baixa (sem escala)	166
Figura 108 - Implantação em lote urbano de propriedade de Adair Cestari.....	167
Figura 109 - Foto aérea propriedade urbana de Adair Cestari	168

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1	APROXIMAÇÃO	25
1.1	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS GEOGRÁFICAS	25
1.1.1	Posição Geográfica do Brasil	25
1.1.2	Posição Geográfica do Estado de Santa Catarina	26
1.1.3	Classificação Regional Interna	27
1.1.4	Clima	27
1.1.5	Relevo	28
1.1.6	O subsolo e o solo catarinense	31
1.1.7	A vegetação do espaço catarinense	32
1.1.8	Bacias hidrográficas de Santa Catarina	34
1.1.8.1	Bacia hidrográfica do Vale do Itajaí	35
1.2	FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	35
1.2.1	Os carijós	36
1.2.2	Do carijó aos xoklengs e kaingans	38
1.2.3	A chegada do europeu a Santa Catarina	41
1.2.4	Outros navegadores	43
1.2.5	A vinda dos portugueses	45
1.2.6	O modo como os nativos construía[m] suas casas	47
1.3	COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA NO PERÍODO REGENCIAL	51
2	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	53
2.1	LITORAL CATARINENSE: ARREDORES DO RIO ITAJAÍ	53
2.2	ITAJAÍ E COLÔNIAS DO RIO ITAJAÍ	57
2.2.1	A colonização de Blumenau	59
2.2.2	A divisão dos lotes coloniais	62
3	O LEGADO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO VALE DO ITAJAÍ E REGIÃO	67
3.1	INTRODUÇÃO	67
3.2	POR QUE IMIGRAR PARA O BRASIL?	69
3.3	ELEMENTOS DA PAISAGEM E ARQUITETURA TRENTINA	77
3.4	O VALE DO RIO ITAJAÍ	83
3.4.1	Colônia Blumenau	84
3.4.2	Colônia Brusque	87
3.4.3	Nova Trento	88

3.4.4	Colônia Luiz Alves	89
3.5	ARQUITETURA RELIGIOSA E RESIDENCIAL A PARTIR DE EXEMPLARES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO VALE DO ITAJAÍ	89
3.5.1	Levantamento de três exemplares da arquitetura	103
3.5.1.1	Rodeio	104
3.5.1.2	Os primeiros imigrantes moradores de Rodeio	111
3.5.1.3	Criação do município e as primeiras casas.....	112
3.5.1.4	Visita à casa de Pasquale Fiamoncini	117
3.5.1.5	A Colônia Luiz Alves.....	125
3.5.1.5.1	<i>Visita à residência de Arno Ronchi</i>	139
3.5.1.6	Colônia Porto Franco – Botuverá.....	151
3.5.1.6.1	<i>Visita à Casa Cestari</i>	161
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	177
	ANEXOS	185
	ANEXO A - Os Primeiros Moradores de Rodeio	185
	ANEXO B- Memória Fotográfica	195

INTRODUÇÃO

A ideia de preservação do patrimônio histórico, como um bem material, traz consigo a valorização cultural, ou seja, conjuntamente a um imóvel preservado existe a ideia de bens culturais de natureza imaterial, que são práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e lugares (mercados, feiras e santuários que abrigam práticas sociais coletivas).

A escolha do tema “Arquitetura dos imigrantes italianos no Vale do Itajaí” deve-se ao fato de ser bisneto de imigrantes italianos, mas não só por isto. O idioma, a culinária, a música e costumes italianos sempre me atraíram. Tudo isto vem com um cenário que venceu a barreira do tempo: as edificações e lugares nos quais os imigrantes italianos foram protagonistas. É a partir do encantamento e curiosidade diante do que vemos, como edificações e lugares onde grupos étnicos se estabeleceram, onde imigrantes europeus construíram seus sonhos e geraram cidades e lugares, no final do século XIX e início do século XX no vale do rio Itajaí, que nos permitimos buscar respostas às perguntas que nossos pais e avós talvez não tenham tido a oportunidade de responder.

Esta pesquisa pretende mostrar características que tenham influência da cultura italiana na arquitetura praticada pelos imigrantes que se estabeleceram no vale do rio Itajaí. O que vemos na arquitetura são traços do passado com influências da época, da sociedade e do lugar, envolvidos pelas condicionantes ambientais: tudo o que foi construído em determinada época traz influência de fatos ocorridos. Deste modo, para compreendermos melhor o que ocorreu no vale do rio Itajaí no final do século XIX e início do século XX, fazemos uma explanação das características físicas, geográficas e formação socioespacial até a ocorrência dos primeiros contatos dos europeus com a referida região, no primeiro capítulo, ao que chamamos de Aproximação.

No segundo capítulo aprofundamos a ideia de formação socioespacial do litoral catarinense e mais especificamente do Vale do Itajaí, permeando e contextualizando-o na história, quando ocorreram as ocupações na Colônia Blumenau, primeiramente pelo Dr. Hermann Blumenau, a partir de 1850, até a vinda dos primeiros imigrantes italianos, em 1875.

No terceiro e último capítulo tratamos especificamente do legado arquitetônico dos imigrantes italianos no Vale do Itajaí. Elegemos três colônias na região para verificar o surgimento e ocupação dessas

localidades, depois elevadas à categoria de municípios: Luiz Alves, Rodeio e Botuverá. Em cada um dos lugares escolhidos destacamos uma edificação construída por imigrante italiano, fazendo uma análise de seus elementos arquitetônicos.

A partir da questão inicial: “Existe uma arquitetura italiana no Vale do Itajaí?”, buscamos responde-la, ao mesmo tempo em que surgiam outras: “É uma arquitetura italiana?”; “Onde encontramos exemplos de edificações com tais características?”; “Quem foram estes imigrantes italianos e de onde vieram?”; “Por que vieram para o Vale do Itajaí?”; “Como foram traçados os lotes e qual a política de distribuição de terras?”; “Como foram ocupadas essas terras no Vale do Itajaí e qual modelo seguiram?”; “Quais influências tiveram os imigrantes italianos ao construir suas casas no Vale do Itajaí?” e “Por que é dado mais peso cultural aos imigrantes alemães no Vale do Itajaí?”. Sabedores que parte da arquitetura no Vale do Itajaí não é italiana e sim produzida por imigrantes italianos, procuramos responder àquelas questões fazendo uma abordagem qualitativa, com pesquisa exploratória e bibliográfica, inicialmente buscamos autores como Alexander Maar, Boris Fausto, Darcy Ribeiro, Guidi, Sachet e outros. Especificamente a respeito da história de Santa Catarina e Vale do Itajaí, tomamos como base Claudia Siebert, Ivo Marcos Theis, João Carlos Mosimann, Peluso Jr., Silvio Coelho dos Santos, Walter Piazza e outros. Para responder às questões específicas da imigração no Vale do Itajaí, existem autores que concentram suas pesquisas em determinadas colônias, como é o caso de Luiz Alves, a partir de Antônio Francisco Bohn; Rodeio, a partir de Iracema Maria Moser Cani e Botuverá, com Marlus Niebuhr. Mas também foram de grande importância a contribuição de Aléssio Berri, Mário Bonatti e Renzo Maria Grosselli. Para estabelecermos um paralelo, embora breve, os autores italianos foram importantes, principalmente Alberto Cecchetto, arquiteto e pesquisador trentino, assim como os sites oficiais em língua italiana, de domínio público.

Foram de grande valia – e acreditamos ter chegado ao ponto almejado inicialmente – as visitas a localidades de interesse histórico e arquitetônico no Vale do Itajaí, realizando pesquisa exploratória em campo, quais sejam: Segundo Braço do Norte (antiga Colônia Luiz Alves), Rodeio e Botuverá; conversar com descendentes de imigrantes italianos em entrevistas informais, conhecer suas histórias e suas residências, pesquisar arquivos fotográficos, fotografar e efetuar levantamento arquitetônico.

Não exaurimos o assunto, mas os dados colhidos atestam a influência daqueles imigrantes vindos do norte da Itália no modo de ser,

de sentir e de construir suas casas. O território que foi tido como ‘terra sem dono’ hoje viceja, fruto de muito trabalho e dedicação de europeus abasileirados.

1.1.2 Posição Geográfica do Estado de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina tem 95.442,9 km² de área territorial (16,57% da Região Sul e 1,12% do Brasil). Encontra-se na macrorregião sul do Brasil, em conjunto com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Latitude: 25° 57' 36" S – 29° 21' 48" S

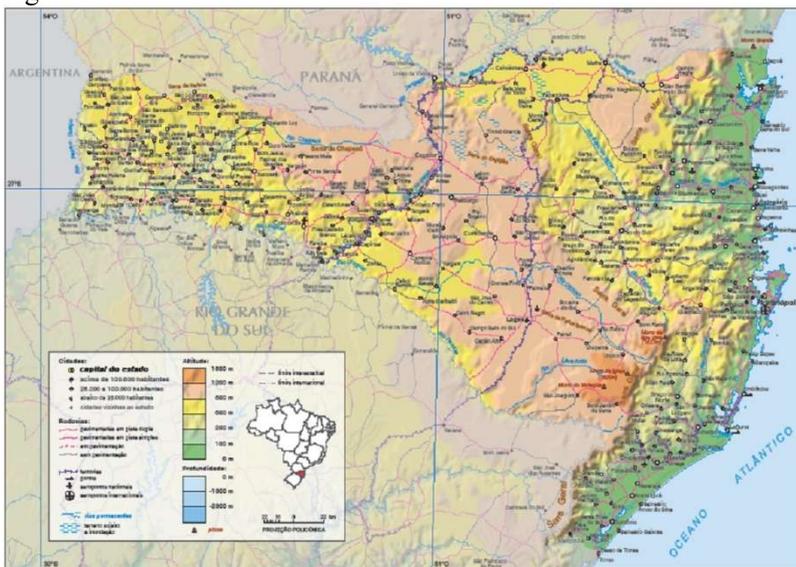
Longitude: 48° 22' 55" W – 53° 60' 00" W

As coordenadas geográficas de Santa Catarina determinam latitudes meridionais médias (faixa subtropical da zona temperada meridional) e enquadramento no “horário de Brasília”. Limita-se ao norte com o estado do Paraná (754 km), ao sul com o estado do Rio Grande do Sul (958 km), ao leste com o Oceano Atlântico (561 km - 7% do litoral brasileiro) e a Oeste com a República Argentina (246 km).

Seus pontos extremos: ao norte, curva do Rio Saí-Guaçu; ao sul, nascente do Rio Mampituba; ao leste, Ponta dos Ingleses e a oeste a confluência dos rios Peperi-Guaçu e Uruguai.

O estado de Santa Catarina é composto por 295 municípios (43 criados em setembro de 1991 e março de 1992, instalados a partir de 1º de janeiro de 1997, 2 criados em outubro de 2003). A capital administrativa é localizada em Florianópolis, na ilha de Santa Catarina.

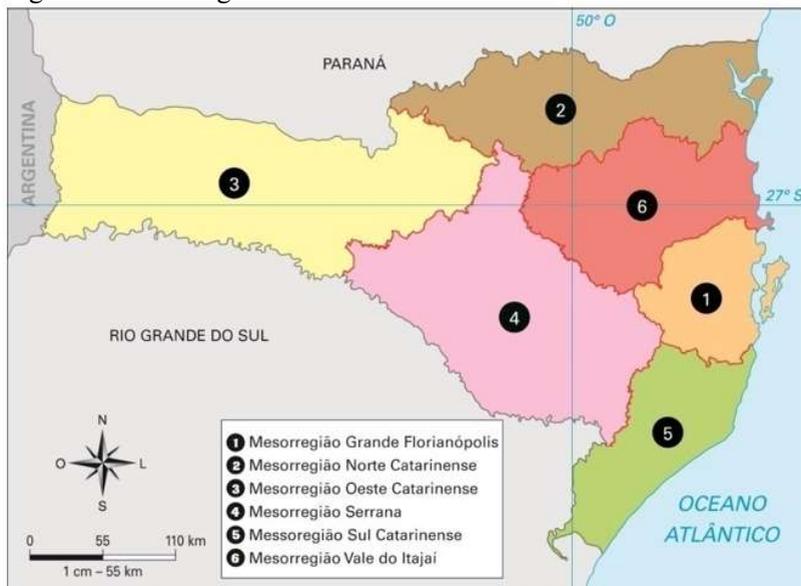
Figura 2 - Estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE.

1.1.3 Classificação Regional Interna

Figura 3 - Mesorregiões do estado de Santa Catarina



Fonte: <<http://santacatarina.art.br/PT/Silveira/santa-catarina/Santa-Catarina-Historia-Geografia-12>>.

Para facilitar o estudo e planejamento, o IBGE dividiu o espaço brasileiro em cinco macrorregiões, tendo as mesmas o fracionamento interno em meso e microrregiões. O estado de Santa Catarina, integrante do Complexo Regional Centro-Sul, enquadra-se na macrorregião sul. O espaço catarinense está fracionado em seis mesorregiões, conforme figura acima. Da divisão das mesorregiões têm-se as 20 microrregiões catarinenses.

1.1.4 Clima

Santa Catarina possui clima subtropical. Esse tipo climático ocorre em virtude da latitude, entre os paralelos 25° e 29° S, numa área de transição entre a zona tropical e temperada. As principais características do tipo climático subtropical são:

- mesotérmico;
- distribuição regular das chuvas;

- grande amplitude térmica;
- forte ação das massas Polar atlântica (m.P.a.) e Tropical atlântica (m.T.a.);
- ocorrência das quatro estações do ano.

Além da latitude, outros fatores contribuem para a composição da dinâmica climática:

- **Altitude:** responsável pela redução das médias térmicas no planalto e região serrana.
- **Continentalidade:** atua no centro-oeste do estado, onde a posição interiorana determina maiores amplitudes térmicas.
- **Disposição do relevo:** embora o relevo catarinense não ofereça grande resistência à circulação das massas de ar, junto ao litoral ocorrem chuvas orográficas (ou de relevo).
- **Maritimidade:** ameniza e regula as temperaturas junto ao litoral, determinando também incrementos na umidade. Santa Catarina é afetada por duas correntes marítimas: a do Brasil (quente), que atua o ano todo amenizando as temperaturas, e a das Malvinas (fria), com atuação ocasional, que diminui as temperaturas junto ao litoral sul.
- **Massas de ar:** atuam sobre o estado de maneira efetiva as massas de ar Tropical atlântica (m.T.a.), quente e Polar atlântica (m.P.a.), fria. A dinâmica atmosférica promovida pela m.T.a. e pela m.P.a. é observada o ano inteiro. Contudo, a m.T.a. destaca-se na primavera e no verão; já a m.P.a. atua nos períodos de outono e inverno. O encontro dessas massas origina a FPA (frente polar atlântica), resultando na ocorrência de chuvas (ciclônicas ou frontais) com a passagem dessa frente em direção ao norte, grande instabilidade no tempo, ventos e queda na temperatura. Após a passagem da FPA, o tempo torna-se estável, com temperaturas mais baixas. De modo esporádico e com baixo nível de influência, a massa Polar pacífica e a massa Tropical continental ainda atuam sobre a região.

1.1.5 Relevo

Santa Catarina apresenta um relevo bastante acidentado, com formações de depressão, planaltos, planícies e serras. As terras baixas (a depressão e as planícies) situam-se na porção oriental, em vales fluviais e na região costeira. O conjunto das terras altas compreende o divisor de

águas e a parte interiorana do estado. A geologia catarinense oscila de rochas vulcânicas a sedimentares.¹

Devido às suas características estruturais, o relevo de Santa Catarina apresenta aspectos geológicos e geomórficos bastante diversificados e complexos. A formação geológica de Santa Catarina é de diferentes tipos de rochas. Sua paisagem passou por diversos estágios de evolução e a idade dos terrenos originou uma variação de rochas predominantes. É possível constatar essas transformações geológicas nas paisagens com uma análise do terreno. Partindo do litoral em direção ao interior afloram, na região de nosso interesse:

Na primeira faixa, uma área sedimentar descontínua, do quaternário, que desenha praias e mangues do atlântico catarinense (cobertura sedimentar quaternária: são depósitos recentes, fracamente consolidados, de areia, siltes, cascalhos, argilas e seixos encontrados no litoral. A ação conjunta do tectonismo e da variação do nível do mar é responsável pela configuração da paisagem natural. Em seu conjunto, esses terrenos Cenozóicos estão configurados em terraços, capôs de dunas, cordões de areias litorâneos e mangues, e correspondem a, aproximadamente, 2% da área do estado); na segunda faixa, a formação de rochas magmáticas e metamórficas, do Pré-Cambriano, formando a região da Serra do Mar e as serras do leste do estado (na área de formação Pré-Cambriana está o conjunto das rochas mais antigas do estado, com até 2,5 bilhões de anos. Esse embasamento cristalino é formado por diferentes tipos de litologias (granulitos, gnisses e migmatitos, xistos, filitos e granitos) e intensos processos de diastrofismo); da área serrana em direção ao oeste, uma terceira faixa, de rochas sedimentares. Fonte: MAAR, Alexander, André Peron, Fernando Del Prá Netto. Santa Catarina: história, espaço geográfico e meio ambiente. Editora Insular, 2ª ed. Florianópolis, 2011.

¹ Fonte: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RFomHkBdDxIJ:https://geovest.files.wordpress.com/2012/09/santa-catarina1.pdf+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em 8 mai. 2015

26 km, no Vale do Itajaí 85 km e 500 metros nas proximidades de Florianópolis.

Em Santa Catarina, os planaltos e as serras do leste se estendem desde o Paraná, na direção norte-sul, até as proximidades de Laguna. Estão dispostos obliquamente à linha da costa e suas ramificações alcançam o litoral em forma de pontas, penínsulas e ilhas.

A Serra do Mar, no extremo norte de Santa Catarina, apresenta-se como uma serra propriamente dita, com vertentes voltadas para o leste e para oeste. A face leste é a de maior declividade. A grande amplitude altimétrica deve-se à profundidade e sequência dos vales em 'V'. Nessa unidade de relevo registram-se, depois da Serra Geral, as segundas maiores altitudes do estado.

No extremo oeste catarinense, a unidade termina na Planície do Rio Uruguay. Essa unidade se estende da encosta litorânea até a fronteira com a Argentina. Nessa área do estado, os patamares (terrenos de diferentes altitudes) se manifestam de forma intermediária ou de degrau entre áreas mais elevadas e as mais rebaixadas do relevo. Destacam-se os patamares do Alto Rio Itajaí, situados entre o Planalto Ocidental e a Serra Leste Catarinense; os patamares de Mafra, encontrados mais ao norte e os patamares da Serra Geral, ao sul, entre a Serra Geral e a Planície Costeira.

Para finalizar a caracterização do relevo, vale lembrar a Depressão da Zona Carbonífera, no sul do estado, entre as Serras Litonêneas (leste) e a Serra Geral. É nessa unidade do relevo, de terreno sedimentar, que se localizam importantes jazidas do carvão mineral.

1.1.6 O subsolo e o solo catarinense

Os levantamentos do subsolo catarinense são bastante completos, revelando-o como um dos mais ricos do país. As reservas são economicamente viáveis e a atividade extrativa mineral está em produção.

Santa Catarina possui e explora as seguintes riquezas em seu território:

- ARGILA. A terceira maior reserva de argila cerâmica do país;
- CARVÃO MINERAL. A maior reserva para siderurgia do Brasil;
- FOSFATADOS NATURAIS. A segunda maior reserva nacional;
- QUARTZO. A segunda maior reserva do país;
- FLUORITA. A maior reserva do território brasileiro.

O uso potencial das terras do estado é de 6.878.000 ha, dos quais são utilizados 4.669.000 ha em lavouras, pastagens e reflorestamento.

Os diferentes tipos de solos proporcionam diferentes tipos de substratos e, por este motivo, a cobertura vegetal de uma área modifica-se de acordo com as características do terreno. As plantas conferem proteção ao solo reduzindo o impacto das chuvas, diminuindo a velocidade da água através da copa das árvores e das raízes. Mesmo as folhas caídas contribuem para diminuir a ação da água no solo, agindo como cobertura. Assim, a remoção de cobertura vegetal de forma não planejada é um dos principais fatores que podem desencadear a erosão. Muitas vezes, a quebra desse equilíbrio natural entre o solo e o ambiente (remoção da vegetação, desvio de cursos hídricos, etc.), promovida e acelerada pelo homem, expõe o solo a formas menos perceptíveis de erosão, que facilitam a remoção da camada superficial, deixando o subsolo (geralmente de menor resistência) sujeito à intensa remoção de partículas, o que culmina com o surgimento de voçorocas².

De modo geral, os solos do estado catarinense se caracterizam por apresentar uma série de problemas que dificultam o seu aproveitamento agrícola. Acidez, declividade do terreno e falta de nutrientes essenciais são alguns dos aspectos que caracterizam os tipos de solo. Aproximadamente 60% dos solos são classificados como de baixa fertilidade natural, necessitando de correção para uma produção agrícola satisfatória. Mesmo assim a agricultura de Santa Catarina exhibe alguns dos melhores índices de produtividade do país quando o clima colabora. Os solos de fertilidade natural elevada ocupam apenas uma área de 21% da superfície do estado, podendo ser utilizados, praticamente, para qualquer tipo de cultivo, inclusive anuais. Esses solos localizam-se principalmente na Bacia do Uruguay, mas são limitados pela acentuada declividade do seu relevo.

1.1.7 A vegetação do espaço catarinense

Depois de tantos desmatamentos as florestas recuaram e deram lugar à agricultura, às pastagens e às cidades. Mesmo assim, o estado possui a maior cobertura vegetal nativa do sul do Brasil. Segundo o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina,

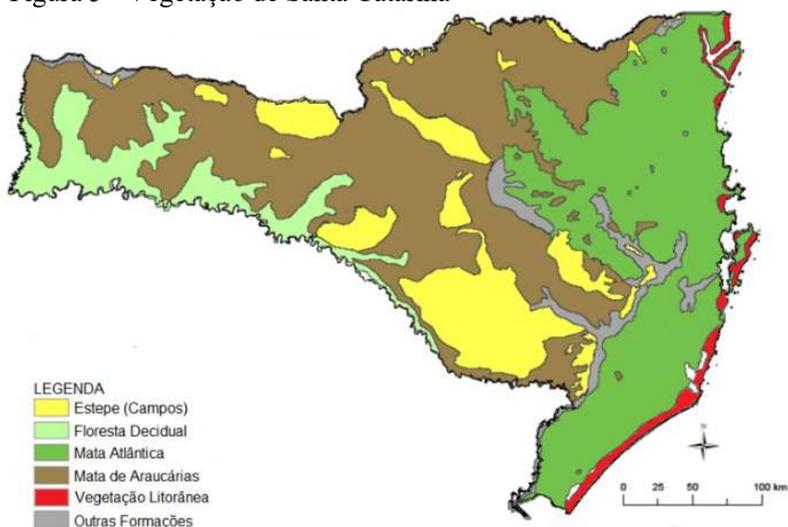
A histórica destruição dos recursos florestais da Mata Atlântica foi causada principalmente pela destruição dos ambientes para a expansão agrícola

² Fenômeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão causados pela água da chuva e intempéries em solos onde a vegetação não protege mais o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas.

e pecuária e pela intensiva exploração das espécies madeireiras. As unidades de conservação (parques e reservas estaduais, municipais e particulares) cobrem apenas 2% do território catarinense. Os remanescentes florestais estão majoritariamente em propriedades privadas, tanto em grandes como em pequenas propriedades, necessitando os referidos proprietários de bases técnicas e científicas, precisas e confiáveis, de como usar sustentavelmente e conservar os respectivos remanescentes florestais. Fonte: <http://www.iff.sc.gov.br/>. Acessado em 13 mai. 2016.

Ainda de acordo com o IFF/SC, publicado em 2011, há 36% de cobertura florestal e 2,3 mil espécies de plantas. Graças à localização geográfica, ao tipo de clima, ao relevo e aos diferentes tipos de solo que apresenta, o estado possui remanescentes de uma diversidade de formações vegetais nativas. Contudo, 95% desse remanescente é de mata secundária e apenas 5% de cobertura vegetal é original. O inventário, realizado pela parceria FURB / UFSC / Epagri, ainda aponta que existe somente um terço da biomassa nativa de 7.000 espécies.

Figura 5 - Vegetação de Santa Catarina



Fonte: <<http://www.geoensino.net/2012/08/vegetacao-de-santa-atarina.html>>.

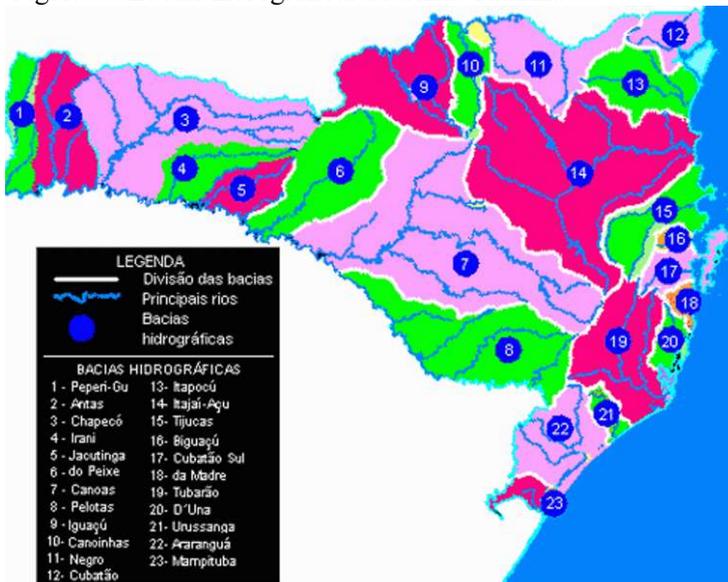
A vegetação nativa do território pode ser dividida em cinco tipos: vegetação litorânea, floresta atlântica, campos, mata subtropical e mata araucária, conforme mapa acima.

Damos destaque à mata atlântica, que ocupa as planícies próximas ao litoral e é bastante influenciada pela umidade vinda do oceano Atlântico. Em função disso é uma floresta com árvores grandes, de mata fechada e de difícil locomoção em seu interior.

1.1.8 Bacias hidrográficas de Santa Catarina

A região do sistema Atlântico Sul consiste em um conjunto de várias bacias autônomas que vertem diretamente para o litoral, fazendo as Bacias do Sudeste. Ao todo são consideradas 10 regiões hidrográficas. Essa rede hidrográfica do estado é constituída por dois sistemas independentes de drenagem. Os divisores de águas são a Serra do Mar e a Serra Geral.

Figura 6 - Bacias hidrográficas de Santa Catarina



Fonte: <<http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/bacias-hidrograficas#0>>.

O sistema da vertente do Atlântico, onde se localiza nossa área de interesse, é formado por um conjunto de 12 bacias isoladas que fluem para leste, onde se destacam os rios Araranguá, Biguaçu, Cubatão do Norte,

não é diferente. O estado esteve ligado aos interesses econômicos e atividades de outros centros do Brasil colonial: ao norte, São Paulo; ao sul, Sacramento e, mais tarde, Sete Povos das Missões. Sendo assim, para entender a história catarinense é necessário que se compreenda o que acontecia nesses outros polos. São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná sempre tiveram mais força perante a política nacional e, com isso, é comum se pensar que Santa Catarina carece de uma identidade histórico-política própria, figurando mais como coadjuvante nos grandes eventos paulistas, gaúchos e portenhos. Mas nos parece um equívoco pensar assim, e nem poderíamos: afinal, a história regional ou local é tão importante e merecedora de ter sua memória preservada como a história dos grandes centros.

1.2.1 Os carijós

Quando os primeiros europeus chegaram ao litoral de Santa Catarina, quem ali habitava era o povo carijó (tupi-guarani do litoral), segundo MAAR, p. 73. No entanto os carijós não estiveram ali desde sempre, e mesmo eles não sabiam quem tinham sido seus antecessores. Assim como ocorre com os povos da Europa, os povos indígenas também faziam guerras, exterminavam tribos e se misturavam com outras. Enfim, o indígena que viu as naus de Cabral também não era o pioneiro nessas terras. Mas quem era, então? A resposta a isso vem da Arqueologia. Não podemos desconsiderar a história anterior à vinda dos europeus para a América, pois existe a “história das populações indígenas que há milhares de anos habitavam esses territórios” (MAAR, p. 74). É bem provável que tenha havido perplexidade, curiosidade e admiração tanto por parte dos europeus quanto por parte dos nativos, por ocasião do primeiro encontro.

Vejamos o que escreveu Cristóvão Colombo em seu diário de bordo, quando chegou à América Central:

Figura 8 - Casal de índios guaranis (carijós). O arco e o cesto designam suas funções sociais e evocam a guerra e a abundância



Fonte: Gravura extraído da crônica de Ulrich Schmidl, 1599.

<<http://oridesmjrblogspot.com.br/2013/01/o-masculino-e-o-feminino-nas-sociedades.html>>

[...] Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora tenha visto somente uma robusta rapariga. E todos os que vi era jovens, nenhum com mais de trinta anos de idade: muito bem feitos, de corpos muito bonitos e cara muito boa; os cabelos grossos quase como o pelo do rabo dos cavalos, e curtos; caem por cima das sobrancelhas, menos uns fios na nuca que mantêm longos, sem nunca cortar. Eles se pintam de preto, e são da cor dos canários, nem negros nem brancos, e se pintam de branco, e de encarnado, e do que bem entendem, e pintam a cara, o corpo todo, e alguns somente os olhos e o nariz. Não andam com armas, que nem conhecem, pois lhes mostrei espadas, que pegaram pelo fio e se

cortaram por ignorância. Não têm nenhum ferro: as suas lanças são varas sem ferro, sendo que algumas têm no cabo um dente de peixe e outras uma variedade de coisas (MAAR, et al. 2011, p.74).

Sabe-se que a maioria dos nativos vivia em tribos, ou seja, uma estrutura social menos complexa, na qual o trabalho se encontra dividido por gênero, mas os bens são compartilhados, não havendo assim a noção de propriedade privada ou classes sociais. A agricultura, a caça e a pecuária visavam abastecer o grupo com o necessário, não existindo comércio ou produção de excedente. Era uma economia que buscava a autossuficiência, não o lucro. Ainda segundo MAAR, os grupos indígenas atingiam diferentes grau de desenvolvimento, uns muito rudimentares, como os ianomâmis ou xavantes (que ainda são nômades – caçadores e coletores), e outros mais avançados, como os tupi-guaranis sedentários e agricultores, mas nenhum grupo construiu uma civilização ou possuía escrita.

1.2.2 Do carijó aos xoklengs e kaingans

À época da chegada dos portugueses, o Brasil possuía uma população indígena calculada em 4 a 6 milhões de indivíduos. Essa população era dividida em diferentes povos, que tinha uma larga experiência em relação à natureza. A presença desses contingentes no litoral sul do Brasil remonta a cerca de cinco mil anos. Na região dos rios Paraná e Uruguay, essa ocupação era mais antiga, chegando a oito mil anos. O litoral era domínio dos tupi-guaranis. No interior, outros grupos tinham seus territórios tradicionais.

No litoral catarinense viviam em pequenos agrupamentos próximos das praias, em choças de pau a pique cobertas de palha ou “*com casca de árvores, por causa do frio que há naquelas partes*”, com a aldeia cercada com uma paliçada. Localizavam-se em sítios que reunissem o que o padre João Alfredo Rohr (1908-1984) chamava de condições ecológicas propícias: locais amenos com abundância de água doce e ricos em pescados e moluscos. Eram mestres na arte da caça e pesca que os alimentava e, para tanto, fabricavam todo o arsenal necessário, desde as armadilhas de caça e pesca até as suas igaras, canoas escavadas em tronco de garapuvu. Cultivavam milho, feijão, melancia e abóbora. E a mandioca, da qual faziam farinha, pirão, biscoito [beiju] e cauim (feito através da fermentação da mandioca ou do milho, às vezes misturados com suco de fruta).

O terreno arenoso e o cultivo de plantas de fácil manejo tornavam a prática agrícola muito mais simplificada do que a dos habitantes da floresta, cuja derrubada e preparo do terreno exigiriam instrumentos mais pesados e complexos. O carijó extraía o mel e a cera de abelha e plantava o algodão, que fiava e com o qual tecia suas tangas e redes. Criava galinhas e patos que negociava em grande quantidade com os espanhóis. Alvar Núñez Cabeza de Vaca testemunhou a mesma atividade entre os guaranis do Paraguai, relatada em seu “Comentários”:

Criam-se, mais ao longo destes rios e nas lagoas, muitos adens (palmípedes da família dos antídeos – patos, gansos e marrecos), a que o gentio chama upeca; tomam os índios estes adens, quando são novos e criam-nos em casa, onde se fazem muito domésticos, de acordo com a preciosa observação de Gabriel Soares em seu Tratado descritivo do Brasil de 1587 (MOSIMANN, 2010, p. 18).

Maar et al (2011 p. 78) descreve os povos que aqui viviam classificando-os como caçadores e coletores há 8.000 anos. Os Umbu (ocupavam regiões a céu aberto) e Humaitá (ocupavam as matas), da margem dos rios Uruguay e Paraná, que não conheciam a agricultura. Ambos eram compostos por famílias numerosas: praticavam o nomadismo, deixando por suas trilhas vestígios de sua existência, que hoje são preciosos para arqueólogos (artefatos de pedra como machados, flechas e raspadores de madeira). Não se sabe muito sobre esse povo e também não se conhece a causa de seu desaparecimento.

Havia também o homem do Sambaqui, entre 7.000 e 5.000 anos, vindo do litoral do Paraná e também classificado como caçador e coletor: ele vivia no litoral e passou a tirar seu sustento do mar. Comia peixes, moluscos, crustáceos, aves e mesmo animais mais exóticos, como pinguins e lobos-marinhos. Também praticava, com menor frequência, a caça na Mata Atlântica, descendo o litoral até o atual Rio Grande do Sul.

Esses habitantes, que ocupavam a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), são conhecidos a partir dos artefatos arqueológicos, pinturas rupestres e sambaquis. O sambaqui é o resultado de séculos de ‘lixo’ pré-histórico se acumulando no mesmo lugar. Ali eram depositados esqueletos e objetos confeccionados por eles, o que fez com que surgisse uma discutível teoria de que o sambaqui era, na verdade, um cemitério (MAAR et al, 2011, p.78). Também foram encontrados sambaquis em Jaguaruna, na praia de Garopaba, datando de 7.000 anos. Os menores

sambaquis têm cerca de 1.000 anos. Os sambaquis provavelmente não eram usados como moradia.

[...] as casas deviam ser palafitas ou choças rústicas que ficavam nas vizinhanças, ou sobre lagoas ou ao redor dos montes, onde os habitantes tentavam se proteger da umidade e dos mosquitos (MAAR et al, 2011, p. 79).

Também não se sabe ao certo como os sambaquieiros desapareceram. Acredita-se que devem ter entrado em conflito com povos que migraram para cá milênios depois, vindos da rota siberiana ou polinésia, segundo teorias, mais guerreiros e poderosos do que eles. Alguns acreditam que nem todos foram exterminados e que podem ter dado origem a outros grupos (botocudos, por exemplo).

Alexander Maar, em *Santa Catarina: espaço geográfico e meio ambiente*, p. 80 ainda escreve, sobre os povos agricultores, como sendo os da sequência aos sambaquianos, classificados linguisticamente como macro-jê, os Xoklengs e os Kaingangs. O conhecido tupi-guarani, também conhecido como carijó, só veio depois.

Os Xoklengs vieram do Brasil Central e chegaram ao atual território catarinense por volta de 500 d.C., ocupando a região do planalto. Depois, pressionados pela chegada dos Kaingangs, foram empurrados para o oeste da Serra Geral. Mais Xoklengs foram para o litoral do estado há cerca de mil anos e o choque com o homem do Sambaqui deve ter provocado sua extinção. Também é possível que Xoklengs e sambaquianos tenham, por algum tempo, coexistido na região. Por fim, em 1300 d.C, com a chegada dos tupi-guaranis, os Xoklengs do litoral tiveram que migrar para o leste da Serra Geral.

Há diversas semelhanças entre Xoklengs e Kaingangs, sobretudo a língua (ambos os grupos se entendem). As diferenças ficam mais na forma de execução dos rituais (de passagem, funerários, etc.) e em aspectos religiosos.

Os Guaranis vieram há cerca de 2.000 anos da Amazônia Meridional para o sul, por motivos religiosos, utilizando o *caminho do peabiru*, provavelmente em busca das chamadas terras virgens (sem mal) e atingiram, mil anos depois, as bacias dos rios Paraná, Uruguay e Jacuí(RS), ocupando o lugar e dando início à proliferação de sua cultura. Em meados de 1300 chegaram ao litoral. Praticavam a caça e a pesca, eram ceramistas, viviam em grandes aldeias e plantavam milho e

mandioca. Era uma das populações indígenas mais numerosas e foram eles que entraram em contato, primeiramente, com o explorador europeu.

1.2.3 A chegada do europeu a Santa Catarina

De acordo com Mosimann, 2010, p. 15, *Binot Paulmier de Gonneville*, o primeiro homem branco a entrar em contato com o carijó em Santa Catarina, em 1504, referia-se à boa vida daqueles silvícolas em seu francês arcaico:

...estants lesdicts indiens gens simples, ne demandant qu'à mener joyeuse vis sans grand travail; vivant de chasse et pesche et de ce que leur donne de soy

(Tradução) ...sendo os ditos índios gente simples, procurando apenas passar a vida alegre sem grande trabalho, vivendo da caça e da pesca e daquilo que a terra lhes dá.

A façanha de Binot Paulmier de Gonneville, comandante do navio francês *Espoir*, chegou à ilha de São Francisco, em Santa Catarina. A expedição de Gonneville havia sido financiada por comerciantes da Normandia e pretendia chegar às terras austrais, com o objetivo de estabelecer uma nova rota de comércio.

Conta Binot Paulmier de Gonneville, ainda segundo Mosimann, 2010, p. 15, que seis caciques visitaram o navio e que um deles, de 60 anos, chamado Arosca, era bondoso pai de família e em paz com os caciques da redondeza, vivendo com os membros da tribo, sem privilégios. Cada cacique tinha normalmente 30 a 40 famílias sob sua influência, numa relação de compadrio na qual sua autoridade era incontestável e suas decisões, ou do conselho da tribo, respeitadas: era uma forma de manter a integridade e segurança do grupo. Agrupavam-se em até 600 guerreiros e faziam incursões preventivas às terras de povos inimigos do interior, provavelmente da nação indígena que seria identificada mais tarde como guaianá, ancestral do Kaingang e do Xokleng, ambos da nação Jê. O tamanho, as instalações e a artilharia do navio *L'Espoir* os assombrou. Ficaram maravilhados com o mísero papel, através do qual o capitão enviava bilhetes à tripulação, que para eles era capaz de falar. As relações com os indígenas foram tão amistosas que o filho de quinze anos de Arosca, chamado Essomericq, foi levado por

Gonneville, juntamente com outro índio chamado Namoa. Migraram, para a alegria de todos e sob a promessa de serem devolvidos em “vinte luas”, o que acabou não acontecendo. Namoa morreu a bordo e Essomericq casou-se com a sobrinha de Gonneville, em 1521, com a qual teve 14 filhos. Faleceu em 1523, com mais de 90 anos, deixando sua descendência com sangue carijó da costa catarinense em plena terra dos gauleses.

Mas há controvérsias quanto à história relatada acima, pois não há comprovação científica para tal, já que não se trata de documento original, mas de cópia autenticada do século 17. As subdivisões do texto e comentários foram feitos por Avezac para melhor compreensão dos relatos, e Santa Catarina era assinalada como uma terra na qual o comandante mantivera contato com seus alegres nativos. A primeira tradução para o português foi feita por Tristão de Araripe e reproduzida na revista do Instituto Histórico e Geográfico, em 1986.

Por sua antiguidade, a viagem de Gonneville é um evento pouco documentado que aguarda outras pesquisas e dá margem a muita especulação, garante a professora Leyla Perrone-Moisés, a mais respeitada estudiosa do assunto no Brasil. A documentação nova encontrada por Pontharouart na Biblioteca Nacional e nos Arquivos das Missões Estrangeiras de Paris constitui uma contribuição importante para melhor conhecimento da personagem e da história. A polêmica continua e, enquanto isso, a história de São Francisco fica dependente de conjeturas e carente de comprovação. Exames que comprovem, ou não, a ligação genética entre descendentes de Essomericq e o guarani poderiam eventualmente elucidar a questão (MOSIMANN, 2010, p. 17).

Segundo Silvio Coelho dos Santos, os povos indígenas que viviam onde hoje é território brasileiro, e em toda a América Latina, a partir do século XVI sofreram um impacto devastador com a chegada dos europeus.

A disseminação de doenças, a escravidão e a desorganização social e econômica aniquilaram muito rapidamente a maioria desses povos, que receberam com curiosidade e amizade os estranhos

‘brancos’ que chegaram ao litoral desta parte do Atlântico.

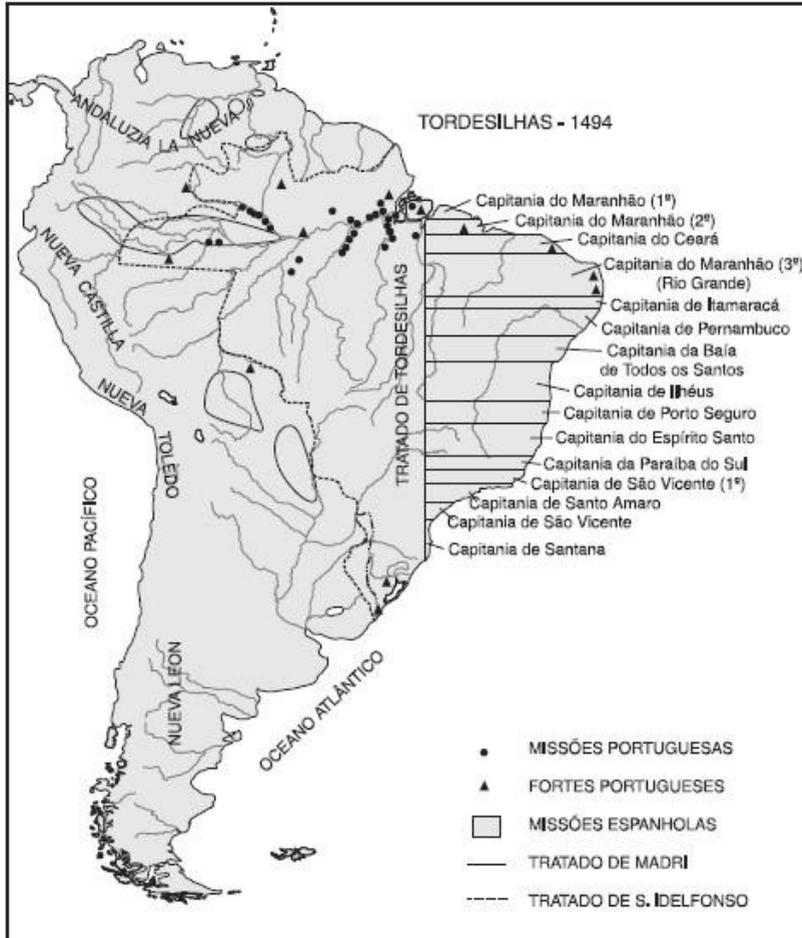
Poder-se-ia dizer que no século imediato à chegada dos europeus à América ocorreu o maior genocídio da história humana. O atual território do México, por exemplo, contava com uma população de 25 milhões de pessoas à época da conquista. Por volta de 1650, contabilizavam-se nesse país cerca de 120 mil ‘brancos’, 130 mil mestiços e 1 milhão e 270 mil indígenas sobreviventes (cf. Bartolomé, 1997: 25). O império incaico, que atingia o Peru e partes dos atuais Chile, Bolívia e Equador, tinha uma população de cerca de 20 milhões de indígenas. Dez anos após a conquista de Pizarro (1532), cerca de 4 milhões haviam sido mortos (Santos, 1998: 37).

1.2.4 Outros navegadores

Após Gonville, muitos outros navegadores aportaram em Santa Catarina, como por exemplo o espanhol e sucessor de Américo Vespúcio, Juan Dias de Solis, que veio para a América do Sul com a intenção de investigar e fazer o mapeamento do cone sul das Américas; Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, em 1514, que chamaram a atual Ilha de Santa Catarina de Ilha dos Patos; Solis acabou atingindo o rio da Prata e é considerado o descobridor do atual Uruguay. Esses mapas foram fundamentais para a viagem de circunavegação empreendida por Fernão de Magalhães; outro contato de navegadores com o litoral catarinense deu-se em 1526, comandado por Don Rodrigo D’Acuña. Eles souberam, através de indígenas, enquanto estavam ancorados em Garopaba, que havia outros cristãos nas redondezas, vítimas do naufrágio de Solis: então, rumaram para a Ilha dos Patos e travaram contatos intensos com carijós e cristãos que ali se encontravam. Alguns deles por ali ficaram, por receio às ameaças de naufrágios; no mesmo ano aportou no litoral catarinense o navegador espanhol Sebastião Caboto, que também rumava para o rio da Prata. Foi Caboto quem resolveu chamar a Ilha dos Patos de Ilha de Santa Catarina, em homenagem à virgem de Alexandria ou à sua mulher, Catarina; em 1528 foi a vez de Diego Garcia aportar no litoral catarinense; em 1535, Gonzalo de Mendoza e, em 1541, esteve no estado o famoso navegador Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, que fora escolhido pela Espanha para governar a região platina, mas retornou à Espanha em 1544. Vê-se

que havia grande interesse da Espanha na exploração de riquezas no Rio da Prata. O último espanhol a vir, na época, foi Ortiz de Zarate, em 1572. Ele estava a caminho de Assunção e ficou ancorado na Ilha de Santa Catarina por sete meses, todos esses relatos segundo MAAR et al. (2011).

Figura 9 - Capitânias hereditárias



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+para+capitanias>>.

O sistema de capitânias foi criado em 1534, e o estado Santa Catarina era ligado à Capitania de Santana, cujo capitão-donatário era Pero Lopes de Souza. Essa capitania tinha como território a costa

catarinense até a altura de Laguna. O interesse econômico real, na época, era o apresamento de índios para escravidão. Bandeirantes como Manoel Preto, Antonio Raposo Tavares e Jerônimo Pedroso de Barros andaram por essas terras, ajudando a diminuir consideravelmente os contingentes populacionais de carijós, kaingang e xoklengs. Durante os combates entre espanhóis e portugueses na região, os carijós se aliaram aos espanhóis, havendo ali um pretexto para a escravidão indígena.

A Igreja católica também se fazia presente nessas terras. Desde 1549 os missionários jesuítas, sob o comando do padre Manuel da Nóbrega, se colocavam no caminho dos bandeirantes e lutavam contra a escravidão indígena. Na verdade, estavam interessados em aumentar o número de fiéis católicos, já que depois da Reforma, na Europa, ficou a Igreja fragilizada, e era também uma maneira de se fazer presente na vida política e social do Novo Mundo. Todavia, a ação dos bandeirantes fez com que os jesuítas desistissem das Missões, no sul do Brasil, em meados do século XVII.

A ação colonizadora dos Lopes de Souza não foi tão eficaz e, após um período de litígio entre herdeiros, o território da Capitania de Santana, bem como as paranaenses e de São Paulo, foram compradas pela Coroa.

O litígio também envolvia a Espanha, que se interessava pelas terras catarinenses, já há muito tempo, devido à estratégica localização próxima ao estuário do rio da Prata. De qualquer forma, a colonização portuguesa desse período inicial foi responsável pela ocupação, sobretudo, do litoral, e pela formação de primeiras vilas (MAAR et al, 2011, p. 88).

1.2.5 A vinda dos portugueses

Diante de constantes expedições espanholas, os portugueses sabiam que as terras do sul estavam ameaçadas de invasão e, para melhor proteger seus territórios, eram necessários núcleos de povoamento português; era importante que viessem portugueses fixar residência e explorar economicamente a região. Assim, em 1637 foi fundada a vila Nossa Senhora do Desterro, por Francisco Dias Velho; em 1642 ergueu-se uma capela em São Francisco do Sul, que passou à condição de vila (município) em 1660 e, em 1676, Laguna, por Domingos de Brito Peixoto.

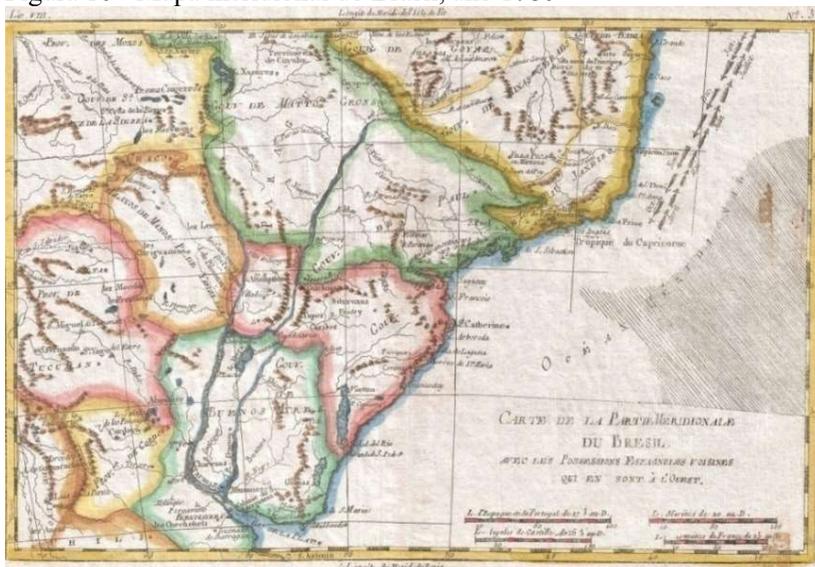
A partir desses três núcleos foi se desenvolvendo a região litorânea, formada lenta e gradualmente, e também à medida que outras regiões, como a Colônia de Sacramento – que mantinha relações comerciais com Laguna – também se desenvolviam. O comércio envolvendo os portos de Paranaguá, São Francisco do Sul e Itajaí também foi importante para o processo.

Só em 1739 foi criada a capitania de Santa Catarina: era, na época, a capitania mais ao sul do Brasil. O brigadeiro José da Silva Paes era o administrador da Capitania e foi em sua administração que construíram-se as fortalezas estratégicas na Ilha de Santa Catarina e ao longo do litoral catarinense. Para que essas terras tivessem ainda mais força de trabalho e exploração, foram trazidas famílias de açorianos e madeirenses, que vieram também para diminuir a população naquelas ilhas: assim, a Coroa lusa resolvia dois problemas de uma só vez. Em 1748 vieram as primeiras levas desses colonos açorianos. Era importante que fossem colonos livres, e não senhores e escravos, pois colonos livres, donos de minifúndios, que se sentissem donos do lugar, defenderiam suas divisas. Isto explica porque Santa Catarina teve uma dinâmica de colonização diversa do nordeste brasileiro. Esses açorianos que se fixaram no litoral catarinense formaram diversas freguesias. Em 1833 aponta-se que a superpopulação do litoral é uma das razões do relativo empobrecimento dessa gente açoriana. Entre os anos de 1748 e 1756, por volta de 6.000 açorianos e madeirenses embarcaram rumo ao Brasil, dentre os quais cerca de 1.100 desceram na Capitania de Santa Catarina. Esses povoadores foram primeiramente distribuídos em Desterro e depois se deslocaram para outras partes da capitania, conforme MAAR et al.

Embora importante a colonização açoriana do período colonial, seria no século XIX que viriam as grandes levas de imigrantes, transformando o litoral e penetrando no interior do estado. O interior se desenvolveu a partir dos caminhos dos tropeiros, que buscavam o gado no Rio Grande do Sul e se dirigiam a Sorocaba, para então vender a carne para a região das Minas Gerais, por exemplo. A ocupação do interior foi muito mais lenta e diversa e pode-se dizer que sertão e litoral não tinham muitas afinidades e relações. Isso ficaria visível até o século XX, durante o Contestado, por exemplo (MAAR et al, 2011, p. 93).

Proclamada a independência (1822), o Brasil passou a favorecer a imigração de europeus. No sul foram criadas diversas colônias oficiais. Também foram feitas concessões para empresas privadas, que assumiram o compromisso de promover a localização de imigrantes. No Rio Grande do Sul, os primeiros imigrantes alemães chegaram em São Leopoldo (1824). Em Santa Catarina, a colonização começou em 1829, em São Pedro de Alcântara, próximo a Florianópolis. No Paraná, imigrantes começaram a ser localizados no rio Negro, a partir de 1829 (Silvio Coelho dos Santos, *Encontros de estranhos além do 'Mar Oceano'*, p. 436).

Figura 10 - Mapa meridional do Brasil, ano 1780



Fonte: <<http://www.historia-brasil.com/mapas/mapas-historicos.htm>>.

1.2.6 O modo como os nativos construíam suas casas

De acordo com Milton Luz da Conceição, em seu artigo publicado na Revista Apuntes, V. 25, Julio-diciembre, 2012, p. 200 a 209, “La arquitectura absorbida em la isla de Santa Catarina, Brasil”, até a vinda dos açorianos e madeirenses, os portugueses que encontravam-se na região de Nossa Senhora do Desterro mantinham uma certa distância dos

nativos indígenas, pois estes viam os invasores como ameaça porque poderiam ser escravizados, então fugiam. Até a época da vinda dos açorianos e madeirenses a influência entre as culturas portuguesas e indígenas eram pequenas umas sobre as outras.

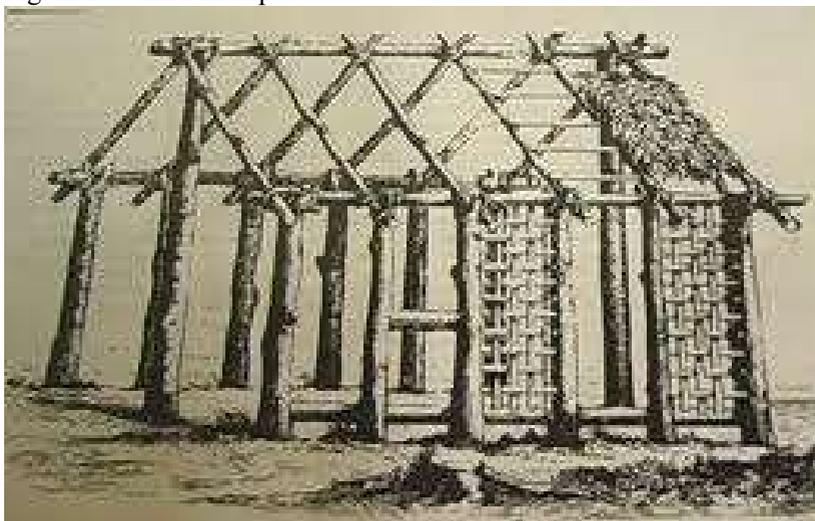
El único indicio de algo de origen local em lãs primeras construcciones luso/brasileñas em La islã se reduce a lãs paredes de veda interna de lãs moradas construidas em tierra com La técnica del ‘pau a pique’, muy utilizada por lãs nativos Del litoral de Brasil. Las construcciones principales de las colônias seguían lós modelos y lãs técnicas constructivas de La arquitetura y el urbanismo português.

A partir de mitad Del siglo XVIII lós primeros colonizadores fueran substituídos por lós venidos de lãs islãs Azores y Madera es entones cuando la técnica ‘pau a pique’ se convierte em la mayor contribución de la cultura aborígen local para la construccion de lãs moradas de lós nuevos colonos. CONCEIÇÃO, Milton Luz da, ‘La arquitectura absorbida em la Isla de Santa Catarina, Brasil’. 2012.

A técnica de construção de paredes “pau a pique”, também conhecida como “taipa de mão”, utiliza-se de madeira como elemento estrutural. Peças de madeira dispostas no sentido vertical funcionam como pilares, dão sustentação a peças de madeira, ou bambu, presas horizontalmente aos elementos verticais, formando uma trama que suporta argila umedecida amassada, podendo ser misturada com fibras de capim, jogadas em ambos os lados da trama, formando a parede.

A cobertura, ou telhado, nas primeiras habitações provisórias, era feita com o que tinham em abundância na floresta: folhas de palmito. Com o passar do tempo e tendo mais recursos utilizavam, em alguns casos, telhas de madeira e, posteriormente, telhas de barro, tipo capa e canal. Essas telhas, em muitos casos, eram fabricadas artesanalmente no próprio local da obra em construção, usando a coxa para moldá-las sobre a perna.

Figura 11 - Casa de taipa



Fonte: <<https://angelinawittmann.blogspot.com.br/2013/11/blumenau-seculo-xix-ate-construcao-da.html>>.

Figura 12 - Casa de taipa



Fonte: <http://portalvirtuhab.paginas.ufsc.br/files/2014/03/FICHA-26-Pau-a-pique.pdf>

Figura 13 - Casa provisória



Fonte: <https://angelinawittmann.blogspot.com.br/2016/01/correspondencia-oficial-1881-sobre.html>.

Figura 14 - Casa em estilo português açoriano



Fonte: <<http://portalvirtuhab.paginas.ufsc.br/files/2014/03/FICHA-26-Pau-a-pique.pdf>>.

1.3 COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA NO PERÍODO REGENCIAL

Para que o estado pudesse prosperar e não apenas ser um ponto de apoio estratégico no sul do Brasil, o governo catarinense decidiu por ampliar as áreas colonizadas, bem como construir estradas para integrar as várias regiões da província. Contudo, patrocinar a imigração para o Brasil durante o período regencial não era algo bem-visto. Nesse período crescia no país uma espécie de xenofobia (aversão ao estrangeiro) e, na Europa, havia campanhas de esclarecimento a quem pretendia emigrar, desaconselhando a embarcar rumo às terras brasileiras. Mas Santa Catarina resolveu, mesmo assim, trazer novos imigrantes para dar força à economia e apostou no imigrante europeu como força de trabalho livre, diminuindo o uso do trabalho escravo. Em 1835, uma lei permitia a criação de duas colônias nas margens dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu. Um ano depois surgia uma empresa colonizadora, de capital privado, “Demaria e Shutel”, que trouxe os imigrantes para a colônia “Nova Itália”.

Boris Fausto, em *História Concisa do Brasil* (EDIUSP, 2010, 2 ed.), descreve a Economia e Demografia do Brasil nesse período, dizendo que “o Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola. Considerando-se as pessoas em atividade em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% aos serviços e 7% à indústria” (p.134).

Enfatiza, ainda Fausto, 2010, que as grandes produções no Brasil, nessa época, eram de café, cana-de-açúcar, algodão e borracha e com grande força nas províncias do norte e nordeste. Estados Unidos, Inglaterra e França eram os grandes importadores de produtos do Brasil.

Assim como ocorrera na Colônia, nem toda a produção do país se destinava à exportação. Várias áreas dedicavam-se à criação de gado e outros animais e produção de alimentos, tanto para subsistência quanto para venda no mercado interno (Fausto, 2010 p.136).

No Sul do país, a produção para esse mercado ligava-se ao setor tradicional dos criadores de gado e ao ingresso de imigrantes. A atração de imigrantes nasceu aí mais cedo do que em São Paulo e teve características bem diferentes. Enquanto em São Paulo tinha por objetivo fornecer trabalhadores para a grande lavoura, no sul ela

esteve ligada a planos de colonização baseados na pequena propriedade (idem, p. 137).

Assim, pouco antes da Independência, José Bonifácio e Dom Pedro, por razões socioeconômicas e militares, realizaram os primeiros esforços a fim de atrair colonos alemães para o sul, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “*José Bonifácio esperava incentivar a formação no Brasil de uma classe média rural*”, conforme Fausto, 2010, p. 137.

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Conforme a prof^a. Dr^a. Raquel Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira em *Formação socioespacial do Brasil Meridional: passado e presente*, há uma diferenciação de gênese entre dois tipos distintos de formação socioespacial no sul do Brasil: o latifúndio pastoril dos campos do planalto meridional e da campanha gaúcha e a pequena produção mercantil do litoral açoriano e dos vales florestados das vertentes atlântica e do interior. Enquanto a exploração econômica das terras do planalto tem início com os paulistas do século XVIII, com a instalação das atividades pecuárias extensivas que deu origem ao latifúndio pastoril (associado ao extrativismo dos ervais nativos encontrados nas áreas de matas de araucárias), na faixa litorânea os vicentistas são, no século seguinte, sucedidos pelos açorianos que se estabeleceram num período ainda dominado pelo mercantilismo, dedicando-se à pequenas policulturas familiares. Já nos fins do século XIX e início do século XX foram se sucedendo várias correntes de imigrantes europeus que incrementaram a colonização dos vales e das áreas florestais, modificando as características naturais e imprimindo um dinamismo econômico que deu origem a um capitalismo extremamente agressivo, principalmente quando comparado a outras regiões brasileiras.

2.1 LITORAL CATARINENSE: ARREDORES DO RIO ITAJAÍ

Depois de iniciativas tímidas da década anterior, os anos seguintes foram de grandes transformações, tanto para Santa Catarina quanto para o Brasil, e a colonização estrangeira estruturou-se mais com a chamada Lei de Terras, em 1850.

Até então já havia ocorrido em Santa Catarina a colonização no primeiro reinado, onde a intenção era principalmente garantir a posse da terra, protegendo-a da ameaça estrangeira. Não se pensava ainda em trazer colonos para o desenvolvimento da agricultura e comércio da região.

Ocorrera nesse período a colonização de Porto Belo, com imigrantes das Ilhas Canárias; Lages, que aí passa a pertencer à Capitania de Santa Catarina e não mais a São Paulo (imigrantes europeus foram trazidos e eram alocados às margens da antiga estrada que ligava Desterro ao Planalto); São Pedro de Alcântara, que recebeu colonos alemães vindos de Bremen e da chamada “Legião Alemã”.

O presidente da então Província de Santa Catarina, já no período regencial, era Francisco Luis do Livramento. De acordo com Mosimann, 2010, de economia incipiente de Santa Catarina ao longo do século XVIII, a Capitania era essencialmente agrícola, como decorrência da opressora administração colonial portuguesa. A proibição de comercializar diretamente com outros países e a interdição de fábricas e manufaturas emperrara seu desenvolvimento, e também do Brasil. O mercantilismo da metrópole encarara a Capitania exclusivamente como fonte de riqueza. A independência do Brasil é que mudaria, paulatinamente, esse panorama.

A retomada de Lages, ainda segundo Mosimann, 2010, coincidiria com a sua anexação a Santa Catarina e com a independência do Brasil. Pela estrada restaurada desceria o gado destinado ao abastecimento do litoral, além de carne seca e couros. São Francisco, por sua vez, abrigava um distrito que compreendia a faixa litorânea entre o rio Saí-Guaçu, ao norte, e o rio Cambriguaçu (Camboriú), ao sul, 120 km de costa. Sua freguesia, sem considerar a de Itapocorói, tinha cerca de 2.400 habitantes no ano de 1820, entre os quais 650 escravos. Ao atravessar o Pontal, na terra firme, em direção à ilha de São Francisco, Saint-Hilaire teve uma visão parecida com a que tivera Gonneville 316 anos antes. A paisagem vista em São Francisco do Sul, à distância, lembrava muito a paisagem melancólica do litoral da Bretanha, de onde partira Gonneville.

A Vila de São Francisco do sul possui um porto muito bonito e foi construída num local encantador, dizia o cientista francês, que descrevia detalhadamente toda geografia da região. Na vila eram apenas oitenta casas caiadas e cobertas de telhas, entre as quais alguns sobrados, abrigando apenas 300 habitantes. No resto da ilha e do continente, outros 2.100 habitantes ocupavam inúmeros sítios. A igreja o surpreendeu por uma beleza raramente encontrada em outros locais que percorrera no Brasil. Havia diversas tavernas e lojas sortidas, mas a atividade econômica era muito limitada pela falta de produtos de exportação (SAINT-HILAIRE, Auguste – Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina – Companhia Editora Nacional – S. Paulo, 1936 – Cap. X, XI, XII, XIII e XIV. *Apud* Mosimann, 2010, p. 197).

Os habitantes da costa viviam da pesca artesanal e agricultura de subsistência. Também os indígenas viviam assim e não se preocupavam

em acumular riquezas, bastava-lhes o alimento de cada dia. Plantavam a mandioca, aipim e o cará ao que lhes bastava com algum peixe; se a pesca era um pouco mais farta eles secavam o peixe. “*O mar propiciava fartura de fácil alcance: tainha no inverno e anchova no verão*” (Mosimann, 2010, p.198). Também criavam porcos, galinhas e umas poucas vacas. Plantavam ainda arroz e cana-de-açúcar. Alguns ganhavam a vida serrando madeira. Havia ainda os que caçavam baleias, mas terminada a pesca, não preocupavam-se em ter outra ocupação senão ficar à toa e beber cachaça, cantando e tocando violão até que o dinheiro acabasse.

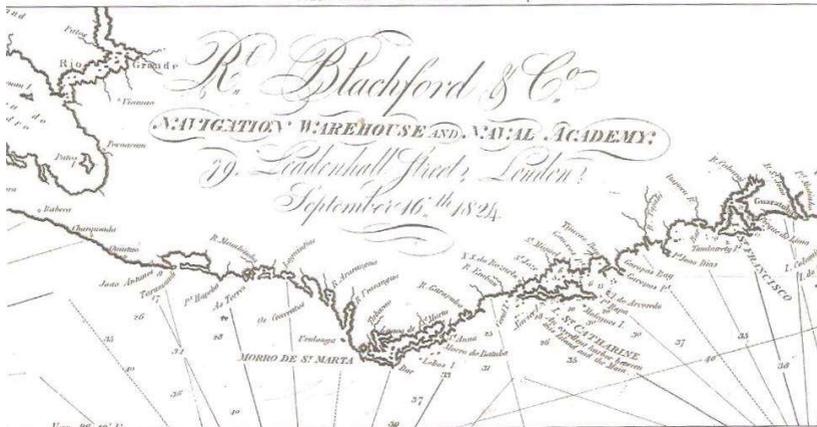
Os hábitos do pescador-lavrador e a visão de Saint-Hilaire retratam o conflito entre dois pensamentos da época: o dos luteranos anglo-saxões, laboriosos, parcimoniosos nos gastos e previdentes, acumuladores de riquezas, e os católicos latinos, perdulários e imprevidentes. Saint-Hilaire passara boa parte de sua juventude na Alemanha, tendo sido pelos luteranos influenciado (Mosimann, 2010, pg. 198).

A faixa litorânea de Barra Velha até Piçarras, muito plana, era toda ocupada por sítios contíguos, que se seguiam lado a lado, totalmente cultivados com mandioca, demonstração de que não eram tão indolentes assim. O catarinense do litoral era branco, descendente do paulista, com traços indígenas, influência do índio domesticado da nação carijó ou guainá, trazidos de São Paulo pelos mamelucos que ocuparam o litoral catarinense um século antes. O português de São Paulo e do Rio de Janeiro, funcionários, militares e comerciantes chegados às centenas por ocasião da implantação da Capitania em 1739, agregaram sangue novo ao substrato existente (MOSIMANN, 2010, p. 198).

Ainda, segundo Mosimann, 2010, havia muitos negros livres que trabalhavam nas armações de baleias, ou nas fazendas e também nas cidades. O açoriano disperso na faixa litorânea, que sucedera o mameluco paulista, estava livre dessa mestiçagem por terem aportado em grupos de casais. As mulheres, apesar de pobres e simples, eram vaidosas e trajavam-se usando xales e lenços de musselina na cabeça: os homens, ao contrário, vestiam-se mal. Porém, eram admirados pelo gosto que tinham pela dança de salão e pela espontaneidade das mulheres.

Figura 15 - O litoral de Santa Catarina em 1824, na visão dos ingleses

Museu Mitre – Buenos Aires – Map. 272



Fonte: Museu Mitre, Buenos Aires, Mapa 272.

Na armação de baleias de Itapocorói havia capela, casa do administrador, alojamentos e uma pequena vila em seu entorno. “*Eram nove caldeiras para derreter o óleo. (...) A freguesia, separada de São Francisco, abrangia pouco mais de 1.400 brancos e 200 escravos em 1820*” (Mosimann, 2010.p.198).

O povoado de Itajaí, que se seguia, compreendia uma freguesia na qual se espalhavam pouco mais de mil habitantes e cem escravos. O distrito de Enseada da Garoupas, logo abaixo, agrupava mais de 4.000 homens livres e 600 escravos naquele ano de 1820, aí incluídos Tijucas Grande, São João Batista, Nova Itália e a recém-criada colônia de Nova Ericeira. Em 1819 o povoado em frente à enseada das garoupas recebeu uma centena de imigrantes, vindos da colônia de pescadores de Ericeira, Portugal. O núcleo extremava com uma fazenda pertencente a José Rebello, existente já na época da invasão espanhola de 1777, transferida posteriormente a seu filho José Vieira Rebello. Toda a região, compreendendo os recantos de Perequê, Bombas, Enseada, rios dos Bobos e Zimbros, além de Tijucas, era habitada por sesmeiros de origem portuguesa e açoriana desde o final do século 18 (MOSIMANN, 2010, p.198).

2.2 ITAJAÍ E COLÔNIAS DO RIO ITAJAÍ

Em 1658, João Dias Arzão fincara raízes nas margens do rio Itajaí, com a Fazenda do Arzão, certamente a primeira iniciativa de ocupação da foz daquele importante rio. Arzão recebeu as terras em sesmaria e foi, juntamente com Lourenço de Andrade, colonizador de São Francisco, capitão-mor da primeira póvoa do litoral catarinense. Mais tarde, Manoel Dias Velho, irmão mais velho de Francisco, morou nas margens do rio Itajaí, onde explorava ouro. Demoraria quase um século até que novas sesmarias fossem concedidas na foz do rio Itajaí-Açu e no baixo Itajaí-Mirim. Passaram a ocupá-las homens como José de Azeredo Leão Coutinho, com casas e plantações; Silvestre Nunes Leal Corrêa; Basílio Corrêa de Negrido; Matias Dias de Arzão; Domingos Luis do Livramento e José Coelho da Rocha, entre outros. Em 1794 era de 44 o número de moradores da região, segundo Mosimann (2010, p. 204).

Ainda segundo Mosimann (2010, p.204), chegaria Agostinho Alves Ramos, um português comerciante de Desterro, disposto a ali, nas proximidades daquele embrionário porto, instalar sua família e seu estabelecimento comercial: para tanto, comprou terras de José Coelho da Rocha, além de requerer gleba para o abastecimento de uma olaria em Itaipava onde, em 1820, Antônio Vasconcelos de Drummond fracassara na tentativa de implantar uma colônia.

Para dar um caráter definitivo a seu estabelecimento, Agostinho solicitou e conseguiu uma provisão episcopal para que o padre espanhol Pedro Antônio Agote exercesse a função de capelão curado do distrito, compreendido entre o rio Gravatá, ao norte, e Camboriú, ao sul. A data do documento, 31 de março de 1824, é tida por alguns como a da fundação de Itajaí. A capela do Santíssimo Sacramento não demoraria a ser construída, envolvendo os escravos de Alves Ramos, em terreno cedido por Coelho da Rocha.

Nascia ali, com Agostinho Alves Ramos, aquele que se transformaria no porto de recepção do grande fluxo de imigrantes europeus para o grande vale. Na desembarcadura do Itajaí-Mirim, Ramos construiu um armazém para receber os produtos dos sesmeiros das margens daquele afluente. O estabelecimento do pioneiro junto ao grande rio, administrado por sua mulher Ana, seria o centro irradiador do núcleo que se formava com a chegada de novos moradores. E o pioneiro passava a exercer o papel de líder daquela gente e a interceder junto

à presidência da Província para a criação da freguesia e o povoamento da região (MOSIMANN, 2010, p. 205).

Em novembro de 1845, quando da visita de Dom Pedro II a Santa Catarina, o grande benfeitor de Itajaí, Agostinho Alves Ramos, seria condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo. Seu armazém abasteceria de víveres o Dr. Blumenau, em sua primeira viagem rio Itajaí acima, em 1848, e auxiliaria na recepção dos imigrantes destinados à nova colônia, a partir de 1850. Agostinho Alves Ramos viria a falecer em julho de 1853, trinta anos após fundar o povoado que se transformaria no grande exportador de madeira e, ao longo do século 20, no imponente porto propulsor da economia catarinense. Em 4 de abril de 1859, por ato da Assembleia Provincial, foi criado o município de Itajaí.

Ainda segundo Mosimann, 2010, logo após a instalação, no mês de julho de 1860, o porto recepcionaria a primeira leva de colonos chegados para a Colônia Ithajay (Brusque), acompanhados do Barão de Schneeburg e do presidente da província, Araújo Brusque. Assim como os primeiros povoados do litoral catarinense, Itajaí nascia sob a indiscutível égide de portugueses, vicentistas e paulistas. Com o novo município surgiam as lideranças de Henrique Flores, latifundiário ao longo do rio Itajaí-Açu, e de José Pereira Liberato, comerciante. A dispersão dos açorianos e a chegada das grandes levas de alemães e italianos através de seu porto agregaria novos elementos ao seu caldo étnico e cultural. Muitos de seus filhos, fruto dessa diversidade, participariam ativamente na história de Santa Catarina, entre eles quatro governadores, vários senadores e ministros da República.

Conforme Giralda Seyferth, em *O Vale do Itajaí e a Política imigratória do Império* (Blumenau em Cadernos, 2007, p. 61), a proibição de gastos e a Revolução Farroupilha (1835-1845) dificultaram a localização de imigrantes em núcleos coloniais por 15 anos. Nesse período, a entrada de estrangeiros no país foi insignificante. A persistência do interesse oficial, porém, revelou-se nas autorizações para a criação de colônias particulares em Santa Catarina. Antes da ação governamental mais direta, retomada em 1847, a historiografia da colonização registra o estabelecimento de um grupo de norte-americanos no Vale do Rio Tijucas, em 1836 e, na mesma região e ano, a fundação da colônia Nova-Itália, com imigrantes da Ilha de Sardenha, em 1842 surgiu a colônia falansteriana do Saí, na região de São Francisco do Sul, formada com franceses; e em 1845, Charles Van Lede fundou a colônia belga de Ilhota, no rio Itajaí-Açu. Nenhuma delas teve resultados

satisfatórios, ocorrendo a dispersão da maioria dos colonos, mas essas autorizações renunciaram mudanças que seriam formalizadas a partir de 1850.

De acordo com a Prof^ª. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira em *Formação sócio espacial do Brasil Meridional: passado e presente*:

Em Santa Catarina imigrantes alemães fundaram, em 1829, a colônia de Rio Negro, no planalto norte, às margens do rio de mesmo nome, no local em que o Caminho do Sul das tropas – que de Porto Alegre, passando por Vacaria, chegavam a São Paulo – saía da área florestal para atravessar o rio, bem como a colônia de São Pedro de Alcântara, no caminho entre Lages e Desterro, igualmente situada na fronteira entre a mata despovoada e as terras já ocupadas do litoral. Foram, porém, as colônias fundadas na segunda metade do século XIX e início do século XX, as que mais se desenvolveram superando o estágio meramente agrícola da exploração econômica e chegando à industrialização. Estas colônias fundadas especialmente por alemães, italianos, e eslavos ocuparam as áreas até então pouco povoadas dos vales florestados das vertentes atlântica e do interior e ao se introduzirem no espaço correspondente aos estados do sul do Brasil foram modificando a paisagem natural a partir da pequena produção mercantil, imprimindo um novo dinamismo econômico e consolidando uma formação sócioespacial singular.³

2.2.1 A colonização de Blumenau

A partir de 1850, o povoamento do Vale do Itajaí tomou impulso com a fundação da Colônia Blumenau, por Hermann Bruno Otto Blumenau e 17 imigrantes alemães, na confluência do rio Itajaí-Açu com o ribeirão Garcia, de acordo com Siebert (1997). O Dr. Blumenau, nascido em Hasselfelde, na Alemanha, em 1819, e formado em Filosofia,

³ Fonte: <http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/publicacoes/Documents/publicacao-formacao-socioespacial.doc>. Acessado em 2 nov. 2016

interessou-se pela colonização e veio ao Brasil, em 1847, conhecer as colônias alemãs existentes. Em 1848, conheceu a região do Vale do Itajaí e, acompanhado de seu sócio Ferdinand Hackradt, decidiu pela implantação de uma colônia nesse local. Após a negociação com o Governo Provincial de Santa Catarina, retornou à Alemanha para reunir o primeiro grupo de 17 colonos, com quem iniciou a colonização de Blumenau no dia 2 de setembro de 1850, considerada a data de fundação da cidade.

O sonho dos imigrantes de tornarem-se proprietários de terras era a motivação para que deixassem a Alemanha, pois era o que lhes faltara na reestruturação política, econômica e fundiária da Europa, com o advento do capitalismo. Realmente, no século da emigração, reinava na Europa uma miséria desastrosa que submetia a população a difíceis provações. O absolutismo dos príncipes e senhores feudais e a Lei do Morganato, que legava a propriedade indivisa ao filho primogênito, faziam com que a busca de liberdade e prosperidade, no Novo Mundo, se tornasse ainda mais atraente. Os agentes de colonização reforçavam esse apelo, fazendo falsas promessas e nas vantagens do “paraíso tropical”, ainda segundo Siebert (1997).

Uma vida de grandes desafios, privações e muito trabalho braça aguardava os imigrantes no Brasil. Após mais de dois meses de travessia do Atlântico, havia a mata virgem a derrubar, para obtenção de madeira para os primeiros abrigos e preparação da terra para o cultivo. Logo, viam-se clareiras sendo abertas na densa mata e transformando-se em plantações. Além do calor tropical, ao qual não estavam acostumados, os europeus enfrentavam, ainda, os ataques de animais selvagens e dos índios botocudos – nômades que percorriam, originalmente, a região e que tentavam defendê-la do homem branco. Em termos econômicos, o empreendimento do Dr. Blumenau baseava-se no minifúndio autossuficiente, com policultura de subsistência e a família como unidade produtora. Além disso, todas as levas de imigrantes contavam com maior quantidade de artesãos, como carpinteiros, marceneiros, ferreiros e tecelões, do que de lavradores. Além disso, era proibida, na Colônia Blumenau, a entrada de escravos. Isto possibilitou a rápida estruturação urbana da colônia e explica a tradição industrial que se firmou como a base econômica da área. A sede da colônia foi implantada onde hoje se localiza o prédio da antiga Prefeitura – Fundação Cultural de Blumenau, na confluência do ribeirão Garcia com o rio Itajaí-Açu.

A primeira clareira foi aberta na desembocadura do ribeirão da Velha, na beira da selva, onde foi erguida a primeira casa. Na sequência dos trabalhos de implantação da Colônia, fizeram derrubadas em grandes áreas de florestas nas margens do ribeirão Garcia e, na clareira aberta, plantaram tanto grama para pastagem, como milho, aipim, batata e feijão preto, para consumo dos colonos (DEEKE, p. 95).

A localização da colônia, próxima ao porto na barra do rio, facilitava a navegação fluvial e favoreceu o comércio com o estado e com o Rio de Janeiro. A Colônia Blumenau, que teve seu início como empreendimento particular, foi vendida ao Império em 1859, continuando a ser administrada pelo Dr. Blumenau até 1880, quando foi elevada à categoria de município.

A cidade de Blumenau encontra-se às margens do rio Itajaí-Açu, que a corta no sentido oeste-leste, com largura variando de 50 a 250 metros. O rio Itajaí-Açu forma um vale com seus afluentes, entre eles os ribeirões Garcia, Velha e Itoupava, correndo em direções opostas, em vales estreitos e íngremes, especialmente na porção sul do município. A malha urbana, do tipo radial, desenvolveu-se então linearmente ao longo dos fundos de vale, influenciada pelo sítio e pela estrutura fundiária do período colonial.

Como já foi estudado por Peluso, as cidades de origem alemã do Vale do Itajaí diferem das cidades luso-brasileiras, que são mais comuns em nosso país, quanto à formação de sua malha urbana, em função da topografia do sítio urbano e do esquema de divisão dos lotes coloniais.

Ao passo que as cidades de origem portuguesa crescem de forma concêntrica, a partir da praça onde se localizam a igreja e o paço municipal, as cidades teuto-brasileiras do Vale do Itajaí apresentam crescimento linear e radial, ao longo de eixos paralelos aos cursos d'água, antigos caminhos que hoje estruturam o sistema viário (PELUSO, 91).

Blumenau gozou de local adequado às trocas comerciais, ainda que pouco próprio para sítio de um núcleo urbano, por não haver área para o desenvolvimento de seu traçado. [...] Este foi escolhido porque ali tinham início as terras que era concessionário o Dr. Hermann Blumenau. A coincidência desse ponto com o fim do rio Itajaí-Açu fez com que a posição da cidade fosse

adequada para centralizar os interesses econômicos da região (PELUSO apud GUIDI, 2010. p. 218).

Observamos em Blumenau esse mesmo esquema, comum no leste da Alemanha, deforma que a descrição do urbanista Bernoulli, citado por Peluso, a ela se aplica perfeitamente quando diz que *“a cidade deve estar segura sobre o dorso da montanha ou protegida por um rio: deve ter um mercado, uma rua principal comprida e larga que chega a um amplo quadrado no centro. Seu sistema de ruas deve ser compreensível à primeira vista e a igreja com seu cemitério deve ficar apartada do tráfico, mas de maneira que a nave maior e o campanário, emergindo do alto das casas, dominem a praça principal”*.

As regiões de colonização alemã foram ocupadas através do modelo de pequenas propriedades rurais, que tinham como base o trabalho familiar destinado à subsistência. Essas propriedades eram distribuídas em faixas de terra estreitas, perpendiculares aos caminhos, muitos deles em fundos de vales. A necessidade da igreja, da escola, das vendas e do pequeno artesanato fez surgir os vilarejos. Esse conjunto de elementos cumpre determinadas funções urbanas e formas características que conformam as regiões rurais típicas alemãs (WAIBEL, 1979).

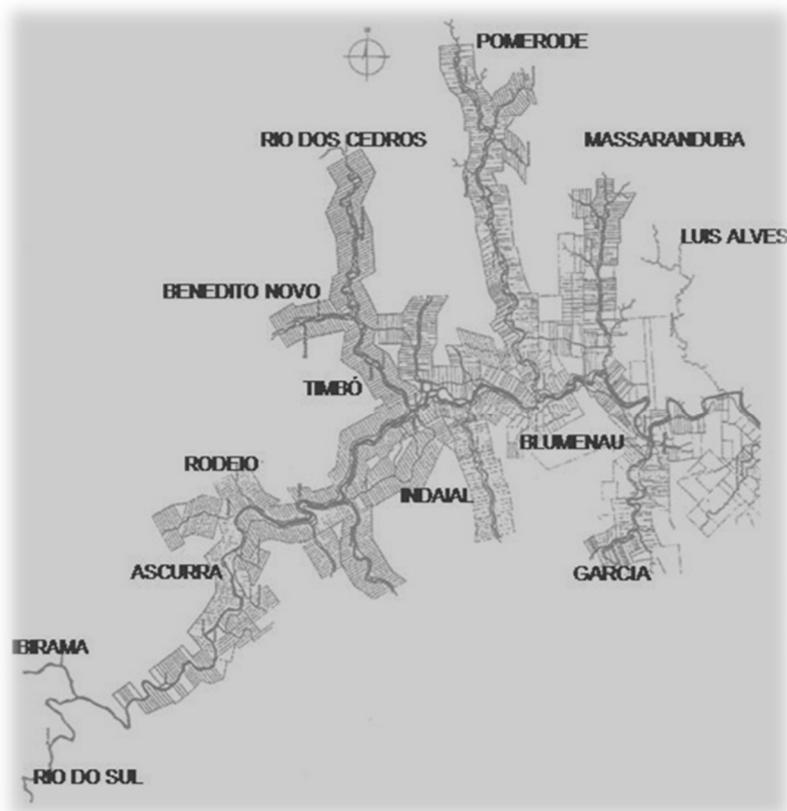
2.2.2 A divisão dos lotes coloniais

A exploração da região, por ordem do Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, fundador e diretor da colônia, teve início com os engenheiros August Wunderwald e Emil Odebrecht. Este último foi encarregado da medição e distribuição dos lotes coloniais, bem como do levantamento geral do Vale do Itajaí, finalizado em 1872.

Esses dois valorosos pioneiros, com seus facões e teodolitos, enfrentando a selva tropical, traçaram o destino das futuras cidades do Vale do Itajaí. Foram os primeiros planejadores, sob a diretriz do Dr. Blumenau, do espaço que viria a se tornar urbano.

Colônia Blumenau – 1872
Reprodução 1989 por Frank Schulze
Arquivo Histórico de Blumenau

Figura 16 - Colônia Blumenau em 1872



Fonte: Siebert (1997) – Adaptação do Autor

Cada uma das primeiras picadas abertas veio a se tornar uma via arterial de Blumenau: a rua Amazonas, a rua São Paulo, a rua Bahia, a rua 2 de Setembro, entre outras.

O Eng. Emil Odebrecht foi, ainda, elemento importante na história do Vale do Itajaí, por ter projetado e executado, em 1874, a primeira ligação viária entre o planalto (Lages e Curitiba) e o litoral, ao longo das margens do rio Itajaí-Açu. Essa primeira estrada, no início apenas uma trilha conhecida como 'picadão', estruturou toda a rede urbana do

Vale do Itajaí, com as cidades surgindo ao longo de seu leito, nos principais entroncamentos e pontos de pouso. Com a chegada de novos imigrantes, mais e mais picadas iam sendo traçadas.

PELUSO afirma que uma delas marcou, por um grande período, o limite da povoação e, principalmente, o início da colônia: a picada na qual se originou o comércio, aberta entre o porto, onde atualmente situa-se a Cervejaria Continental, e a foz do ribeirão Garcia.

Quanto à demarcação de distribuição dos lotes, segundo Siebert (1997), à medida que novos imigrantes ingressavam na colônia iam sendo demarcados os lotes urbanos e rurais ao longo das picadas já abertas, formando as linhas coloniais.

O processo de colonização seguiu os cursos dos rios, dos ribeirões e dos riachos.

A água definiu, também, a demarcação dos lotes coloniais, pois era necessário que todos eles contassem com acesso aos rios e ribeirões de forma a assegurarem transporte para as mercadorias e água para o cultivo. Por este motivo, e pela ausência de extensas áreas planas, os lotes definidos na Colônia Blumenau resultaram estreitos e compridos, no mesmo sistema já conhecido na Alemanha como Waldhufendorf, garantindo, assim, além do acesso à água, menor distância entre os colonos, como medida de segurança e defesa contra os índios e animais. Esta forma de divisão da terra, adotada no início da colônia, condicionou a estrutura fundiária das cidades do Vale do Itajaí à medida que os lotes coloniais foram passando de pai para vários filhos, geração após geração. Ainda hoje, se detecta sua nítida marca nas malhas urbanas, nas propriedades e nos loteamentos com uma só rua sem saída, perpendicular às curvas de nível, ou seja, na pior situação topográfica possível, e com até um quilômetro de extensão (SIEBERT, 1997).

Outra feição marcante na definição das paisagens teuto-brasileiras foi o processo de constituição e distribuição dos lotes coloniais. As propriedades foram distribuídas seguindo as linhas de penetração abertas na mata, que serviam de estradas. Os lotes eram formados por tiras estreitas a partir dos

caminhos traçados. Tinham testadas de no máximo 200 metros, com frente para estradas, que em geral acompanhavam os vales fluviais. Assim, a cidade crescia a partir dessas pequenas propriedades rurais, incorporando-as ao sistema viário urbano, o que resulta em uma forma espacial singular, “marcando sua estrutura com as formas geradas pelas funções do passado” (PIMENTA; PIMENTA, 2011, p. 14).

3 O LEGADO DOS IMIGRANTES ITALIANOS NO VALE DO ITAJAÍ E REGIÃO

3.1 INTRODUÇÃO

A imigração italiana ocorrida no Vale do Rio Itajaí, que se estende além do divisor de águas do rio Itajaí Mirim, pelo lado sul até o vale do rio Tijucas, na cidade de Nova Trento; ao norte, na cidade de Jaraguá do Sul e região, no Vale do Itapocu; a partir do ano de 1875 deixou algumas marcas que podem ser apreciadas ainda nos dias de hoje, também no que se refere à arquitetura. O propósito desta pesquisa é apontar alguns exemplares que os imigrantes e seus descendentes construíram até 1930.

O elemento de cultura italiana insere-se no contexto populacional catarinense em momentos diferentes. Em nossa pesquisa abordaremos o ocorrido pelo contrato firmado, em 1874, entre o governo imperial brasileiro e Joaquim Caetano Pinto Júnior, onde foram fundadas, a partir de 1875, Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra, Apiúna e Luiz Alves, em torno da Colônia Blumenau; Botuverá e Nova Trento, em torno da Colônia Brusque; em Jaraguá do Sul, na então Colônia Jaraguá, os bairros Barra do Rio Cerro e Nereu Ramos.

Mostraremos de forma sucinta a razão que levou esses italianos a deixarem sua terra natal e buscarem nova vida no sul do Brasil, lembrando as dificuldades que os trentinos sofreram na segunda metade do século XIX, como relatam o historiador trentino Grosselli (1987) e Berri (1993).

É certo dizer que os imigrantes foram desbravadores de mata virgem e enfrentaram diversos problemas de infraestrutura para se acomodarem nos lotes a eles destinados, até formarem uma base econômica para que pudessem então construir suas casas ou sedes institucionais como igrejas, escolas e hospitais. Ao chegarem na região do vale do rio Itajaí, os imigrantes italianos se depararam com uma terra onde *“as matas se apresentavam cerradas e, em certas épocas do ano, infestadas de índios, animais ferozes e cobras venenosas, que não raras vezes punham em risco a vida dos colonos”* (Berri, 1993, p. 29). Moravam inicialmente em choupanas construídas de madeira roliça e cobertas de folhas, desmatavam parte das terras para dela tirar o sustento e posteriormente edificar ambientes mais confortáveis. Certamente que não levavam muito em conta a estética em suas primeiras obras, pois utilizavam materiais aqui disponíveis e assimilavam o que conheceram na nova terra, através de imigrantes de outras nacionalidades e do próprio nativo. Uma das suas primeiras necessidades era construir um abrigo com

os materiais que tinham ao alcance. Num segundo momento, a maioria desses imigrantes construiu suas casas de madeira, material abundante na região. De qualquer modo, passados alguns anos, estabelecidos em seus lotes e com recursos da produção agrícola, construíram em alvenaria e alguns exemplares hoje podem ser vistos na região do Vale do Itajaí, Rio Tijucas e Vale do Itapocu.

Destacaremos alguns exemplares de templos, mostrando quão importante para aqueles imigrantes e seus descendentes, católicos fervorosos, era a devoção religiosa. Podemos dizer que a religião foi o ponto de união entre os imigrantes, no qual se mantiveram firmes em seus propósitos de uma nova vida na nova terra; isso é demonstrado nos diversos templos e capitéis⁴ por eles erguidos tão logo se estabeleciam em seus lotes. Achamos importante ainda lembrar que a Igreja Católica tem como santa uma mulher que, nascida na Itália, migrou para Nova Trento aos 9 anos de idade, deu testemunho de fé e dedicou sua vida às obras de caridade, estabelecendo-se em Nova Trento, onde hoje está erguido o Santuário Santa Paulina, a ela dedicado.

Finalmente fazemos um levantamento de três edificações em três colônias diferentes, povoadas inicialmente por imigrantes de origem italiana, quais sejam: Rodeio, Luiz Alves e Botuverá. Achamos conveniente escolher três colônias que não se avizinhassem mas que têm em sua origem imigrantes italianos, todos vindos do norte da Itália. Neste levantamento constam o histórico da colônia e o levantamento fotográfico e arquitetônico.

⁴ Pequenos oratórios devocionais construídos à beira da estrada, uma tradição rural dos imigrantes provenientes da região do Vêneto.

3.2 POR QUE IMIGRAR PARA O BRASIL?

Figura 17 - Panfleto de propaganda utilizada para promover a emigração na Itália



Tradução:

“... Na América

Terras no Brasil para os italianos.

Navios em partida todas as semanas do Porto de Gênova.

Venham construir os seus sonhos com a família.

Um país de oportunidade. Clima tropical vida em abundância. Riquezas minerais. No Brasil poderão ter o vosso castelo. O governo dá terras e utensílios a todos.”

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves, <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/historia-da-imigracao>.

No século XIX, o Brasil recebeu muitos imigrantes europeus. A Europa enfrentava diversos conflitos de ordem política, cultural e social, tornando a vida difícil para muitos que lá viviam. No Brasil, depois de 350 anos de exploração da mão-de-obra escrava, tiveram início movimentos para a abolição da escravatura, mas acima dos motivos humanitários estava o interesse econômico, visto que a escravidão era encarada como atraso. Embora o elemento escravo em Santa Catarina não representasse grande número como em outras regiões do país, Cabral (1970) explica que os principais afazeres a que foram destinados era o

trabalho nas Armações das Baleias e sua pesca e nas de tráfego marítimo: também eram empregados pelos seus senhores nas embarcações que existiam na Província.

A Inglaterra pressionava o Brasil para acabar com o comércio de escravos, o que ocorreu oficialmente em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós. Enquanto a Europa enfrentava um processo de adaptação à industrialização e ao capitalismo, gerava uma crise para as classes artesã e camponesa, o que desencadeou miséria e mortes. Diante dessas situações, motivados pelas notícias sobre a América, italianos, russos, alemães e outros europeus decidiram emigrar para o Novo Mundo. Contudo, o interesse em torno da imigração não ocorria somente por conta de questões ligadas à ocupação territorial ou à aquisição de mão-de-obra, conforme explica Ferreira e Koepsel (2008), mas também estava intrinsecamente ligado aos debates raciais do século XIX, cujo foco era o 'branqueamento' do país.

Havia uma forte propaganda que estimulava a vinda de europeus para o Brasil. As propagandas nos jornais e outros meios evidenciavam as maravilhas, as belezas naturais, riquezas, o clima propício e também a ideia de prosperidade garantida em um novo país. A imigração passava a ser um negócio lucrativo para os agenciadores e empresários que prometiam aos imigrantes que, assim que desembarcassem no Brasil teriam, além da passagem gratuita do porto de desembarque à sede da residência escolhida, terra, sementes, alimentos por mais de seis meses e poderiam tornar-se proprietários assim que tivessem provas de estabelecimento fixo, ainda conforme Ferreira e Koepsel (2008).

Schmidt e Majcher (2003) relatam Trento como uma cidade situada na margem do rio Ádige, 193 metros acima do nível do mar e nas pastagens se destaca a criação do gado leiteiro, indústria de alimentos e da seda. Seu povo habitava os vales profundos. No período celta-romano (aproximadamente 380 a.C.) chamava-se Tridentum. Caiu sob o domínio do Império Germânico no século X, tendo ficado à mercê daquela potência e dos reinos do sul toda a região do Tirol. A partir do século XI nasceu um principado dos Bispos de Trento, perdurando de 1027 até 1796, sendo sua residência o Castelo do Buonconsiglio. Projetou-se no mundo em virtude do grande Concílio Ecumênico. Entre os anos de 1545 e 1563, na sua Basílica Santa Maria Maior (ainda hoje preservada), realizou-se o Concílio de Trento, organizado pelo Papa Paulo III, em que se decidiu a reforma geral da Igreja Católica em face do Protestantismo e a reafirmação da hierarquia papal. Foi anexado ao Tirol em 1803. Em 1870, completou-se a unificação da Itália, quando Roma foi tomada por Garibaldi. Mesmo assim, dois territórios de língua italiana ficaram para a

Áustria: um que correspondia ao sul da província austríaca do Tirol, nos arredores de Trento e, o outro, mais para o leste, Trieste.

Figura 18 - Itália (fases de unificação)



Fonte:

<<http://jesusarcangel16.blogspot.com.br/2012/02/unificacion-de-italia.html>>.

Segundo Schmidt e Majcher (2003), a Província Austríaca do Tirol formava a parte mais ocidental do então Império Austro-húngaro. Isto explica porque muitos emigrantes que vieram para o Brasil e que eram daquela região se sentiam italianos – língua, costumes, tradições; pelos seus documentos, porém, eram considerados tirolezes e cidadãos austríacos. Desse pormenor, adverte Schmidt e Majcher (2003), muitos descendentes somente se deram conta desse fato há não muitos anos, quando buscavam nas fontes a documentação para requerer a cidadania italiana, ou a dupla nacionalidade.

O Tirol é uma região alpestre dividida entre a Áustria e a Itália, que pertenceu inteiramente aos estados austríacos. A parte italiana do Tirol ou

do vale do Ádige é o Trentino. O Tirol, ou Alto Vale do Inn, tem como capital Innsbruck. Os tirolezes são de religião católica e língua alemã. Innsbruck é a mais importante localidade do Tirol. Ali se cruzam as vias férreas que atravessam a região e o maciço alpestre por completo, de Munique a Verona, de norte a sul; e de Zurique a Linz e a Viena pelo Arlberg, de oeste a leste, pois o Tirol sempre foi um ponto de passagem entre a Alemanha e a Itália e entre a Suíça e o Danúbio médio. A Província do Tirol é dividida em duas vertentes pelas águas dos Alpes: a vertente do norte, que forma o Inn, afluente do Danúbio e a vertente do sul, cujas águas formam o Ádige. Essa vertente meridional do Tirol austríaco era ocupada por uma população de língua alemã (formando o alto Ádige) e, mais ao sul, em torno da cidade de Trento, por uma população de língua italiana. Trento, Trieste e seus arredores formavam, assim, as terras ‘irredentas’ (terras que não foram resgatadas) do Tirol, o que deu motivo à entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contra o Império Austro-Húngaro. Vencida a Áustria, a Itália conquistou o Tirol Austríaco de língua italiana ao redor de Trento e ocupou também o Alto Ádige, de língua alemã. Assim, a Província de Trento foi criada e integrada à Itália em 1918. A região de Trento, desde 1948, é formada por duas províncias autônomas politicamente: o Trentino, que tem Trento como capital e o Alto Ádige ou Tirol, cuja capital é Bolzano. Atualmente sua população ainda fala os dois idiomas, italiano e alemão (Schmidt e Majcher, 2003).

Em 1875, o Tirol Meridional pertencia politicamente, mas não pelo idioma e religião, ao Império Austro-Húngaro: já haviam terminado as guerras de independência da Itália e nelas o Trentino não se envolveu. Havia movimentos separatistas querendo tornar a região parte da Itália e não da Áustria, mas tais movimentos políticos eram bastante limitados às grandes cidades e às classes burguesas. O governo da Áustria não era ruim, deixava muita autonomia à região. Nas igrejas, nas escolas, nos tribunais e na administração era usada a língua italiana. A classe trabalhadora, em geral, não estava descontente com o governo.

melhoras na qualidade de vida. A solução encontrada na época, para uma vida mais digna, era emigrar.

De um lado havia um processo econômico que induzia à industrialização e, de outro, a preservação de estruturas latifundiárias. Nesse contexto, o excesso de população foi rapidamente transformado em algo negociável. Os imigrantes eram, em certo nível, uma mercadoria, e a propaganda para atraí-los foi bastante enganosa. Essas transformações políticas e econômicas resultaram em tensões sociais internas na disputa pela terra. As massas populares italianas encontravam-se condenadas à miséria e à fome.

Durante os vinte anos que precederam a data da emigração, o Trentino passou por uma gravíssima crise que abalou profundamente a vida social da região. Então, os principais setores da economia eram a criação do bicho da seda e o cultivo da videira. A indústria da região dependia dessas atividades mas, em 1856 e 1857, a sericultura foi dizimada pela epidemia da *pebrina*⁵ e, antes disso, em 1851, a *criptógama*⁶ da videira alcançou a região trentina. Além disso, o Trentino ficou encravado entre regiões que haviam conquistado a independência e se anexado à Itália, o que ocasionou barreiras alfandegárias e prejudicou todo o sistema econômico, em todos os setores.

O Trentino, região referente a Trento e arredores, conforme Grosselli (1986), estende-se sobre uma superfície de 6.212,66 km² e 70% de seu território se encontra a mais de 1.000 metros acima do nível do mar. Denominado, no século XIX, de *Tirol Meridionale* ou Tirol Italiano e localizado no sudoeste do então Império Austro-Húngaro, fazia parte do maciço dos Alpes, encravado em região montanhosa, onde se tornava impossível o desenvolvimento de uma agricultura robusta e suficiente para as necessidades de subsistência de sua população, que na véspera da emigração para o Brasil, em 1875, contava pouco menos de 400.000 habitantes. Somente 7% das pessoas viviam num ambiente urbano, distribuídas em duas cidades de maior relevância: Trento e Rovereto, enquanto que 93% desenvolvia suas atividades rurais nos quase 400 municípios existentes na região.

Esses trentinos que viviam na zona rural estavam desprovidos dos métodos de produtividade que já eram praticados nos países mais desenvolvidos da Europa. “Conforme as estatísticas da época, um pouco

⁵ Espécie de doença epidêmica dos bichos da seda.

⁶ Termo taxonomicamente obsoleto, utilizado para referir-se às plantas (no sentido abrangente) que não produzem sementes, flores ou frutos e que se reproduzem por meio de esporos.

mais de 20% da área total do Trentino era cultivada ou destinada a pastagens, e 18% utilizada para as pastagens alpinas, geralmente localizadas na parte mediana das montanhas” (Berri, 1993, p.8). Extraíam madeira ou emigravam para cidades à procura de trabalho, quando a situação financeira apertava. A agricultura trentina era insuficiente para cobrir as necessidades básicas da população e importava cereais para suprir a demanda interna (Berri, 1993, p. 11). Além dos fatores da falta de suprimento e pouca produção, a economia se viu arruinada pelas “doenças que, depois de 1850, atingiram a videira e o bicho-da-seda, sobre os quais se baseava a agricultura trentina” (Grosselli, 1986, p.53).

De acordo com Schmidt e Majcher (2003), eram quase que exclusivamente da região de Trento os primeiros imigrantes italianos. Foram diversas as causas que obrigaram aquele povo a emigrar: a terra cansada já não produzia o necessário para viver; as enchentes catastróficas do rio Ádige que, periodicamente, destruíam suas lavouras; a doença do bicho-da-seda dizimava os parreirais da região; os latifundiários, que ocupavam grande parte das terras cultiváveis; as guerras sucessivas e consequente destruição; a densidade da população. A autorização do governo Austro-Húngaro para emigrar poderia solucionar o problema desse povo. Em 1875 foram distribuídos milhares de folhetos no Reino da Itália e na região de Trento, que descreviam o Brasil como o país mais feliz do mundo. Ao governo imperial do Brasil pareceu sábia a decisão de misturar o elemento latino ao germânico, que prevalecia em todo sul do Brasil. Houve, então, o aliciamento de colonos para a Colônia de Blumenau e outras, feito pela Agência Colonizadora Joaquim Caetano Pinto Júnior. Assim surgiu, no Trentino, o entusiasmo de vir para o Brasil em busca de um futuro melhor.

Famílias inteiras venderam os seus pertences para pagar a viagem para o Brasil. Os grupos partiram de Trento e outras regiões da Itália (Rovereto, Pèrgine, Fornace, Civezzano, Lèvico e Vígolo Vattaro), Vêneto, Lombardia e da Áustria, em viagem de trem. Ferreira e Koepsel (2008, p. 111) citam que, após a viagem, os italianos, cujo destino era Santa Catarina, desembarcavam no porto de Desterro ou no de São Francisco do Sul e, em seguida, dirigiam-se ao porto de Itajaí; e aqueles que desejavam estabelecer-se na Colônia Blumenau seguiam viagem em embarcações menores, até o destino.

Até o ano de 1875, o movimento imigratório no Vale do Itajaí ocorreu quase que eminentemente por imigrantes de origem e cultura germânicas. Em grande medida isso ocorreu porque, até então, o diretor da Colônia Blumenau havia privilegiado a imigração alemã. Entretanto, a partir de 1875, começaram a se estabelecer trentinos, tirolezes e italianos

de Vêneto e da Lombardia, “os trentinos possuíam língua e cultura italianas, entretanto, permeados por traços germânicos, pois eram oriundos do antigo Império Austro-Húngaro” (DALLABRIDA *apud* FERREIRA; KOEPEL. 2008, p. 112).

Ao chegarem à sede da Colônia Blumenau, os imigrantes eram encaminhados para a Casa de Recepção, também conhecida como Barracão dos Imigrantes. Karl Kleine define o barracão como “*uma edificação longa e estreita, com muitas repartições [...]. O chão não era assoalhado, nem aplainado. Podia-se contemplar o céu através do telhado [...]. Juntando-se a tudo isso, o estrume de alguns bois que circulavam livremente por ali*” (*apud* Ferreira e Koepsel). O tempo de permanência no barracão variava de 3 a 6 meses, necessário para a compra e preparo do terreno para a fixação e plantio.

No que se refere à alimentação, o emprego de ingredientes de origem brasileira na elaboração de alimentos gerou uma dieta diferente da europeia. Johann Jakob Von Tschudi (*apud* Ferreira e Koepsel) registra que a Colônia Blumenau produzia açúcar, araruta, cachaça, café, farinha de mandioca, feijão, fumo, manteiga e queijo, mas isso não significa que esses produtos estivessem à disposição dos colonos para a sua própria alimentação diária. Os mesmos autores ainda citam que, além do pão de mandioca, também era comum fazer pão de milho ou de fubá, receitas típicas no Vale do Itajaí, tendo em vista a ausência ou dificuldade para a obtenção da farinha de trigo. Eram usadas velas de sebo ou azeite de baleia, ou ainda tronco de araribá ⁷ para iluminar a noite e havia um encantamento dos imigrantes com relação à quantidade, sabor e variedade das frutas, especialmente a banana, pouco conhecida na Europa.

Além disso, a região que hoje delimita os municípios de Benedito Novo, Dr. Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó era local de passagem para os grupos indígenas nômades, Kaingang e Xokleng, conforme Ferreira e Koepsel (2008).

Em meados do século XIX, quando se inicia um processo mais intenso de colonização na região da Colônia Blumenau, com a fixação de imigrantes que adentraram o interior, o choque entre as duas culturas ocorreu de maneira inevitável e o desconhecimento cultural de ambas as partes motivou diversos conflitos. Dr. Blumenau, ao propagandear sua colônia frente aos debates da colonização, procurou amenizar a questão

⁷ Araribá (*Centrolobium tomentosum*; Fabaceae) é uma árvore brasileira, nativa da Mata Atlântica, na floresta estacional semidecidual, nas encostas pedregosas. Árvore de crescimento rápido, atinge até 22 m de altura. Seus frutos alados são dotados de espinhos e bastante grandes e duros. Madeira de grande qualidade (madeira de lei).

indígena, afirmando que os índios não costumavam atacar as clareiras abertas onde houvesse civilização.

Entretanto, essa questão não se confirmou. Os anos iniciais de instalação dos imigrantes, além de terem sido marcados pelos conflitos e adaptação, se destinaram à subsistência, ou seja, o primeiro passo foi o desmatamento da área para o estabelecimento das primeiras plantações. No período inicial, a lavoura era suficiente apenas para o sustento familiar.

Normalmente os recém-chegados possuíam pouco dinheiro e, em alguns casos, trabalhavam 15 dias por mês na abertura e manutenção de estradas. Por meio dessa atividade, podiam obter um soldo de 15 mil réis, que servia para pagar as prestações do lote adquirido, assim como os demais produtos de primeira necessidade que sua colônia (propriedade particular) não poderia lhes oferecer, de acordo com Ferreira e Koepsel (2008).

Paralelo a esse trabalho, os colonos também tinham que providenciar suas moradias. No geral, elas eram montadas com ripas de palmitos, barro e folhas largas. A maioria havia deixado a família na barracão e, por isso, precisava retornar à sede para buscar seus familiares e iniciar a nova vida.

3.3 ELEMENTOS DA PAISAGEM E ARQUITETURA TRENTINA

Importante apontar aqui alguns elementos característicos Trentinos, com relação à paisagem e arquitetura, principalmente a rural, com base numa pesquisa publicada em 1998 por Cierre Edizioni, encomendada pelo Gruppo Mezzacorona, de Mezzacorona (TN), Itália, elaborada por Alberto Cecchetto⁸. São 431 páginas com muitas ilustrações, que mereceriam ir muito além, nesta pesquisa, pela profundidade e seriedade com que Alberto Cecchetto tratou o assunto.

Podemos sintetizar o que Alberto Cecchetto transmite em seu livro *Progetti di Luogi* (Locais de projetos) dizendo que no Trentino coexistem

⁸ Alberto Cecchetto nasceu em Veneza, onde formou-se em arquitetura. De 1976 a 1980 foi professor em ILAUD (*Internacional Laboratory of Architecture and Urban Design*). A partir de 1977 elaborou estudos e projetos de requalificação urbana e arquitetônica para Rovereto, Pergine e Ala, entre outras, no Trentino. Com as suas intervenções ambientalmente conscientes, a morfologia urbana e as relações profundas entre os edifícios e lugares, é premiado em vários modelos de competições. Em 1989 recebeu o Prêmio Andrea Palladio Arquitetura Internacional para a nova Cantina Universitária de Trento; em 1996 foi convidado para a Exposição VI Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, para o projeto da nova Cantina Mezzacorona.

paisagens diversas, em lugares de curta distância umas das outras. Basta mover-se poucos quilômetros, às vezes apenas algumas centenas de metros, para ver mudança radical de formas e cores, vegetação e materiais. O ritmo da mudança aparece frequentemente acelerado quando comparado, por exemplo, com a passagem lenta e monótona da planície, em Vêneto.

Um território que não é muito extenso, formado por geografia diversa e arquiteturas que se sobrepõem e se misturam, multiplicando-se e mudando radicalmente a diversidade e, portanto, a identidade. Cecchetto fez uma leitura do lugar como se fosse um laboratório onde não se perdoa uma pesquisa desatenta, mas requer atenção profunda, sendo capaz de ler os detalhes e o todo, o específico e o geral, capaz de compreender a complexidade dos vínculos e relações que se desenvolvem no interior das suas fronteiras, mas que muitas vezes vai além delas. No Trentino, o pêndulo da história territorial oscila continuamente entre introversão e extroversão, incluindo a preservação da identidade e desenvolvimento de sua natureza dinâmica como um lugar de trânsito e de cruzamento, zíper e filtro, onde se sobrepõem culturas e faz fronteira com *Mitteleuropa*⁹ e mistura-se com as influências da planície veneziana.

Da documentação do Trentino, para fazer claras e legíveis essas identidades, nasceu o livro *Progetti di luoghi*, configurado como um plano, um programa de trabalho à procura de regras e princípios de composição dos lugares. Um texto onde se lê a paisagem e a arquitetura escritos por um *designer* para reafirmar uma cultura de projeto mais amplo e fértil, capaz de se mover oscilando entre o passado e o futuro, capaz de processar a sua própria leitura da Carta da estratégia de território, utilizando fontes, documentação e interpretações de outras disciplinas, incluindo Geografia, Antropologia, Sociologia e Geomorfologia. Cecchetto dividiu o livro em três grandes partes, subdividido em oito capítulos:

Primeira parte: Arquitetura dos lugares: Mensuração de lugares, imagens dos lugares, códigos da paisagem e analogias.

Segunda parte: Arquitetura e seus recursos: Orografia, hidrografia, clima e recursos materiais.

Terceira parte: Arquitetura da complexidade, modelos e tipologias.

Cecchetto (1998, p. 40) apresenta a arquitetura urbana como um produto da arquitetura rural. Diz que na interpretação que hoje fazemos

⁹ Termo alemão que se refere à Europa Central que, embora descreva essa localização geográfica, denota um conceito político da união dessa região.

da arquitetura urbana deve ser levado em conta que os centros urbanos surgiram a partir de pequenos centros.

Então, interpretar a tipologia e modelos é voltar ao passado e verificar que o antigo *“influenciou a formação de pequenos e grandes centros (...) e, em qualquer caso, devemos considerar o produto urbanístico popular e camponês na íntegra, e não menos aos urbanos”*.

Assim, não é por acaso que com referência aos de tipos de edifícios, na terceira parte, vamos misturar exemplos e considerações de edifícios, artefatos urbanos e blocos com edifícios e agregações rurais. Isso facilitou talvez pelo caso Trentino, onde urbana e rural parecem mover-se em harmonia por muitos períodos da história do seu território (Cecchetto, 1998, p. 41).

A arquitetura rural é a primeira e imediata vitória do homem que retira seu sustento da terra. Esta vitória passa a ser uma necessidade, mas saturada com evoluções artísticas. Se a abelha faz sua célula sempre igual, devemos reconhecer que a abelha usa o mesmo material para construir e viver apenas em determinadas condições climáticas. O homem não. Este tem de apresentar seus instintos para as possibilidades oferecidas pelo ambiente (idem, p. 42).

Paisagem e arquitetura rural, assim, foram a base da tela que é o resultado de uma presunção de fundo: descobrir os princípios e regras de composição pode reconectar fios quebrados de diferentes relações entre a arquitetura com o ambiente, o sítio e contexto (idem).

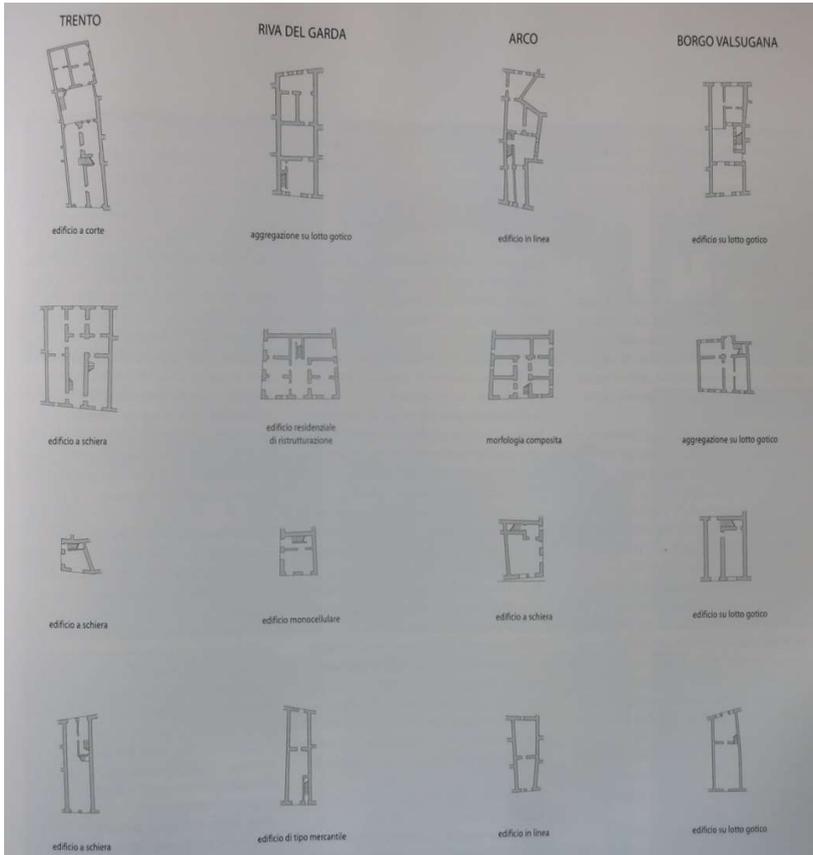
Em 1978 a Província Autônoma de Trento baixou lei para elaborar um plano para dar maior atenção aos centros históricos: assim, foram classificados os tipos e classes de edifícios para intervenções (restauro, reforma, demolição, etc.).

A lei exigiu agrupar os edifícios em categorias, de acordo com suas características tipológicas, e fixar para cada um deles a intervenção mais compatível.

Com essa lei Leonardo Benevolo, então cônsul da Província, codificou não só o tipo de edifício como uma unidade de leitura do tecido

morfológico mais antigo, mas ele vê na investigação tipológica um instrumento de verificação e legitimidade do tipo de intervenção possível, admissível e, portanto, financiável.

Figura 20 - Plantas de edificações de centros históricos de Trento



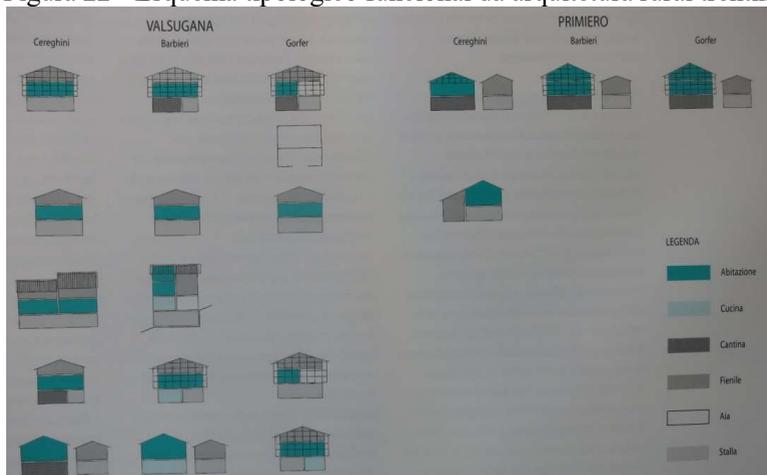
Fonte: Cecchetto (1998, p. 283).

Figura 21 - Variedade de edificações em Val di Fiemme



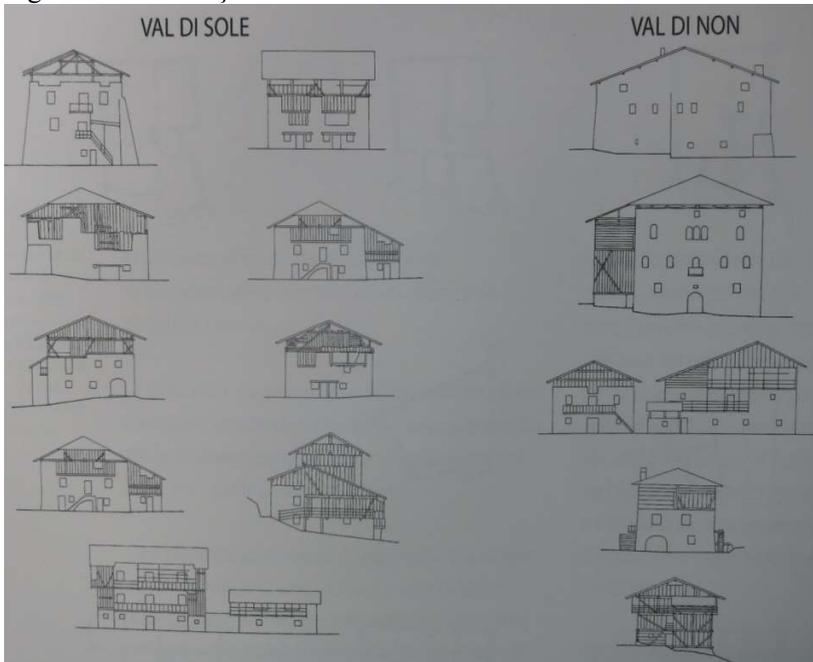
Fonte: Cecchetto (1998, p. 284)

Figura 22 - Esquema tipológico funcional da arquitetura rural trentina



Fonte: Cecchetto (1998, p. 287)

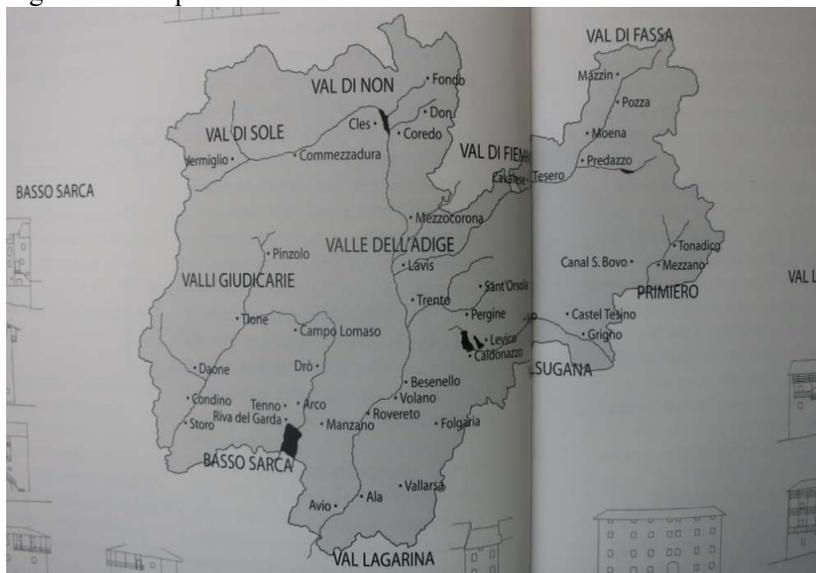
Figura 23 - Edificações rurais



Fonte: Cecchetto (1998, p. 286-287)

Entre tantos centros históricos temos estes como exemplos analisados por Cecchetto: Trento, Riva del Garda, Arco e Borgo Valsugana. São edifícios semelhantes, muitas vezes idênticos, neles aparecem inserções em diferentes categorias de tipo, muitas vezes difíceis de fazer uma comparação. Porém, podemos sim fazer comparação com edifícios dos descendentes desses italianos que imigraram para o Vale do Itajaí. Aqui eles construíram de forma mais dispersa levando em conta que tinham muito mais espaço livre, além do clima diverso de suas origens, não tinham necessidade de fazer com que tudo acontecesse numa mesma edificação. Assim, construiu-se a casa onde abrigava dormitórios e sala, separadamente o ambiente de cozinha e refeições, além de outras edificações que abrigavam as ferramentas, os animais e produtos da terra.

Figura 24 - Mapa do Trentino



Fonte: Cecchetto (1998, p. 292-293)

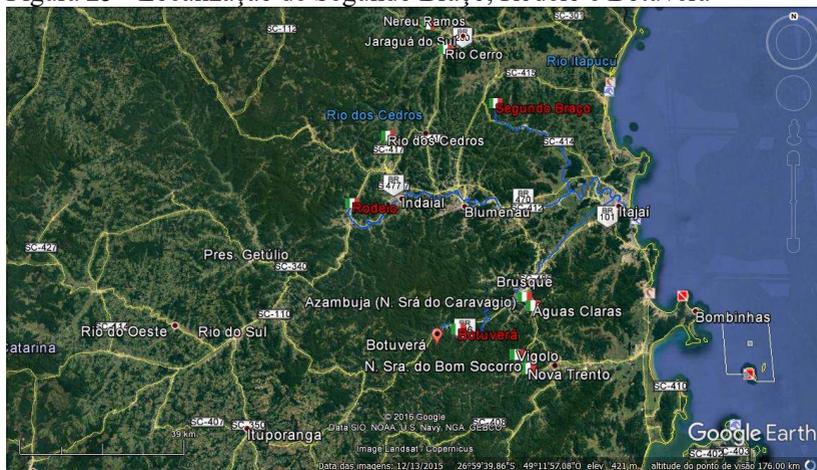
3.4 O VALE DO RIO ITAJAÍ

O Distrito de Itajaí foi criado em 1833 com jurisdição em Porto Belo. Em 1835 foi obtida autorização do governo da província para criar duas colônias no Vale do Rio Itajaí, que foram entregues a Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond: foi ele quem instalou o primeiro engenho de serra na região, e um estaleiro, de onde sairia a embarcação São Domingos Lourenço, em sua primeira viagem para o Rio de Janeiro, carregada de produtos da terra (Cabral, 1970, p. 213). “Situada à entrada do vale, embora ainda praticamente inexplorado, mas com porto praticável, (...) tornado o mais frequentado do Estado, o povoado de Itajaí teve um notável ritmo ascensional” (Cabral, 1970, p. 214). Em 1859 erigiu-se em vila e 1876 recebeu os foros de cidade, tornando-se umas das mais prósperas e ricas do litoral catarinense, ainda conforme Cabral. Originaram-se do município de Itajaí duas principais colônias: Blumenau e Brusque, que deram origem a outras.

“Gaspar, situado sobre o Itajaí-Açu, à sua margem direita, teria sido povoado por elementos nacionais, que nas suas proximidades construíram um estaleiro”, conforme Cabral (1970, p. 215). Em 1837, Gaspar contava com 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras nos arraiais

de Belchior e Pocinho e era constituída de colonos oriundos da ilha de Santa Catarina e da colônia São Pedro. Outros 27 povoadores nacionais receberam terras na região, em 1842. Também colonos alemães idos de São Pedro de Alcântara, São José e Alto Biguaçu, em 1848 instalaram-se nas proximidades, aos quais, de 1850 a 1860, reuniram-se algumas famílias de origem italiana, oriundas de Nápoles e Gênova (Cabral, 1970, p.215). Gaspar teve a sua vida bastante ligada e influenciada pela vizinha colônia Blumenau, embora nada tivesse a ver com a colonização iniciada pelo Dr. Hermann Blumenau. Em 1861 Gaspar se constituiu distrito e só em 1934 foi elevada à categoria de município.

Figura 25 - Localização de Segundo Braço, Rodeio e Botuverá



Fonte: Google Earth (2015).

3.4.1 Colônia Blumenau

A Colônia Blumenau, fundada pelo Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau no ano de 1850, iniciou a povoação por imigrantes alemães liderados por seu fundador. Localizada às margens do rio Itajaí-Açu, desenvolveu inicialmente uma colônia agrícola e tornou-se, mais tarde, um importante polo industrial têxtil do país.

A 28 de agosto de 1852 foram vendidos os primeiros onze lotes de terras aos colonos alemães aliciados pelo Dr. Hermann Blumenau, na colônia situada sobre o Itajaí-Açu, à sua margem direita, junto à foz do rio Garcia, e que viria a constituir,

com os anos, a maior e a mais próspera das colônias alemãs de Santa Catarina, e que receberia, desde o início, o nome de seu fundador (CABRAL, 1970, p. 216).

Após vinte anos da sua fundação, a Colônia Blumenau contava com 6 mil habitantes, 92 fábricas, 27 mil cabeças de gado, 30 quilômetros de estradas de rodagem e exportava produtos. “Sua maior parte emancipava-se, vindo a constituir o Município (Lei nº 860, de 4 de fevereiro de 1880), enquanto outra parte ainda permanecia sob o regime especial das colônias” (Cabral 1970, p.218). Ainda conforme Cabral (1970), até 1916 entraram em Blumenau cerca de 22 mil colonos, seguindo-se aos alemães, em quantidade, os italianos, os austríacos, os suíços e os de outras nacionalidades e, do território que em 1880 constituiu o município, desmembrado de Itajaí, saíram já cerca de 25 outros. A colônia passou a expandir-se nos anos seguintes, sendo criado em 1866 o distrito de Indaial, que bem mais tarde passa a ser município, mais adiante desmembrado, dando origem ao município de Ascurra.

A cidade de Rio do Sul, localizada no Alto Vale, pertence ao sistema de expansão de Blumenau, que foi subindo o vale e ocupando as terras, no rumo da picada aberta pelo engenheiro Emílio Odebrecht, com destino ao planalto, conforme Cabral (1970). Do município de Rio do Sul originaram-se vários outros, como Barra do Trombudo, Cobras, Entre Rios (Ribeirão Grande), Laurentino, Pouso Redondo, Serra Alta, Taió e Trombudo Central. Benedito Novo, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó estão diretamente ligados, nas origens, à Colônia Blumenau, pois dela foram distritos fortemente colonizados por italianos. “*Rodeio, povoada inicialmente por 120 tirolezes e italianos, de Trento, em 1875, no ano seguinte recebeu mais imigrantes italianos das regiões de Veneza, Cremona, Brescia e Treviso*” (Cabral, 1970, p. 220).

Apiúna, inicialmente conhecida como Aquidaban, recebia os primeiros imigrantes italianos, um grupo de famílias vindas de três núcleos já formados, quais sejam Ascurra, Rio dos Cedros e Rodeio, subindo pelo rio Itajaí-Açu. A permanente ameaça e perigo provocado pela presença dos índios, serpentes venenosas, onças e pumas (onça-parda) que arrebatavam a criação dos currais e ameaçavam também os moradores em seus ranchos, mais a malária que se alastrava desde a localidade denominada Piave, fez com que esse grupo de imigrantes abandonasse as terras, voltando a povoar Ascurra e Aquidaban. Sobrevieram algumas famílias alemãs e polonesas, provenientes da colônia do Dr. Hermann Blumenau. Muitos anos depois, a população de

3.4.2 Colônia Brusque

A Colônia de Brusque, fundada no ano de 1860, inicialmente chamada de Colônia Itajaí, criada às margens do rio Itajaí-Mirim, nove léguas acima do ponto de confluência no Itajaí-Açu. Terras situadas num lugar chamado de Vicente Só eram habitadas por Pedro José Werner, “com casa e engenho, onde se abrigavam os primeiros 59 colonos dirigidos pelo Diretor da Colônia, o Barão Maximiliano de Schneeberg, e chegados a 4 de agosto daquele ano” (Cabral, 1970, p. 221). Eram todos colonos de origem alemã. O presidente da Província naquela época era o Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque.

A afluência de imigrantes para Brusque foi grande e a firma Steimann & Cia., de Antuérpia, que contratara com o governo a remessa de colonos, através de intensa e bem conduzida propaganda, conseguia aliciar grande número de famílias desejosas de deixar a Europa, em busca de melhores dias na América (CABRAL, 1970, p.221).

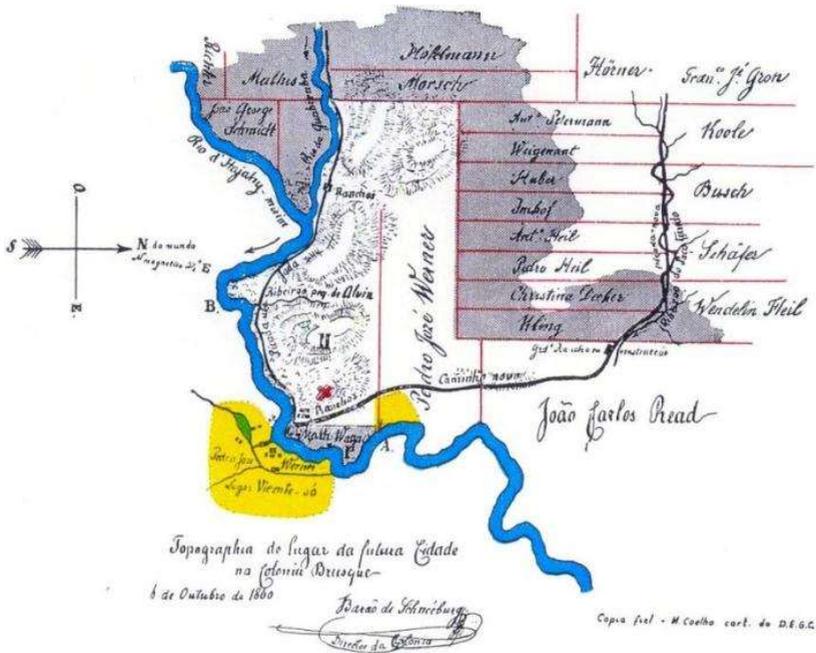
Com a intensificação do movimento migratório no ano de 1875, muitos colonos de origem italiana foram conduzidos para a Colônia Brusque, pois lá havia possibilidade de sucesso, a colônia se desenvolvia e já contava até com 24 fábricas, casas comerciais e numerosos artífices, conforme Cabral (1970). Abre-se a estrada em 1875 entre Brusque e Itajaí, o que facilita a entrada dos imigrantes. “Os trentinos foram os primeiros a beneficiar-se da estrada. Até 1875, os novos imigrantes tinham sido transportados para as colônias por meio de canoas, que deviam subir o Itajaí-Mirim até Brusque.” (Grosselli, 1987, p. 304.)

A colônia foi emancipada em 1881, por decreto imperial, e elevado seu território à categoria de município. Em 1890 já contava com mais de 12 mil habitantes e o governo do estado oficializou o nome de Brusque para a colônia. Do seu território foram desmembradas partes que deram origem aos municípios de Botuverá (antigo Porto Franco), Guabiruba, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

No mapa abaixo, desenhado originalmente em 1860, vemos em cor amarela o lugar Vicente Só, que foi o núcleo inicial de povoação. Logo acima, o nome Pedro João Werner, com grande lote demarcado, donde originou-se o que hoje corresponde ao centro da cidade. As cidades de Botuverá e Guabiruba localizam-se no lado oeste do recorte territorial,

nos braços dos rios Guabiruba e Itajaí-Mirim, respectivamente. A colônia Nova Trento fica 25 km ao sul de Brusque.

Figura 27 - Primeiro mapa da Colônia “Itajaí” (Brusque) – de 1860



Fonte: http://www.familiaimhof.com.br/primeiro_mapa_de_brusque.htm

3.4.3 Nova Trento

Foi para o Vale do Rio Tijucas, no encontro do ribeirão do Alferes com o rio do Braço, que foram levados alguns dos trentinos. O núcleo dos trentinos fazia parte de Brusque, a 25 km ao sul da sede. Em 1875 foi fundada a colônia de Nova Trento, na localidade hoje denominada Claraíba, então distrito colonial de Brusque, conforme Grosselli (1987, p.306).

Como a maior parte dos povoadores da região era proveniente de Trento, norte da Itália, a colônia recebeu o nome de Nova Trento. À medida que a população aumentava, novas estruturas tornavam-se necessárias para a organização e a ordem da colônia. Distrito de Brusque,

Nova Trento foi elevado à condição de município em agosto de 1892, conforme Grosselli (1987).

Destacada com certa particularidade pela localização e facilidade de acesso para escoação de seus produtos para comércio, “Nova Trento formava um núcleo social bastante compacto em que o surgimento de um mercado, entendido como lugar físico em que se desenvolvem os câmbios de mercadorias” (GROSSELLI, 1987, p. 484). Porém, mais tarde, após a Primeira Guerra Mundial, Brusque se destaca com o início da industrialização e muitos daqueles imigrantes e seus descendentes rendem-se à essa nova empreitada e vão trabalhar nas fábricas têxteis de Brusque.

3.4.4 Colônia Luiz Alves

Fundada pelo engenheiro austríaco Júlio Grothe no ano de 1877, iniciou com 230 colonos e no ano seguinte já contava com 500, distribuídos em 68 famílias italianas, 26 alemães e 22 nacionais. Passou a ser distrito de Itajaí em 1903, com elevação à categoria de município em 1958. Júlio Grothe foi quem trabalhou e comandou a demarcação dos lotes em Luiz Alves a partir de 1877, segundo Bohn (2015). Grothe explorou a extensão e condição das terras do vale, devolutas e particulares, entre o rio Luiz Alves e a enseada de Itapocoroy (Penha), particularmente em relação aos futuros caminhos. As terras devolutas, na margem esquerda seguindo o rio Luiz Alves para a nascente, começavam na foz do ribeirão Serafim. Escolheu as terras próximas à foz do Serafim para sede da Colônia. A Colônia foi instalada pelo Governo Provincial, em terras autorizadas pelo Governo Imperial. Sua sede não podia ficar em terras de particulares. Ainda segundo Bohn (2015, p.31), levantou-se a planta do curso principal do rio Luiz Alves até perto de sua nascente. Feitas também as plantas dos rios Primeiro Braço do Norte até acima dos lotes; Segundo Braço do Norte até as nascentes, igualmente do Terceiro Braço do Norte. Os lotes demarcados mediam 275 metros de frente por 1.100 metros de fundo.

3.5 ARQUITETURA RELIGIOSA E RESIDENCIAL A PARTIR DE EXEMPLARES DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO VALE DO ITAJAÍ

Conforme Silva (2001), que pesquisou a história local e regional através das poucas publicações existentes, entende-se a sociologia da região no que se refere à vocação religiosa. Não poderíamos deixar passar

em branco, no decorrer desta pesquisa, a religiosidade marcante trazida pelos imigrantes italianos. Em todas as vilas por eles formadas a religiosidade foi sempre muito forte. Mencionaremos quatro lugares tidos como de importância pela Igreja Católica: Santuário de Azambuja, dedicada à Nossa Senhora do Caravaggio, em Brusque; Santuário Santa Paulina e Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, em Nova Trento e Paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Jaraguá do Sul que, iniciados pelos imigrantes com uma pequena capela, tornaram-se centros de visitação e romaria. Outros exemplos, estão presentes nos diversos núcleos formados pelos imigrantes italianos.

Tão logo se estabeleciam em seus lotes os imigrantes construíam um abrigo provisório: eram choupanas de troncos roliços cobertos com folhas e um lugar sagrado onde colocavam imagens (quadros ou estátuas) de seus santos protetores, trazidos da Europa junto com a bagagem. Mas, mesmo antes de construir suas casas de madeira ‘de lei’, numa segunda fase, ou de tijolos’, numa terceira fase, preocupavam-se com a construção de templos. Esse fato é marcante na colonização italiana, devido à grande devoção católica. De acordo com Grosselli (1987, p. 444),

A Igreja Católica e suas estruturas foram envolvidas no processo migratório dos trentinos para as terras brasileiras. Isto ocorreu do lado de cá e de lá do oceano e a presença da Igreja ao lado dos imigrantes influiu notavelmente na sorte da própria imigração. Quem estava partindo eram os camponeses e em nossos campos a classe camponesa estava organizada em torno da Igreja. O centro de encontro de nossa gente era a Igreja, seu líder, não somente espiritual mas também político, era o padre.

Interessante notar que os imigrantes vindos para o vale do Itajaí, não somente trentinos, mas também vênnetos e lombardos, não tiveram um padre com eles nos primeiros anos para comandar a construção das primeiras capelas. Grosselli (1987, pg. 428) transcreveu parte da carta de um imigrante, endereçada aos parentes na Itália, publicada no *Voce Cattolica* aos 15-06-1886, que se queixava da ausência de um padre: “...em dez anos que estamos aqui nunca (...) assistimos a uma Santa Missa em dia de domingo ou de festa, nunca uma explicação do Evangelho por um sacerdote”. Mesmo sem a presença de um sacerdote, os imigrantes tinham como centro de encontro o lugar religioso, ou seja, a capela, que também servia de espaço para catequese e escola durante a

semana, conforme explica Silva (2001, pg. 94) a respeito das primeiras escolas no vale do Itajaí e Grosselli (1987, pg. 429). De todo modo, os camponeses do norte da Itália transportaram para as florestas brasileiras o tipo de sociedade que tinham vivido na Europa, mesmo que comumente estivessem privados de padres.

Já nos primeiríssimos meses de sua permanência em terra brasileira seus esforços foram endereçados não somente e não sobretudo para a criação e espaços físicos de vida, para a dominação da floresta virgem: buscaram de imediato recriar, como lhes era possível, comunidades que tivessem na religião um centro regulador, uma ética, uma moral, até uma lei civil. E as capelas, que logo surgiam numerosíssimas, ao lado das primeiras choupanas, não eram senão o sinal material deste endereçamento, desta “prioridade” que espontaneamente foi definida por todas as comunidades ítalo-brasileiras de que temos notícia (no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina, no Paraná, como no Espírito Santo) (GROSSELLI, 1987, p. 445).

Figura 28 - Igreja Matriz de São Francisco de Assis – Rodeio, SC



Fonte: <<http://www.rodeio.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/680>>.

Igreja Matriz de São Francisco de Assis, construída em 1894 pelos imigrantes italianos e inaugurada em 1899. De arquitetura gótico-romana

e instalada na colina verdejante, a obra completa-se com o Convento Franciscano São José, onde em 1895 se estabeleceram os primeiros religiosos.

Percebemos nessa obra um elemento comum na arquitetura italiana, qual seja, a presença de arcos. A ausência de beiral e de varanda também podemos considerar como estilo dessa arquitetura.

A segunda foto mostra alguma alteração ao longo do tempo, com acréscimo de pequenos campanários e aumento no tamanho da fachada frontal.

Figura 29 - Igreja Matriz de São Francisco de Assis atual – Rodeio, SC



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 22 abr. 2016

O povo de Nereu Ramos tem grande devoção à Nossa Senhora do Rosário. É invocada como padroeira há mais de um século, quando ainda a localidade era conhecida pelo nome “Retorcida”. A primeira capela da localidade era de madeira, datada aproximadamente de 1900. A segunda, de 1918, era de alvenaria. A localização dessas duas primeiras, demolidas, era a pouca distância da atual. A atual é, pois, a terceira igreja católica de Nereu Ramos, inaugurada no ano de 1952 e restaurada no ano de 2008.

Figura 30 - Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Jaraguá do Sul



Foto: Elaborado pelo autor, tomada em 2 ago. 2015

Figura 31 - Casa em Rodeio (1903), situada no Bairro Gávea



Fonte: <<http://www.rodeio.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/1867>>.

A casa mostrada na Figura 30 data de 1903, com poucos elementos decorativos em sua fachada, dotada de grande racionalismo e simetria. É provável que as aberturas tenham sofrido alteração ao longo dos anos. O material utilizado, tijolos aparentes e pequeno beiral marcam época, demonstrando também a afirmação da etnicidade.

Figura 32 - Dois ângulos de casa em Rodeio, SC, construída em 1909



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 22 abr. 2016

Figura 33 - Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Warnow Alto



Fonte: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/16479379.jpg>>.

A história registra que foi em 22 de setembro de 1902 que a Igreja Católica autorizou a construção da capela, a aproximadamente 100 metros da atual edificação. Em 1904, Frei Francisco Tenschert abençoou e fez a transferência de local. Nesse mesmo ano o alemão Júlio Stoy deflagrou o início da atual construção, edificada em alvenaria de tijolos à vista, em estilo românico. No interior encontramos entalhes em madeira e afrescos com figuras de anjos e santos.

Figura 34 - Igreja Nossa Senhora das Dores (Dolorata) - Rio dos Cedros



Fonte: <<http://www.circolotrentino.com.br/site/conteudo/index.php?id=82595>>.

Na Igreja Nossa Senhora das Dores, localizada em Rio dos Cedros, edificada em estilo eclético, identificamos elementos do estilo românico e presença de pilares que lembram a *artdéco*.

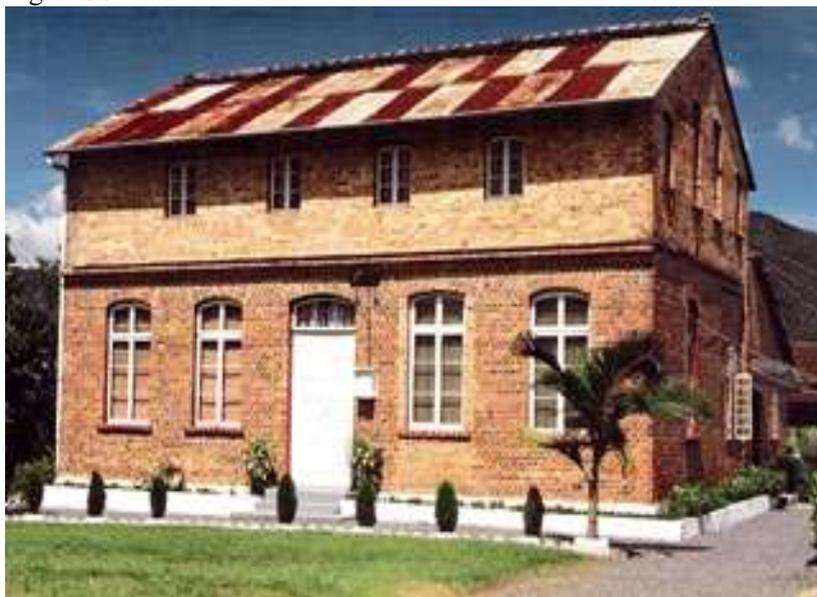
A casa da Família Dall’Agnolo (Figura 34, abaixo) apresenta característica marcante da arquitetura italiana, presente na fachada principal com seus arcos plenos. Também a ausência de beirais caracteriza a edificação do imigrante italiano.

Figura 35 - Casa da Família Dall’Agnolo – Rio dos Cedros



Fonte: <<http://www.circolotrentino.com.br/site/conteudo/index.php?id=43441>>.

Figura 36 - Casa da Família Lenzi – Pomeranos – Rio dos Cedros



Fonte: <<http://www.circolotrentino.com.br/site/conteudo/index.php?id=43441>>.

A casa da Família Lenzi foi edificada em dois pavimentos, pequenos beirais, aberturas em arco, ausência de varandas e tijolos aparentes, caracterizando a arquitetura trentina.

Figura 37 - Capela de São Jorge – Vigolo Vataro – Nova Trento



Fonte: Adelina Borgonha Lopes, tomada em 6 nov. 2011

De acordo com informações acessadas no site do Santuário Santa Paulina, construiu-se na região de Vigolo, em Nova Trento, a capela de São Jorge, sendo responsáveis pelo início da obra, em 1876, os moradores da região. Antes de concluir a capela, eles planejaram a construção de uma bela Igreja e, com o apoio do Pe. Marcello Ronchi, iniciaram a obra. Por motivação e devoção do sacerdote, a nova igreja foi dedicada à Nossa Senhora de Lourdes. Lá encontra-se uma imagem, originária da França, da Virgem de Lourdes, que ficou na igreja de Nova Trento até 11 de fevereiro de 1889. Nesse mesmo período constrói-se uma gruta, sendo demolida a capelinha de São Jorge, onde é erguido o Santuário. A capela de São Jorge é reconstruída em 1916. Com traços de arquitetura renascentista românica, a capela de São Jorge deu lugar à construção do Santuário Nossa Senhora de Lourdes.

Figura 38 - Santuário N. Senhora de Lourdes – Vígolo Vataro, Nova Trento



Fonte: Eduardo Borgonha Lopes, tomada em 6 nov. 2011

No dia 11 de fevereiro de 1895, conforme descreve o *Diário Della Residenza*, foi realizada a bênção do novo Santuário. Benzeu-se o Santuário, levou-se em procissão a imagem da Imaculada e colocou-se a estátua no nicho da gruta. No dia 19 de outubro de 1991, um dia após a beatificação de Madre Paulina, é colocada a imagem da beata, e o lugar histórico passa a receber muitos romeiros que chegavam a Vígolo para agradecer a Deus pela intercessão de Madre Paulina e para fazer seus pedidos. No dia 9 de julho de 1998, data comemorativa à festa litúrgica de Madre Paulina, Dom Eusébio Oscar Scheid, então Arcebispo de Florianópolis, tornou público a Igreja de Vígolo como Santuário Madre Paulina, até ser construído o novo Santuário em honra à Bem-aventurada Madre Paulina (conforme relatos no site Santuário Santa Paulina, 2009).

Figura 39 - Torre da Igreja Nossa Senhora do Bom Socorro – Nova Trento



Fonte: Thiago Dambros, tomada em 22 abr. 2011

A devoção à Nossa Senhora do Bom Socorro teve início em Blosville (Ruão), na França, em 1060. O Santuário em homenagem à Nossa Senhora do Bom Socorro foi erguido sobre o Morro da Cruz, com a ajuda do povo de Nova Trento, entre 1899 e 1912. Tem traços da arquitetura românica, com destaque para os arcos plenos romanos e góticos, em suas aberturas no presbitério. Construído a 525 metros de altura, é lá que se encontra uma estátua em bronze, de Nossa Senhora do Bom Socorro, doada pela Família Imperial da França. No alto do morro há um mirante, de onde se descortina uma visão panorâmica de todo o Vale dos Tijucas até o encontro com o mar. Conforme relatos no site da Arquidiocese de Florianópolis, milhares são os romeiros e devotos que a Ela acorrem, agradecendo e pedindo graças, especialmente na festa que lhe é dedicada, no primeiro domingo de maio.

As famílias vindas do distrito de Treviglio (Itália), no dia 22 de outubro de 1875, depois de embarcarem em Le Havre (França) para emigrarem para o Brasil, combinaram entre si que ficariam sempre unidas. Para isso levantariam uma igrejajinha ou capela em honra da *Madonna de Caravaggio*. A promessa de permanecerem sempre juntos não se concretizou, fixando-se no Vale de Azambuja (Valata Azambuja), situado a três quilômetros de Brusque, apenas nove colonos. Inicialmente

chamado de Caminho do Ribeirão ou Caminho do Meio, tomou o nome de Azambuja, possivelmente em homenagem ao Diretor do Departamento de Terras, Conselheiro Dr. Bernardo Augusto Nascentes d'Azambuja, conforme relatado no site da Arquidiocese de Florianópolis, CNBB Setor 4, 2011.

Figura 40 - Escadaria da Igreja N. Senhora do Bom Socorro – Nova Trento



Fonte: Thiago Dambros, tomada em 22 abr. 2011.

Já em 1876, apenas tinham chegado os primeiros colonos ao vale de Azambuja, começaram a pensar em construir uma Capela em honra de Nossa Senhora de Caravaggio. Após algumas discussões de como fazê-la, no primeiro domingo de novembro de 1884 chegaram a uma conclusão: decidiram construí-la de tijolos, para que ficasse mais segura e mais barata, pois tudo se faria ali mesmo. No final daquele mês era iniciada a fabricação dos tijolos e das telhas para o futuro templo. Foi erguida uma pequena igreja, medindo 6 metros de comprimento por 3 metros de largura. Com a sacristia, totalizava 36 m². O terreno foi doado por Pietro Colzani, proprietário do lote nº 16. Sobre o altar, um quadro de Nossa Senhora de Caravaggio, vindo diretamente da Itália. Esse quadro ainda hoje pode ser admirado na gruta anexa ao Santuário. Ali não é

invocada Nossa Senhora de Caravaggio, mas Nossa Senhora de Azambuja. No dia 24 de abril de 1887 a Capela foi benta pelo Padre Marcello Ronchi SJ, estando presente também o Padre João Fritzen SJ, Vigário de Brusque.

Azambuja logo torna-se um centro de peregrinações. Crescendo o número de romeiros e vendo a importância espiritual que alcançava, o Padre Antônio Eising inicia a construção de uma nova igreja em 1892, ano em que chega a Brusque. A nova igreja, que mede 10 metros de largura por 12 de comprimento, fora o Presbitério, foi concluída em 1894. A antiga ermida, que ficava um pouco abaixo do atual Santuário, conservou o quadro de Nossa Senhora. Encomendaram na Itália as imagens de Nossa Senhora e de Joanita, as mesmas que ainda hoje se encontram no altar-mor do Santuário. A partir de 1892 é comemorada a tradicional festa de 26 de maio, dia da aparição. Em 15 de agosto de 1900 é celebrada pela primeira vez a festa da Assunção de Nossa Senhora.

Cada vez mais devotos afluíam para as festas. Consta que na festa de 1900 contaram-se 2.000 romeiros. Crescendo a importância, o Bispo Diocesano de Curitiba, Dom Duarte Leopoldo e Silva, a 1º de setembro de 1905 eleva a Capela de Azambuja à dignidade de Santuário Episcopal, com o título de Santuário de Nossa Senhora de Azambuja, desmembrando-o da jurisdição do Vigário de Brusque. Na mesma oportunidade é nomeado "Fabriqueiro-Administrador do Santuário e Delegado da Autoridade Diocesana, com plenos poderes", o Padre Gabriel Lux, SCJ.

A finalidade da criação foi, basicamente, para através das esmolas dos romeiros propiciar condições de subsistência à Santa Casa de Misericórdia de Nossa Senhora de Azambuja, criada três anos antes, a 29 de junho de 1902, conforme pesquisa no site da Arquidiocese de Florianópolis em 30/10/2011. No dia 2 de novembro de 1927 são retirados da antiga Capelinha os quadros, bancos e ex-votos. No dia seguinte é feita a demolição da mesma. Ali junto à fonte, cujas águas são tidas como miraculosas, dá-se início à construção de uma gruta. Um ano depois, a 9 de dezembro de 1928, o Padre Jaime abençoava e inaugurava o novo monumento de piedade. Na gruta são entronizadas as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e Bernadete. Sobre a gruta, que está dois metros abaixo do nível do terreno, uma capela, onde estão o quadro de Nossa Senhora de Caravaggio e os ex-votos dos romeiros. Anualmente são celebradas duas festas: a primeira, Nossa Senhora do Caravaggio, no último sábado de maio; a segunda, Nossa Senhora de Azambuja, no terceiro domingo de agosto.

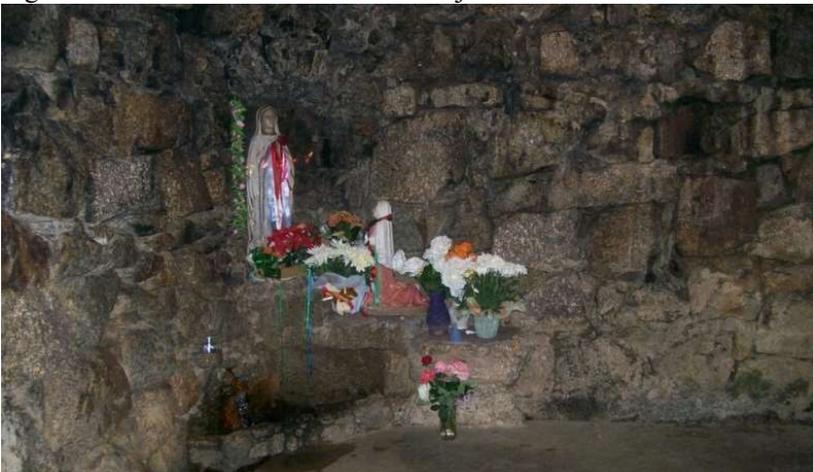
Figura 41 - Capela dos ex-votos e Gruta de Azambuja



Fonte: http://arquifln.org.br/box_001.php?cod_052=89&cod_link=28

Capela dos ex-votos, com o quadro de N. Senhora do Caravaggio. Em sua arquitetura podemos observar diversos elementos decorativos, num ecletismo de formas, sendo marcante os arcos e colunas decorativas.

Figura 42 - Interior da Gruta de Azambuja



Fonte: http://arquifln.org.br/box_001.php?cod_052=89&cod_link=28

3.5.1.1 Rodeio

Nesta divisão de capítulo discorreremos sobre Rodeio, um dos lugares povoado por imigrantes de origem trentina no final do século XIX. Foi um núcleo de povoação que pertenceu à Colônia Blumenau. Esse lugar reflete fielmente as origens de uma cultura, trazendo à tona memórias de imigrantes que não negaram em seu cotidiano aquilo que veio em suas bagagens, seja através da língua, da culinária, da religiosidade, das canções e danças, do trabalho na lavoura, da arquitetura, enfim, em seus costumes do dia a dia.

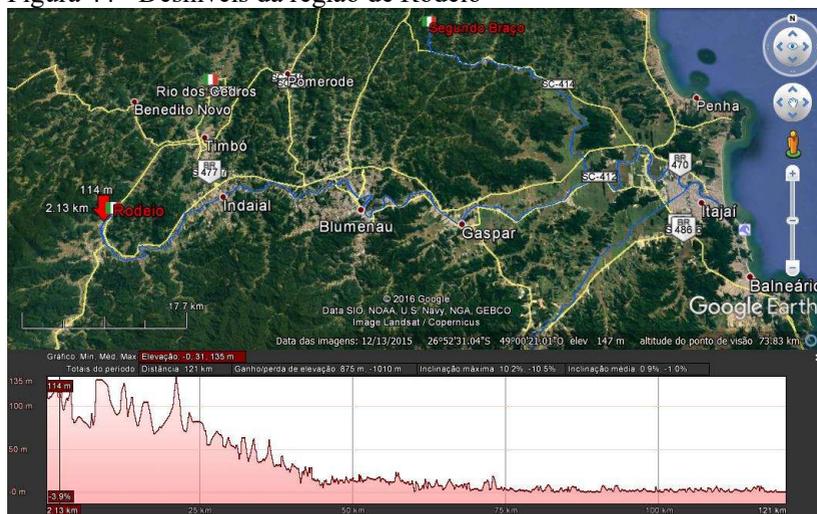
Picada de Rodeio. A área situada além da confluência entre os rios Benedito e Itajaí-Açu recebeu, a partir de 1875, levas de trentinos e também de imigrantes provindos de Verona, Cremona, Brescia, Treviso e outras áreas da península itálica. As primeiras 120 famílias, originárias da região de Trento, aportaram em Itajaí em agosto de 1875. A partir daí, foram conduzidas em barcos até a sede da Colônia Blumenau (Roteiros Nacionais da Imigração – Santa Catarina. Volume I – Histórico, análises e mapeamento da regiões. IPHAN, p. 87).

A cidade de Rodeio está localizada no Médio Vale do Itajaí-Açu. Limita-se ao norte com os municípios de Timbó e Benedito Novo, ao sul com Acurra, a oeste com Benedito Novo e a leste com Indaial. Está numa altitude de 88 metros com relação ao nível do mar.

A cidade se aninhou nas terras planas do vale banhado pelo ribeirão São Pedro, perto da margem esquerda do Itajaí-Açu. Nas encostas, nas colinas, nos montes e à sombra das montanhas estão incrustadas as vilas ou bairros dispersos e interligados da zona rural. A principal rua, a Barão do Rio Branco, por onde passa o maior fluxo que interliga Rodeio às cidades limítrofes e onde fica a Prefeitura Municipal, é o traçado do perfil urbano (CANI, Iracema Maria Moser. Histórias e Memórias de Rodeio. Indaial : Uniasselvi, 2011, p. 7).

Por ter-se constituído numa população de origem italiana, predominantemente trentina, por seus usos e costumes particulares, dos quais o seu dialeto é o mais expressivo, Rodeio foi denominado simbolicamente “Vale dos Trentino” e faz parte do mapa turístico do “Vale Europeu (idem, p. 8).

Figura 44 - Desníveis da região de Rodeio



Fonte: Google Earth – Adaptação do Autor

Rodeio fazia parte da antiga Colônia Blumenau, fundada em 1850 pelo alemão Dr. Hermann Otto Blumenau, e está distante desta em 45 km. Ainda de acordo com Cani (2011), Rodeio tinha originalmente uma extensão de 838 km² e o município era dividido em dois distritos: Rodeio e Benedito Novo. Com a emancipação do distrito de Benedito Novo, para a cidade de Rodeio restaram apenas 134 km², sendo que, segundo a Epagri, 58% da área íngreme é de difícil agricultura, mas com possibilidade de servir para reflorestamento: de toda a área florestal, 34% são formadas de ondulações e encostas e 8% de área plana. Os lotes distribuídos aos colonos imigrantes na colonização atingiam, em média, 25 hectares.

A cidade se espalha ao longo de duas ruas principais, mais de 100 vias secundárias e transversais, alguns becos e duas praças. O centro urbano conta com ruas pavimentadas de

paralelepípedos, que ligam o município às cidades vizinhas através das rodovias principais.

Figura 45 - Rodeio: lotes distribuídos aos colonos



Fonte: <<http://www.oblumenauense.com.br/site/de-camponeses-trentinos-italos-brasileiros-parte-ii/>>.

O meio rural que circunda a cidade está geograficamente disperso nos montes, nas encostas e nas áreas planas, que se escondem entre curvas do vale. São recantos bucólicos, pitorescos, interligados por estradas de terra, macadamizados e em qualquer tempo transitáveis.

As edificações do município são todas ligadas à rede de energia elétrica e à de água tratada. Há vários postos de combustíveis espalhados ao longo da via principal. Bares, lanchonetes, restaurantes, supermercados, casas comerciais, indústrias e um hotel, instalado majestosamente em frente à cascata, abastecem suficientemente a demanda local e regional (...). Nos materiais de construção civil, predominam as construções em alvenaria, em substituição às edificações antigas de madeira, por causa do controle atual na extração do precioso lenho. É raro encontrar hoje antigas construções enxaimel, comuns no passado, por influência da primitiva colônia alemã do qual Rodeio fazia parte no início da colonização. O estilo atual é variado, sem uma específica preocupação pelas características culturais. A influência das facilidades dos meios de comunicação deixa à vontade as áreas de Engenharia e Arquitetura, modificando aos poucos o ambiente e o próprio estilo de vida, o que resulta num complexo diferencial nítido em relação a estilos modernos (CANI, 2011, p. 10).

De acordo com Cani (2011) o templo católico no centro da cidade, denominado Igreja Matriz de São Francisco de Assis, construído em 1998 por imigrantes italianos fundadores e suas famílias, também já sofreu várias reformas ao longo do tempo, preservando-se a estrutura física e suas linhas arquitetônicas gótico-romanas, com reformas parciais, conforme pode-se observar nas figuras 27 e 28. Alguns detalhes internos também já não são mais os originais, assim como a cúpula da torre, antigamente em estilo romano, que agora é ogival.

Existem ações voltadas à preservação dos usos e costumes na área social de Rodeio, sobretudo da tradição italiana, com maiores influências da trentina e parte da vêneta. Essas evidências revelam-se na linguagem dialetal, na religiosidade e na culinária (Cani, 2011).

A denominação “Vale dos Trentinos” veio a partir da obra editorial de um italiano, Othmar Seehauser, fotógrafo e repórter a serviço da Província Autônoma de Trento, que esteve em Rodeio, Rios dos Cedros e Nova Trento por volta de 1988 para registrar locais, pessoas e fatos de origem de perfil trentino. “Em Rodeio encontrou uma singular semelhança topográfica com os vales trentinos” (Cani, 2011, p. 14). Esse trabalho de Othmar Seehauser foi editado pela Editora Manfrini, da Itália,

com o nome “L’Odissea Brasileira”. Tal fato ajudou o trabalho de resgate cultural que já vinha sendo trilhado pelo Circolo Italiano di Rodeio, e acabou rendendo à cidade abertura para uma sequência de novas ações que reforçaram a divulgação das raízes da gente de Rodeio e dos aspectos que lembram o Trentino.

Rodeio emancipou-se politicamente em 1937, permanecendo por muitos anos sob a influência da cultura germânica em relação à organização civil e religiosa, “à sistematização das terras, à divisão dos lotes, à formação distrital e à dependência comercial” (Cani, 2011, p. 16). A produção da agricultura era encaminhada para Blumenau, o comércio informal diminuiu em função do surgimento das indústrias de porte e por isso Rodeio, de cunho essencialmente agrícola, foi se transformando em município com perfil econômico diferenciado.

Cani (2001, p. 102) relata que os imigrantes chegaram sem equipamentos próprios. Traziam consigo tão somente seus três preciosos valores: religião, trabalho e família. Não conheciam a realidade do solo brasileiro e se depararam com a decepção de não ter nada construído, nem igrejas, nem escolas, nem casas, a não ser algumas de madeira (que avistaram ao longo das beiras do rio no trajeto até suas colônias, após passarem pelos barracões em Itajaí e depois Blumenau), muito menos hospitais e farmácias. Mas tudo era grande, gigantesco. Eles precisavam entender a selva, derrubar o mato, construir um rancho primitivo. Suas primeiras construções foram choupanas rústicas, simples e desconfortáveis, cabana cuja matéria prima era retirada da floresta: palmito ou palmeira.

As paredes eram feitas com troncos das palmeiras, partidos ao meio: a parte interna era aproveitada para comer e as cascas eram amarradas com cipó do mato, formando a estrutura das paredes que eram preenchidas com terra vermelha, um barro consistente e pegajoso no qual, às vezes, misturavam folhas picadas, sabugos de milho ou outros bagaços. O telhado era coberto com as folhas das palmeiras, denominadas guaricanas, amarradas fortemente às ripas com as cordas de cipó. As folhas das guaricanas eram preferidas pela sua durabilidade (Cani, 2011, p. 103).

O chão era de terra batida. As camas eram feitas de estacas de madeira e cipó. Armadas e encostadas às paredes, altas do chão, para prevenção contra os

animais circulantes. As cadeiras e mesas eram feitas de troncos de árvores e de caixotes. Não havia outros móveis para guardar roupas além do baú, assim como armários para mantimentos ou comida. As cordas de cipó, esticadas entre as paredes, consistiam no sistema improvisado para pendurar tudo o que pudesse: desde roupas até víveres, como os embutidos, as espigas de milho, o alho, a cebola, o feijão, etc. (idem).

Depois da difícil fase primitiva das casas de pau-a-pique, dos ranchos de palmitos, de construções rudimentares destinadas a servirem de simples abrigos, foram surgindo os telhados feitos com telhas de madeira, denominadas *scàndole*. E após as duas primeiras décadas foram sendo construídas as primeiras casas de madeira, fechadas com taboas serradas à mão, sem pintura e sem fechaduras. Somente depois de 1880 surgiram as primeiras casas construídas com tijolos de barro, mas continuava conjuntamente o amplo emprego da abundante madeira (Cani, 2011, p. 104).

Todo o material de que precisavam para construir seus abrigos e primeiras modestas casas era retirado da pródiga floresta. Com o passar do tempo o imigrante foi aprimorando suas técnicas e as moradias começaram a ser construídas oferecendo mais proteção contra o calor, o frio, o vento, as chuvas, o índio e as feras.

Uma das formas de proteção contra as feras, que chamavam no dialeto de “*La tighèra*” (pois não sabiam distinção entre onça, jaguatirica, pantera ou tigre) era construir as casas a uma certa altura do chão, sobre pilares, para impedir o acesso das feras, principalmente à noite. A madeira foi largamente utilizada pelos imigrantes e ao longo dos anos, até metade do século XX, era bem comum utilizá-la para a construção civil. Um imigrante que habitou em Rio dos Cedros registrou uma lista de madeiras de ótima qualidade, entre elas: aribá, canela, caruba, cedro, ipê, jacarandá, peroba e tachuba. “Todas eram abatidas na floresta para serem empregadas nas construções, e tudo era manufaturado” (Cani, 2011, p. 108).

A madeira, abundante e prodigiosa, nos primeiros tempos era trabalhada a machado e a serra; as tábuas eram serradas a pulso. Aos poucos elas iam sendo mais utilizadas para assoalhos, para estrutura de telhados, vigas, forros e móveis em geral. (...)

Uma grande fonte de renda, que ao lado do arroz compôs o quadro do desenvolvimento econômico, foi a extração de madeira da Mata Atlântica, muito abundante na região, riquíssima em suas variedades de classes, empregada em todo tipo de construções, pontes, móveis, utensílios domésticos, carroças e demais equipamentos destinados ao serviço agrícola e artesanal (Cani, 2001, p. 108).

Rodeio é uma cidade que se orgulha da ascendência italiana, mais especificamente da região de Trento. Na estrada que leva a Timbó destacam-se algumas edificações que singularizam a paisagem. São comuns na área rural de Rodeio as casas que misturam técnica enxaimel com alvenaria de tijolos aparentes e elementos em arco pleno. São alguns exemplares de destaque, com proposta de tombamento estadual: a Casa Fronza, em alvenaria autoportante de tijolos aparentes; a Casa Gotardi, também em alvenaria de tijolos aparentes e varanda frontal em arcos; a Casa Tamanini, em alvenaria de tijolos rebocados, com cozinha lateral separada do corpo principal e pinturas nos cômodos internos; a Casa do Conjunto Industrial da Cia. Hering, que foi construída por Giosuè Fiamoncini, em alvenaria aparente e outra enxaimel, que pertence à família Fiamoncini, construída por Pasquale Fiamoncini, tendo como residente um bisneto de Giosuè Fiamoncini; e a Casa Sardagna, enxaimel simplificado e módulo da cozinha em madeira.

Rodeio tinha um comércio forte, pois entre três colônias (Ascurra, Rio dos Cedros e Rodeio) era a mais produtiva.

Prova disso é que a matriz da Cia. Salinger, de Blumenau, continuou mantendo suas filiais em Timbó, Benedito Novo, Velha, Fortaleza, Testo Central, Testo Rega, Caminho Tiroleses, Ascurra, Aquidabã, Hansa-Hamonia, enquanto Rodeio não era filial porque tinha comércio próprio e suficiente para abastecer a colônia, fornecendo diretamente seus produtos à Cia. Salinger (Cani, 2011, p. 109).

No limiar de 1900 já surgiam as fortificadas casas de alvenaria. A indústria do tijolo, trabalho feito à mão, foi um sistema trazido da Itália por Pietro Trentini. Inicialmente, para evitar a difícil tarefa do transporte, o forno para secar os tijolos era construído no local da obra, aproveitando-se

também o calor do sol. Era uma atividade árdua: o barro era preparado com os pés e depois com os cavalos. O homem empregava a força de seus braços para atirar os blocos de barro preparado nas fôrmas. Novas famílias se formavam, aumentando a necessidade de novas moradias. Luigi Bassan foi outro construtor que também se destacou nas edificações de casas de tijolos, particularmente as de enxaimel, o estilo típico da região; os dois juntos, diante da constante demanda, transmitiram gratuitamente aos habitantes de Rio dos Cedros e arredores a técnica das construções.

3.5.1.2 Os primeiros imigrantes moradores de Rodeio

A colonização italiana, na antiga Colônia Blumenau, teve início em 1875, com a chegada da primeira leva de 20 famílias procedente do Tirol Austríaco, no dia 15 de agosto daquele ano, seguindo-se mais duas, uma de 34 famílias no dia 15 de setembro e outra, de 60 famílias, no dia 20 de outubro, totalizando 114 famílias com 771 pessoas. Essas primeiras famílias foram localizadas, pela direção da Colônia, ao longo de três picadas as quais, partindo da povoação de Timbó, seguiam uma pela margem direita do ribeirão Rodeio e as outras duas, a partir da foz do ribeirão Fortunata, acompanhavam o rio dos Cedros. Essas três picadas foram designadas de Caminho de Rodeio, Estrada dos Pomeranos e Caminho dos Tiroleses, constituindo-se nas três mais extensas linhas coloniais de ocupação italiana. A primeira a ser ocupada foi a de Caminho de Rodeio cujos primeiros moradores estão consignados no Anexo, com dados extraídos dos próprios registros feitos pela direção da Colônia, conforme Cani, 2011.

No dia 18 de setembro de 1875, na sede da Colônia, em cerimônia simples, o Dr. Blumenau fez a entrega oficial dos títulos de posse dos primeiros 20 imigrantes, todos ocupantes do Caminho de Rodeio, entrega essa feita por intermédio de Domênico Ferrari, residente em Blumenau e intérprete oficial dos italianos junto à Direção da Colônia. A data – 18 de setembro – deve ser considerada, portanto, como a fundação de Rodeio, face ao critério adotado pelo Dr. Blumenau, que entendia ser a data da fundação a da distribuição dos primeiros lotes e não a da chegada dos imigrantes.¹¹

¹¹ Fonte: FINARDI, José E. *Os primeiros Moradores de Rodeio*, in Blumenau em Cadernos, Tomo XVIII, Nº 10, pp. 324-332, outubro 1977

3.5.1.3 Criação do município e as primeiras casas

O município de Rodeio nasceu em 1936, com a Lei nº 104 de 22 de outubro, sancionada pelo governador Nereu Ramos. Dizia o art. 1º da referida lei: “Fica criado o município de Rodeio, composto dos atuais distritos de Rodeio e Benedito Novo, e de uma pequena faixa do distrito de Timbó, que assim, se desmembra do município de Timbó” (Cani, 2001, p. 177).

As primeiras casas que substituíram as choupanas, ranchos e abrigos feitos de palmeiras eram construídas de madeira, o que foi um avanço em termos de conforto, segurança e menos insalubridade. Mesmo assim, careciam de melhores condições e as paredes, sem pintura ou caiação, ficavam com aspecto desgastado e escuro. As paredes internas ficavam escuras por conta do uso das lamparinas, que era o recurso utilizado para iluminação noturna e também o efeito causado pela fumaça do fogão à lenha.

Figura 46 - Casa centenária de madeira – Família Tamanini, Rodeio, SC



Fonte: <<http://www.arquisofia.com/2012/01/restauracao-de-casa-italiana-em-rodeio.html>>.

Começavam construções de alvenaria mais sólidas, mais bem estruturadas, à medida que o progresso ia tomando corpo. Os exaustivos processos de limpeza do passado foram sendo substituídos pelo conforto maior de produtos modernos.

O mobiliário das antigas residências era simples, mas de madeira nobre, que existia em abundância. Consistia em poucas peças básicas, as realmente utilizáveis. O mais completo era o quarto do casal, com cama dupla, armário, criado-mudo, uma mesinha que, às vezes, servia de pequeno altar dos santos da devoção familiar. Em algumas casas o altazinho era um nicho no alto, em uma das paredes da sala. Os móveis não passavam de uma mesa com algumas cadeiras, o suficiente para receber visitas, uma cantoneira de flores. Uma vitrina guardava as louças especiais. Na grande cozinha, o móvel indispensável era a grande mesa, onde pudessem assentar-se pelo menos os filhos maiores. O sótão da casa, por sua vez, servia para depósito de matérias e cama de reserva, enquanto o sótão do rancho servia para a secagem do fumo, do café e de outros grãos. As louças do dia a dia eram armazenadas na prateleira, *la scanzia* (estante), em cuja face inferior fortes ganchos de ferro sustentavam os baldes de água. Do lado de fora da janela da cozinha, perto do fogão, o seciar era o móvel suspenso para lavar a louça. Essencial no quarto dos filhos era agrupar o maior número possível de camas, geralmente estreitas por causa do espaço a ser disputado por vários irmãos. O colchão era de palha de milho lavada e secada ao sol e, os travesseiros, de penas de galinha. Servia de cobertor o piumim, feito geralmente com penas de ganso, por serem mais leves. Nos ranchos ou nos terreiros ficavam caldeiras para cozinhar batatas, o inhame e as demais provisões para os porcos (Cani, 2011, p. 206).

Ainda segundo Cani, 2011, referindo-se às edificações, a primeira casa de tijolos construída em Rodeio foi, segundo Noriller (apud Cani, 2011), a do imigrante de Besenello, Pietro Raizer. O construtor seria Nicola Moser, morador de Guaricana, que teria vindo da Itália com o

diploma de arquiteto, assim como o imigrante Giosuè Fiamoncini. O velho Nicola era um personagem que falava, lia e escrevia a língua alemã. Dizia-se oriundo da Áustria, de onde viera com a família, aqui casando-se com Messemina Fiamoncini. Segundo Noriller (idem), a família era formada por: Bortolo Moser, o pai; Marina Lazari, a mãe; os irmãos Beniamino, Francisco, Fortunato e Maria, essa casada com Antonio Lagnaster, um italiano que viajara num dos navios franceses da imigração.

Relata Iracema M.M.Cani, em *Histórias e Memórias de Rodeio*, p. 219, que viver bem instalado era uma preocupação regular da maioria das famílias. Após o primeiro período dos ranchos de palmitos até o das primeiras casas de madeira, teve início nas primeiras décadas do século XX a construção de casas maiores, em que predominavam as de tijolos.

Os estilos na arquitetura casavam perfeitamente com a época e com os seus costumes de origem. As mais antigas edificações lembravam, em alguns aspectos, as construções rurais da Itália; o mais comum, porém, era copiar comodamente o estilo já difundido na colônia de influência alemã, isto é, copiar os modelos já existentes, plantas à disposição na sede e evidentemente inspiradas nos moldes germânicos. Daí o enxaimel, o estilo mais conhecido e empregado nas primeiras tradicionais habitações de tijolos.

Geralmente a residência devia comportar três dimensões: sala, quartos e cozinha. A sala e os quartos deviam ser independentes da cozinha e normalmente em outro bloco coligado à mesma, interna ou externamente, através de uma conexão chamada *pontesèl*. Não havia banheiro ou instalação sanitária interna. O banheiro era em geral uma pequena adaptação na parte posterior da casa, ou improvisado num *camerin*. Ocasionalmente, os mais jovens banhavam-se no rio ou nos riachos (Cani, 2011, p. 219).

Cani revela que algumas residências eram grandes, com salas e cozinhas espaçosas, de acordo com o tamanho da família. Umas possuíam um pavimento térreo, o porão ou cantina, de pedra ou paredes duplas de tijolos, de pé direito baixo, sustentando a estrutura superior com as tradicionais *volte a bot* (os arcos). Uma dessas construções

remanescentes, que abrigava cantina, é a antiga casa de Pasquale Fiamoncini, casa que visitamos e mostramos nas páginas seguintes, onde, no passado, compadres visitavam assiduamente o local para beberem tranquilamente o vinho *soto 'lvolt* (sob o teto em forma de arco), longe dos olhares das esposas. Nesse local, também chamado porão, ficava o lenho bruto do mato, cortado e empilhado, para fogões, fornos e caldeiras.

Também a residência do imigrante Anibale Beninca era uma edificação típica italiana, onde havia na frente uma grande escada dupla conjugada, construída em forma de trapézio na sua entrada principal, que dava acesso ao pavimento superior. Embaixo abrigava-se a cantina, a garagem das carroças e charretes e o depósito de equipamentos.

As casas eram sólidas, com fundamentos em pedra. Não tinham grandes ornamentos, mas muitas janelas, amplas e altas, que mantinham os ambientes abundantemente arejados e saudáveis.

Os colonos italianos penduravam nas janelas e no teto das varandas as espigas de milho, ou o fumo em folha, para secar. O cultivo das flores – uma ação da mulher nas poucas horas vagas – equilibrava com o cultivo de uma grande e variada horta, pródiga e constante, localizada em área próxima da casa (Cani, 2011, p. 220).

Algumas edificações do início da colonização ainda persistem na paisagem de Rodeio. Temos como exemplares: a Igreja Matriz de São Francisco, no Centro; a Igreja de São Virgílio; a antiga Escola Paroquial ou Seminário Seráfico; o Convento Franciscano São José; o Convento Menino Deus; o Hospital São Roque; o Convento ou Casa Mãe das Irmãs Catequistas Franciscanas; a casa das Irmãs Catequistas em São Virgílio; a casa do primeiro prefeito e antigo Salão Scoz e as antigas capelas, ou igrejinhas, no interior. Edificações que foram residências reminiscentes consideradas históricas: casa de Pasquale Fiamoncini; casa de Ermínio Raizer (1927); casa de Carolina Feller (1927); casa de Alberto Tambosi; casa de Ângelo Sardagna; casa de Marcello Moser; casa de Germano Leonardo Gadotti; casa de Luiz Pisetta e casa de Emmanuele Fronza (1903). Em muitas dessas casas somente foram comprados os pregos e vidros, tendo sido construídas artesanalmente pelas mãos dos laboriosos imigrantes.

Como exemplo mais marcante entre elas, vamos destacar a casa de Pasquale Fiamoncini, localizada no bairro Gávea, construída em 1927.

Figura 47 - Imagem aérea de Rodeio



Fonte: Google Earth – Adaptação do Autor

Figura 48 - Foto aérea de Rodeio



Fonte: Exército Brasileiro (1957) – Adaptação do Autor

Na foto acima observamos, em azul, o traçado do ribeirão que abastecia as propriedades, ainda existente atualmente. Percebe-se também, ainda nos dias de hoje, o traçado das divisões de lotes. Segundo dados da lista de imigrantes, constante em Anexo, Giosué Fiamoncini era o proprietário do lote nº 82, com área de 190.900 m², o qual aparece na foto com contorno aproximado em linha branca. A casa de Pasquale, que é nosso objeto de verificação, pertenceu ao filho de Giosué e foi construída junto à rua Barão do Rio Branco, à época chamada de Picada. Os ranchos que pertenciam à família Fiamoncini hoje não existem, mal podemos percebê-los em uma foto aérea do ano de 1957, que nos foi cedida por Marcelo Conzatti, arquiteto residente em Rodeio. Segundo informações de Amarildo Fiamoncini, a casa anterior à de alvenaria de Giosué Fiamoncini era de madeira e fora construída mais próxima ao Ribeirão São Pedro, no interior do lote: ali havia água disponível e era onde estavam os primeiros ranchos. A primeira casa construída em alvenaria, em 1903, da família, foi a de Giosué, hoje pertencente à Cooper Hering. Em 1927 foi construída a de Pasquale Fiamoncini.

Percebe-se pelas manchas na Figura 47, acima, como a terra era cultivada aproveitando todos os espaços, até o cume dos morros. Hoje grande parte desses morros são cobertos de vegetação nativa.

3.5.1.4 Visita à casa de Pasquale Fiamoncini

No dia 23 de outubro de 2016 saí de Jaraguá do Sul rumo ao município de Rodeio, com a finalidade de visitar a casa de Pasquale Fiamoncini, para fazer um levantamento arquitetônico e fotográfico. Dia nublado, porém quente o suficiente para vestir-se com camiseta. Cheguei ao local pouco após as nove horas da manhã.

Conheci Amarildo Fiamoncini, 54 anos, bisneto de Giosué Fiamoncini, neto de Pasquale Fiamoncini, que foi o construtor da casa em 1927. Amarildo Fiamoncini mora na casa desde que nasceu, é o herdeiro desse bem. A edificação encontra-se em estado precário de conservação. Necessita de reparos e há muito tempo não se faz manutenção das madeiras, até parte da alvenaria está comprometida.

Interessante notar que essa casa apresenta características de duas etnias que povoaram o vale do Itajaí a partir de 1850. A fachada frontal é marcante, com a presença de arcos plenos, construídos simetricamente em alvenaria de tijolos. Os arcos lembram uma característica das edificações italianas. Mas também é importante ressaltar que o corpo principal da casa foi construído na técnica enxaimel, forte característica da cultura alemã. Porém, o enxaimel dessa edificação revela uma adaptação feita pelo

construtor, filho de Giosuè, imigrante italiano trentino: não usou madeira como travessa no sentido horizontal na meia altura das paredes, como é do costume dos alemães. Fez-se uso da madeira na estrutura do corpo principal da casa, no soalho, na escada que leva ao sótão, nas esquadrias e caixilhos, nas janelas do porão, no guarda-corpo da varanda, com desenho diferenciado, e também na estrutura do telhado.

Percebe-se, na obra mostrada na Figura 48, dois elementos marcantes que demonstram a fusão de técnica de duas nacionalidades, quais sejam: enxaimel e arcos romanos.¹²

Figura 49 - Casa Pasquale Fiamoncini (1927) – Rodeio, SC



Fonte: Autor, tomada em 23 out. 2016.

¹² O arco romano é um elemento com um único centro localizado a nível da linha superior das impostas, exatamente no centro. Chama-se arco de volta perfeita, arco de volta inteira, arco de pleno centro, arco de meio ponto ou arco romano aos que formam um semicírculo inteiro, apoiados em duas extremidades e fechados por uma única pedra em forma de cunha, que pressionava as demais. Esse tipo de arco começou a ser usado na Mesopotâmia (arquitetura caldaica), no terceiro milênio a.C. Usado ainda na arquitetura etrusca, foi depois tornado muito comum na arquitetura romana, que o difundiu por toda a Europa e Mediterrâneo, tornando-se numa das principais características da arte romana e dos estilos que nela se basearam, como o estilo românico. Com a imigração italiana a partir de 1875, as construções de base rural italiana, dificilmente distinguíveis porque ora muito simples, ora mescladas, cuja maioria serve para residência, não foram ainda objeto de estudo.

De acordo com ‘O patrimônio do imigrante’, em “Arquitetura das regiões de imigração” (IPHAN, p. 147), essas casas apresentam o volume principal confeccionado com estrutura enxaimel e os vãos entre as peças da estrutura vedados com tijolos. Varanda, puxados e anexos são frequentemente construídos em alvenaria autoportante de tijolos, embora sejam comuns também os confeccionados em enxaimel, como é o caso da casa Fiamoncini. Há uma grande variedade de tipologias de planta e composição dos volumes construídos com essa técnica. Segundo o IPHAN, mais de mil casas, estabelecimentos comerciais, igrejas, comércio e arquitetura com variadas funções, como fábricas e hospitais, subsistem espalhadas por toda a região de imigrantes alemães, construídas com esse tipo de estrutura.

Figura 50 - Teto da sala principal da casa de Pasquale Fiamoncini



Fonte: Autor, tomada em 23 out. 2016

Na Casa Pasquale Fiamoncini, percebe-se que houve algumas alterações ao longo do tempo. Uma delas é a substituição do soalho da varanda, que originalmente era de madeira, por laje pré-moldada, assim como a parte posterior da casa, onde encontram-se cozinha, banheiro e lavanderia. A casa originalmente era em dois corpos distintos, como era costume da época: casa principal e cozinha. A parte principal, frontal,

com varanda, sala e dormitórios, com sótão e porão, ou cantina; e a parte posterior contendo cozinha interligada por uma pequena passarela: a distância entre as edificações era de dois metros. O pé direito do corpo principal que abriga sala e o dormitório principal é de três metros, e as tábuas que formam o forro da sala e quarto principal estão bastante deterioradas pela ação dos cupins. Percebemos fissuras na alvenaria autoportante na varanda frontal e na parte posterior, onde está a cozinha, que apresenta rachaduras em seu oitão.

Figura 51 - Oitão da cozinha da casa de Pasquale Fiamoncini



Fonte: Autor, tomada em 23 out. 2016

A casa atualmente é como que um corpo só, uma edificação inteiriça, pois o espaço que dividia as duas partes foi incorporado criando uma pequena sala, ou *hall*. Diferentemente de tantas outras casas da época, essa continha um banheiro que não era apenas uma “casinha”, ou “privada”, localizada logo após a cozinha. Os dejetos eram recolhidos em um recipiente de madeira: usavam cinzas para cobrir os dejetos e, quando tal recipiente continha uma quantidade razoável, era recolhida e enterrada. A foto abaixo mostra na alvenaria a marca dessa alteração, com o fechamento da porta que fazia ligação entre casa principal e cozinha.

Figura 52 - Hall de ligação entre casa principal e cozinha



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 23 out. 2016

Figura 53 - Adega da Casa Pasquale Fiamoncini



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 23 out. 2016

Outra parte que chama a atenção e traz à tona algo que é bastante característico da cultura daqueles imigrantes trentinos é a adega, abaixo do piso da parte principal da casa, da sala e dormitórios. Lá ainda encontram-se resquícios de um tempo em que se produzia vinho em casa. Ambiente com piso de chão batido, pilares construídos com tijolos maciços e pé direito com pouco mais de dois metros. Uma única porta, que já não é a original, três pequenas janelas de madeira, originais e outras duas maiores, uma em cada lado da porta, que também não é mais a original.

Figura 54 - Janela do porão em madeira (original) e laje pré-moldada na varanda



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 4 fev. 2017

É importante lembrar que Pasquale Fiamoncini, filho de Giosué Fiamoncini, eram vizinhos. Giosué conhecia muito bem a técnica de construir e certamente fez planos, projetos e estudos para construir essa casa que marca uma época e encontra-se em estado de meio abandono. A casa ao lado dessa, que foi construída em 1903 e pertenceu a Giosué Fiamoncini, agora pertencente à Companhia Hering, parece estar em bom estado de conservação.

Figura 55 - Casa de Giosué Fiamoncini (1903) – Rodeio, SC



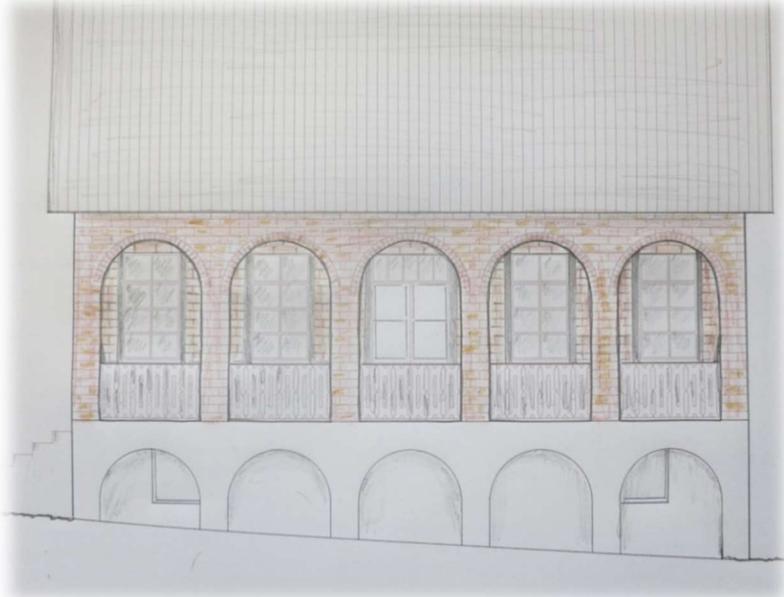
Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 23 out. 2016

Figura 56 - Casas de Giosué (E) e Pasquale Fiamoncini – Rodeio, SC



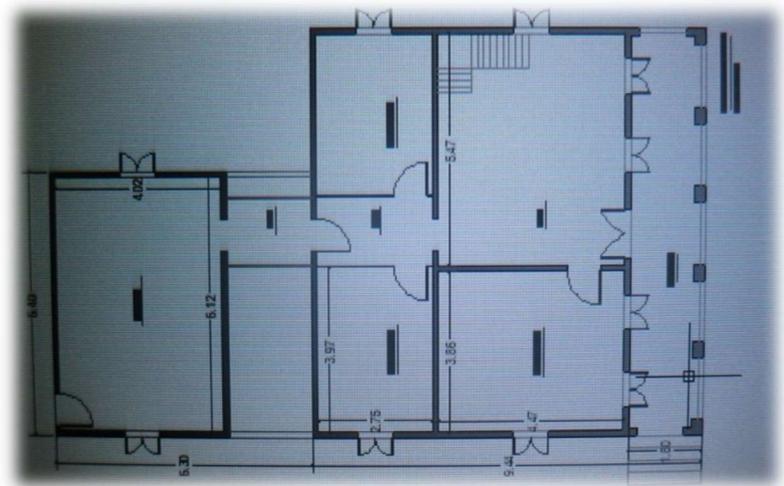
Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 23 out. 2016

Figura 57 - Fachada frontal da Casa Pasquale Fiamoncini



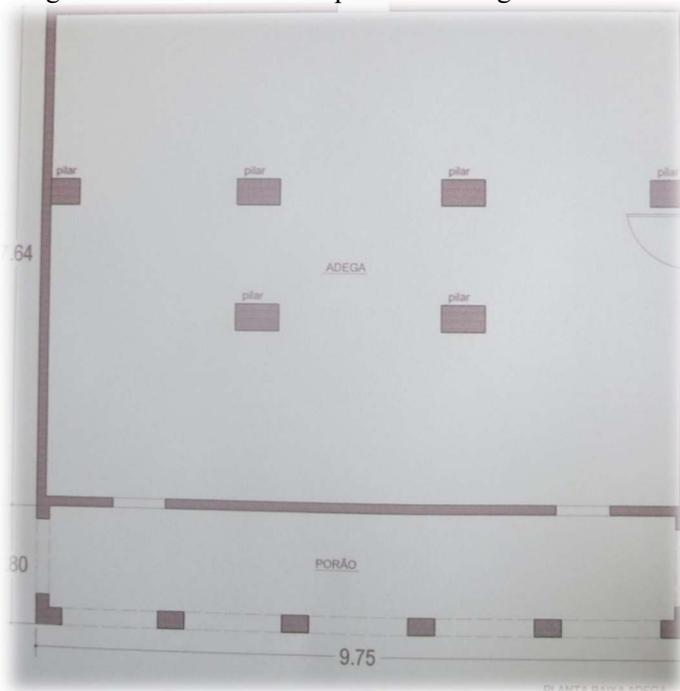
Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 58 - Planta baixa da Casa Pasquale Fiamoncini



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 59 - Planta baixa do porão e da adega



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Essa edificação não foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Nem o poder público municipal parece dar importância para o imóvel, apesar de constar em várias publicações sobre o assunto ‘imigração’ e necessitar de restauro e conservação. Merece, assim como tantas outras, atenção especial dos órgãos governamentais e também de nossa parte, para incentivar a proteção e preservação desses edifícios testemunhas da história. Oxalá possamos de alguma forma sensibilizar autoridades municipais e fazer esforços no sentido de conscientizar os donos desses imóveis, para que ações de proteção sejam realizadas.

3.5.1.5 A Colônia Luiz Alves

Fundada pelo engenheiro Júlio Grothe no ano de 1877, foi iniciada com 230 colonos; no ano seguinte já contava com 500 colonos, distribuídos em 68 famílias italianas, 26 alemãs e 22 nacionais. Foi dirigida pelo engenheiro Pedro Luiz Toulouis, “que exerceu até a

emancipação, quando os seus interesses passam a ser dirigidos de Brusque e, posteriormente, de Blumenau” (Cabral, 1970, p. 225). Passou a ser distrito de Itajaí em 1903 e elevada à categoria de município em 1958.

Luiz Alves está localizado a latitude 26°43'14" sul e longitude 48°55'58" oeste, no vale do Itajaí, estado de Santa Catarina. Tem como limites territoriais os municípios de Massaranduba ao norte; Gaspar e Ilhota ao sul; Navegantes, Balneário Piçarras, Barra Velha e São João do Itaperiú a leste e Blumenau a oeste.

A demarcação dos primeiros lotes dessa colônia iniciou-se em dezembro de 1876, quando uma comissão encarregada de discriminar as terras públicas das privadas no município de Itajaí rumou para o rio Luís Alves. O povoamento da colônia teve início em novembro de 1877, quando a área começou a receber imigrantes italianos, austríacos e alemães, que foram distribuídos às margens dos rios Luís Alves, Braço do Norte e do ribeirão Máximo. Colonos nacionais complementam a ocupação da colônia e foram fixados às margens dos ribeirões Serafim e Braço Seco. A colônia foi extinta pelo Aviso Ministerial de 9 de abril de 1880, como decorrência de uma solicitação do governo da província frente a revoltas desencadeadas pelos colonos. (Roteiros Nacionais da Imigração – Santa Catarina. Volume I – Histórico, análises e mapeamento da regiões. IPHAN, p. 88.)

O nome Luiz Alves foi dado ao município devido ao rio de mesmo nome que banha suas terras. Esse, por sua vez, foi assim chamado devido ao nome do proprietário de terras na barra do rio Itajaí-Açu, na confluência do rio Luiz Alves.

A colonização teve início com imigrantes italianos. Logo depois chegaram alemães, franceses, austríacos, belgas e poloneses.

dos rios Primeiro Braço do Norte até acima dos lotes; do Segundo Braço do Norte até suas nascentes e do Terceiro Braço do Norte.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram, de Itajaí, no dia 10 de novembro de 1877.

No dia 25 de janeiro de 1878, Júlio Grothe, em correspondência ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo, faz o seguinte relatório: “O núcleo colonial de Luiz Alves acha-se fundado sobre o rio deste mesmo nome e seus afluentes. É este o tributário mais oriental da margem esquerda do rio Itajaí-Açu... Este rio é navegável por canoas e lanchas quando for bem desobstruído até o Salto Grande que se acha a 4,5 km até a sede... A única construção que se acha na sede da Colônia é o galpão de 60m de comprimento e 9 de largura, para a recepção dos colonos... A primeira remessa de colonos chegou ao núcleo colonial em 29 de novembro e a segunda em 5 de dezembro último. Todos esses já tomaram posse de seus lotes em 10 do mesmo mês de dezembro. A terceira remessa chegou ao núcleo em 22 de dezembro último e os respectivos chefes da família tomaram posse de seus lotes a 30 do mesmo mês. (...) Devo mencionar, porém, que em geral aplicam-se com ardor nos trabalhos tendentes a estabelecerem-se em seus lotes. Acham-se distribuídos a estes colonos 52 lotes rústicos de 275 metros de frente e 1.100 de fundos cada um...” Bohn, 2011, p. 42.

No dia 10 de janeiro de 1903, a ex-Colônia Luiz Alves (extinta em 1880) foi transformada em distrito do município de Itajaí. Em 31 de julho de 1912, o Distrito foi elevado à categoria de Freguesia. No dia 31 de março de 1938 passou à condição de Vila e, finalmente, pela Lei nº 348, de 18 de julho de 1958, uma parte do território da antiga Colônia foi desmembrada de Itajaí, constituindo o novo município de Luiz Alves. Uma parte do território da Colônia Luiz Alves foi anexada ao município de Massaranduba em 1948, incluindo as localidades de Primeiro Braço do Norte, Segundo Braço do Norte, Terceiro Braço do Norte, Braço Direito, Braço Seco e Alto Braço Direito.

Figura 63 - Residência de pedra - Alto Braço Direito, Massaranduba, SC



Fonte: Bohn (2011, p. 46).

Figura 64 - Paisagem rural Segundo Braço – Massaranduba, SC – Casa antiga, de pedra e tijolo, pintada de verde claro



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 31 jul. 2016

Em Luiz Alves ainda encontram-se exemplares da arquitetura produzida pelos imigrantes. Não só italianos, mas também de imigrantes

alemães e poloneses. Em visita que fizemos ao Segundo Braço, consegui identificar duas delas. Uma é de Arno Ronchi, a qual conheci, fotografei e fiz levantamento arquitetônico. Há notícias, segundo Arno Ronchi, que há mais casas parecidas com a dele.

Próximo à casa de Arno Ronchi há uma outra, que está um pouco descaracterizada, mas mantém-se em uso como depósito. E, na Figura 62, outro exemplar no bairro Alto Braço Direito.

Figura 65 - Família Isidoro Ronchi



Fonte: <<http://imigrantesitalianosnacionaluialves.blogspot.com.br/p/familia-ronchi.html>>.

Tudo começou com Isidoro Ronchi, nascido em 4 de novembro de 1857 em Vallada – Itália, filho de Giovanni Batista Domenico e Margherita Busin e Teresa Costa, filha de Antonio Costa e Giustina de Val, nascida em 30 de agosto de 1862 em Bonaccede di S. Tomaso Agostino, Beluno – Itália, contraindo casamento aos 16 de janeiro de 1882 na Paróquia de S. Tomaso Agostino. Estão sepultados no Cemitério do Segundo Braço.

Imigraram para o Brasil e da união nasceram onze filhos: Carolina, Antônio, Margarida, Paulo, Maria, Batista, Amábilie, Silvestre, Verônica, Fortunato e José. Após desembarcar em Itajaí, Isidoro rumou para Luiz Alves, no barracão construído para receber os imigrantes. Como era de costume, as terras eram escolhidas naquele momento, através do

intérprete, com o Inspetor de Terras, que eram os representantes da Província.

Escolheu ir para o Segundo Braço, onde construíram um galpão para abrigar coletivamente as pessoas que se instalariam naquela localidade e, conforme construíam suas casas, iam saindo. Esse galpão estava localizado perto da antiga escola, no terreno *delle Mussole*. Instalou-se e morou até sua morte, no terreno que hoje pertence a Claudino Ronchi. Plantando o necessário para subsistência, como o milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e verduras, continuou sua vida em terra nova.

Abnegado e inovador, logo começou a construir um engenho de cana de açúcar, bem no meio das roças, com certeza para facilitar o beneficiamento da cana. Em seguida instalou um engenho de farinha de mandioca, próximo à sua casa, em função da água existente no local.

Fazendo jus às ideias trazidas da Itália, construiu um *caselo* (cooperativa de derivados de leite produzidos na comunidade), juntamente com os vizinhos, onde todos levavam o leite para a produção de queijos, manteiga e *puina* (*ricota*). A associação funcionava de forma muito simples: cada associado trabalhava um dia em forma de revezamento e, após o processamento, o resultado era dividido de forma equitativa entre todos os cooperados. Essa associação estava localizava na casa de pedra, de propriedade de Giuseppe Scola, onde atualmente mora Arno Ronchi. A quase totalidade do que era produzido servia para o consumo das famílias, sendo as sobras vendidas a comerciantes de Itajaí e posteriormente em Luiz Alves, para o comércio de Leopoldo Hess.

Para transportar os produtos, faziam uma mochila com pequenos sarrafos que penduravam nas costas, onde ajeitavam as latas com manteiga e queijo. Saíam picada (caminho aberto na mata para encurtar distâncias) afora, a pé.

A casa de pedra, construída por Giuseppe Scola, foi comprada pelo imigrante Isidoro Ronchi, ainda antes de 1900: posteriormente passou para o filho Antonio Ronchi, que passou para Isidoro Ronchi (neto de Isidoro, imigrante). Hoje está sob os cuidados de Arno Ronchi (bisneto e neto de imigrante) e Erculina Ronchi. Essa casa é a que visitamos por várias vezes, em decorrência desta pesquisa.

Encontramos informações importantes a respeito dos imigrantes que vieram povoar essa região de Luiz Alves, mais especificamente Primeiro Braço do Norte e Segundo Braço do Norte, hoje fazendo parte do município de Massaranduba. Segundo Bohn (2015), graças a um padre, João Batista Costa, descendente daqueles imigrantes que chegaram a Luiz Alves no ano de 1877, que mais tarde encontrou parentes na

Província de Belluno, em Canale d'Agordo, durante os anos de 1930 a 1933 reatou contatos com alguns descendentes que habitavam Luiz Alves e italianos da região de Belluno. João Batista Costa foi ordenado padre salesiano em Turim e sua primeira missa foi em Canale d'Agordo (Valle Del Biois). Nesse tempo Albino Luciani, que veio a ser o Papa João Paulo I, era seminarista e também tinha parentes no vale do Itajaí. A passagem de João Batista Costa pela Província de Belluno causou uma certa aproximação e reconhecimento de que as raízes de seus antepassados estavam lá. Mais tarde, ambos foram ordenados bispos: João Batista Costa (em 1946, bispo de Porto Velho, RO) e Albino Luciani (em 1958, bispo de Vittorio Veneto). Anos se passaram e a reaproximação entre descendentes dos imigrantes e italianos ficou um pouco esquecida.

Foi Iria Tancon que, a partir de 1978, religou o diálogo entre Belluno e seus descendentes radicados na região de Luiz Alves. Ela viajou à Itália para realizar cursos de aperfeiçoamento de seu currículo. Estando em Roma, entrou em contato com o Patriarca de Veneza, Albino Luciani, descobrindo o parentesco entre ambos. Conheceu também Edoardo, irmão de Albino, que a levou para conhecer a terra de seus avós.

Foi a Canale d'Agordo e conheceu a professora Carla Andrich, que habitava em Vallada Agordina, com quem constituiu uma grande amizade. Aldo Ronchi e Carla fizeram um levantamento do grande número de sobrenomes de origem na Colônia Luiz Alves, pelo que supunham terem vindo em sua totalidade da mesma região (Bohn, 2015, p. 11).

Segundo Bohn (2015), imigrantes que vieram povoar Luiz Alves partiram de diversas regiões do norte da Itália: da Província de Belluno: Alquini, Andrich, Bisatto, Bionelli, Brugnago, Campigotto, Canal, Costa, Dalle Court, Dal Ri, De Biasio, Del Col, De Toffol, De Pra, Dek Bom, Delmonego, Deola, Dedea, Davalieri, Faoro, Feder, Fent, Fenti, Fontanive, Forlin, Gaio, Genuin, Lazzaris, Luchetta, Marezani, Marmolada, Martina, Melchiorretto, Michelluzzi, Mosca, Nardi, Nart, Pivatto, Ravizza, Ronchi, Rossi, Segat, Scola, Soppelsa, Tancon, Tissi, Tolardo, Tomaselli e Valt. Imigrantes trentinos, lombardos e vênetsos: Altini, Araldi, Bettoni, Bompani, Bressiani, Caglioni, Lunelli, Marangoni, Martini, Parisi, Pedrini, Pelis, Pivetta, Plebani, Safanelli,

Scaburri, Signorelli, Stringari, Tomelin, Trevisanni, Vavassori, Volpi, Zanotti e Spezia.

Podemos afirmar que alguns desses imigrantes vieram com o sonho de aqui poder construir uma casa que lembrasse aquela que haviam deixado em seu lugar de origem, mas tinham que adaptar-se aos materiais disponíveis. Não puderam construir da mesma forma aqui, pois o que encontraram foi muita madeira, que tinha que ser cortada e preparada para usar como material de construção. Muitos desses imigrantes, após deixarem o barracão que os abrigou logo na chegada, construíram casas de ripa de palmito, cobertas com folhas e de chão batido, imitando os indígenas que nestas terras habitavam. Mas tão logo pudessem, com recursos próprios, ter uma habitação mais elaborada, alguns ousaram construir com pedras. O que não era nada fácil, pois a pedra aqui encontrada é de uma dureza muito grande, diferentemente da pedra de arenito encontrada no sul do estado de Santa Catarina. A pedra da região do vale do Itajaí, não é à toa que é chamada por muitos como ‘pedra ferro’; e realmente, ao se golpear essas pedras com um pedaço de pau, causa som metálico. Encontrei três exemplares de residências construídas na Colônia Luiz Alves, onde foi utilizada como material principal, para paredes, a pedra, apesar das dificuldades de se trabalhar com ela.

Em *Patrimônio Cultural do Imigrante*, editado pelo Ministério da Cultura: IPHAN – 70 anos, no capítulo que trata da arquitetura das diversas regiões de imigração em Santa Catarina, página 155, há uma afirmação contestável. Apesar de ser um material riquíssimo, uma pesquisa que revela a arquitetura dos imigrantes de diversos lugares no estado de Santa Catarina, há informação de que a alvenaria de pedras está sempre associada com os imigrantes italianos e com estruturas autoportantes: “São encontradas apenas no sul do estado, em especial nos atuais municípios de Urussanga, Nova Veneza, Pedras Grandes e Orleans”.

Soubemos, por informações de amigos de Jaraguá do Sul, que havia edificações construídas com pedras por imigrantes italianos também na antiga Colônia Luiz Alves, hoje Segundo Braço, pertencente a Massaranduba.

Não demorei em fazer uma visita para certificar-me de que era mesmo verdade: construída por imigrante de sobrenome Scola, no ano de 1893. Mais adiante discorreremos sobre essa obra. Há também outra próxima à casa de Arno Ronchi, no Segundo Braço e outra ainda no Alto Braço Direito.

Existe, sim, influência de uma arquitetura italiana, mas adaptações foram feitas, assim como se faria em qualquer outro lugar. O uso da

madeira e da alvenaria de tijolos cerâmicos foi e é usado em larga escala, mas a construção com paredes de pedra pelos imigrantes é marca forte e deve ser preservada.

Figura 66 - Arquitetura rural do Valle Del Biois



Fonte: Architettura rurale (capa)

Figura 67 - Arquitetura rural do Valle Del Biois



Fonte: Architettura rurale (p. 12)

Figura 68 - Arquitetura rural do Valle Del Biois



Fonte: Architettura rurale (p. 16)

Figura 69 - Arquitetura rural do Valle del Biois



Fonte: Architettura rurale (p. 4)

Figura 70 - Vallada Agordina



Fonte: Google Earth – Acessado em 24 ago. 2016

Figura 71 - Vallada Agordina



Fonte: Google Earth – Acessado em 24 ago. 2016

Achamos interessante inserir como referencial arquitetônico da localidade de Belluno, na Itália, exemplos de edificações contidas em *Architettura Rurale della Valle Del Biois – Piccolo catalogo delle tecniche costruttive esposte alla mostra dela Valle Del Biois in miniatura*. O livreto ilustra brevemente a história e as técnicas construtivas dos edifícios que são parte vital da experiência das pessoas das montanhas do norte italiano.

A história de aproximação entre os descendentes dos que permaneceram na Itália, da Província de Belluno, e dos que vieram para o sul do Brasil, veio culminar com a construção de um templo católico, um monumento, em Jaraguá do Sul. Tal monumento conhecido como Chiesetta Alpina, foi inaugurado em 15 de dezembro de 2012 no Morro Boa Vista, num ato de tributo à terra de origem e homenageando os imigrantes oriundos da região dos Alpes, comemorando em 2011 e 2013 o Ano da Itália no Brasil e também os 150 anos da Unificação Italiana. O projeto foi realizado pelo arquiteto João Barba Neto, inspirado na Igreja de São Simão, em Vallada Agordina, nos Alpes.

Figura 72 - Chiesetta Alpina – Jaraguá do Sul, SC



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 25 jul. 2016

Figura 73 - Igreja de São Simão – Vallada Agordina



Fonte: Google Earth – Acessado em 24 ago. 2016

3.5.1.5.1 Visita à residência de Arno Ronchi

Na tarde de 27 de agosto de 2016 dirigi-me à localidade de Segundo Braço, lugar que pertenceu à Colônia Luiz Alves e hoje faz parte do município de Massaranduba, juntamente com um amigo, Inácio Carreira. Ele, que nunca havia pisado naquele lugar, mas conhece um pouco da história dos imigrantes e de seus descendentes, ficou também feliz por conhecer a casa do casal Arno Ronchi e Erculina Tomazelli Ronchi, descendentes de imigrantes italianos.

Figura 74 - Marco na entrada do Segundo Braço – Massaranduba, SC



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 3 abr. 2016

Figura 75 - Foto aérea –Segundo Braço do Norte



Fonte: Google Earth – Adaptação do Autor

Na foto acima, vista aérea da propriedade de Arno Ronchi. A linha azul representa o curso do ribeirão no Segundo Braço do Norte, que margeia a rua, a linha roxa representa o curso d'água nascente no terreno de Arno Ronchi. Na foto abaixo, polígono em cor laranja representa a casa de pedra, em cor cinza a ampliação da casa, e em amarelo os ranchos.

Figura 76 - Foto aérea com implantação das edificações



Fonte: Google Earth – Adaptação do Autor

Era um dia ensolarado, com poucas nuvens, um pouco quente para final de agosto. A casa fica na rua principal do Segundo Braço, em estrada de terra, em paisagem rural com florestas, pastagens, plantações e poucas casas. Assim que nos recebeu, Dona Erculina foi até o rancho atrás da casa, chamar o Sr. Arno, que lidava com os animais. Enquanto estávamos por ali, observamos um pequeno lago, cimentado, quadrado, de pouco profundidade, a uns 3 metros da casa, que recebia água através de uma mangueira. Contou-nos, a simpática senhora, que antigamente a água vinha por calha feita com tronco de palmeira: cortada no sentido longitudinal, o miolo era tirado e, pronto, estava feita uma parte da calha. Então, eram emendadas umas às outras, de modo que a água escorria por elas, desde a nascente, no mato, até pertinho da casa. Mas hoje já não usam mais aquela água: embora ainda mantenha-se pura, eles têm água tratada e encanada que serve à cozinha e banheiros. Dona Erculina não estava à toa, naquele momento: apesar de ser um sábado à tarde, estava na lida com afazeres domésticos, limpando o chão da cozinha, da sala... Não parava um minuto, sem deixar de conversar conosco, até o Sr. Arno chegar.

Figura 77 - Residência da Família Arno Ronchi

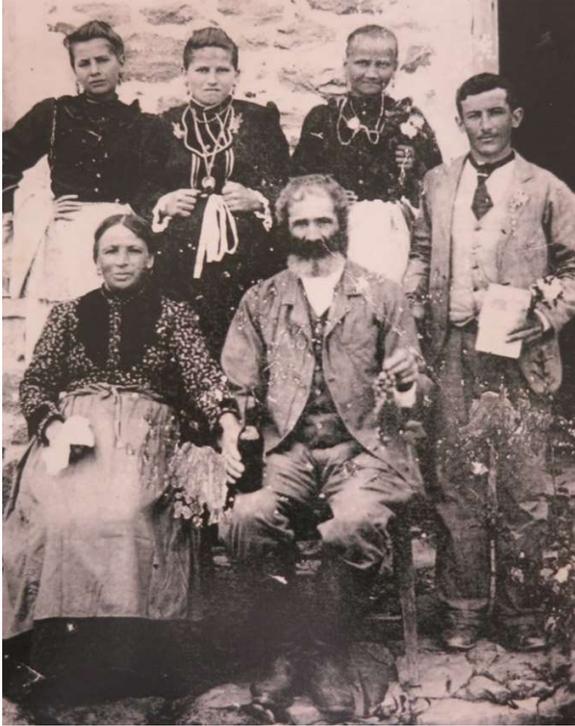


Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 31 jul. 2016

Após as apresentações de praxe, sentamo-nos numa varanda ao lado da casa. O senhor Arno é um homem de 70 anos, nascido ali mesmo, aos 17 de novembro de 1945. Calmo, paciente e muito agradável, gosta de falar sobre histórias da família. Tem pele clara, nem parece ter trabalhado na lavoura durante a vida toda: sempre usa chapéu e tem os olhos azuis, muito claros. Pusemo-nos a falar sobre a vida dos seus pais, tios e avós.

A casa em que moram foi construída no ano de 1893 por um imigrante chamado Guiseppe Scola (Figura 77, abaixo), que era construtor e sabia talhar pedras. Ele retirava as pedras do próprio terreno, para o lado de trás de casa, onde hoje há pastagens e plantações. Escolhia as pedras que tinham veios mais ou menos retos, pois a partir dos veios é que efetuava o corte. Para facilitar a quebra das pedras, fazia uma fogueira com galhos secos, sobre e em volta da pedra e, quando ela estava quente, usava uma espécie de cunha de metal, ou talhadeira, e nas pequenas fendas (veios) inseria a cunha e, com golpes de martelo ou marreta, talhava as pedras.

Figura 78 - Giuseppe Scola (sentado)



Fonte: Acervo da Família Ronchi (s/d)

Figura 79 - Residência de Arcênio Macopi (Rodeio).
Detalhe da fundação da edificação e muro aos fundos



Foto: Autor, tomada em 22 abr. 2016

No dia 22 de abril de 2016, em visita a uma casa localizada no bairro São Pedro Velho, no interior de Rodeio, quando fazia pesquisa naquela colônia, presenciei o senhor Arcênio Macopi, morador no local, talhando pedra utilizando essa técnica: talhava pedras para completar a construção de um muro de arrimo nos fundos da sua antiga residência.

Outro detalhe interessante: quando perguntei sobre o local de onde vieram aquelas pedras, usadas por Giuseppe Scola na construção, Arno Ronchi relatou que Scola construiu um carrinho em madeira, com quatro rodas, e as trazia para perto do local onde construía através de trilho feito de cascas de palmeira, para que o carrinho não atolasse no barro. Assim como cortava os troncos de palmeira para trazer água para perto de casa, também utilizou os troncos como uma espécie de canaleta, para que as rodas não se desviassem do caminho e não atolasse.

Figura 80 - Recordando através de fotos – Massaranduba, SC



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 27 ago. 2016

Contou ainda, o Sr. Arno, que também a madeira utilizada para a construção da casa foi toda extraída das florestas contidas no terreno e que, originalmente, as telhas também eram de madeira. Perguntado sobre fotos antigas, de como era a casa antigamente, de como era o entorno, quais modificações feitas na casa ao longo do tempo, como era a cozinha e banheiro, quem pintou a casa de preto e branco e por que mora numa casa tão antiga, ele respondeu, pacientemente. Dona Erculina, que estava

na cozinha, ao lado da varanda, ouvia nossa conversa e por vezes fazia alguma intervenção, acrescentando algo à história. Sem que tivesse sido solicitada, ela apareceu com uma caixa de papelão cheia de fotos da família. Deixamos as cadeiras de balanço para sentarmos em volta da mesa, ali na varanda mesmo, e olhávamos as fotos com curiosidade enquanto o Sr. Arno nos explicava cada uma delas, dizia os nomes das pessoas e recordava.

Figura 81 - Isidoro Ronchi, esposa e filhos. Sr. Arno em pé, ao lado do pai



Foto: Acervo da Família Ronchi.

Mais ou menos no lugar onde estávamos, naquela varanda, havia antigamente uma queijaria: produziam queijo com o leite das vacas da propriedade. As prateleiras da queijaria eram todas em pedra, onde faziam uma ranhura, ou valeta, para que o soro escorresse. “É uma pena que isso tenha sido derrubado e destruído, isso seria um grande atrativo para os dias de hoje”, lamenta o Sr. Arno.

Figura 82 - Sr. Isidoro Ronchi manuseando folhas de fumo



Fonte: Acervo da Família Ronchi

A respeito de construções de apoio à casa, havia uma outra cozinha, que era separada da casa de pedras, interligadas por passarela de um metro, aproximadamente, construída de madeira. Era uma cozinha grande, com fogão à lenha. Acima do fogão penduravam linguiças, salames e toucinho de porco. “Nós nunca passamos necessidade por falta de alimentação, sempre tivemos muita fartura”, disse o Sr. Arno. O banheiro era uma casinha à parte que o Sr. Antonio Ronchi, pai do Sr. Arno, construíra, e a água vinha da bica.

A respeito da pintura da casa, informou que há muitos anos ela foi pintada desse jeito, as pedras de tinta escura e as fugas brancas. Mas antigamente a pintura da fuga com cal: então, quando era molhada pela chuva, a tinta branca escorria sobre o preto e “ficava uma “lambança. Então, mais tarde passamos a pintar com tinta à óleo”, completou o Sr. Arno. O cimento utilizado para rejunte das pedras foi trazido de carroça, do porto de Itajaí.

Figura 83 - Casa Ronchi – Segundo Braço, Massaranduba



Fonte: Acervo da Família Ronchi

Na foto acima, nota-se o detalhe da tinta usada para pintar as juntas. A tinta, provavelmente à base de cal, escorria sobre a pedra escura, mas as faces das pedras ainda não eram pintadas de tinta preta, mantendo a cor original, amarronzada. Vê-se nesta foto que a casa continha porta ainda de madeira, mas que não era a original, tal como Giuseppe Scola construiu. Também as janelas não são as originais, pois aquelas eram tipo venezianas de madeira, com aletas móveis que, segundo o Sr. Arno, podia controlar a entrada de luz e ar, sendo feitas artesanalmente pelo construtor Guiseppe Scola. Concluiu-se, então, que pelo menos três tipos de janelas já teriam sido usadas antes das atuais, que são de vidro laminado. Não temos fotos das esquadrias originais, mas pelas imagens percebemos claramente três modelos diferentes. Quanto à porta principal de entrada, na fachada frontal, observamos que foram quatro modelos diferentes, em diferentes épocas, conforme as fotos. Percebemos também outra alteração no piso externo, em frente à edificação, que originalmente era de terra e

pedras irregulares e agora é uma calçada de concreto, com revestimento cerâmico.

Figura 84 - Detalhe do modelo de esquadria (s/d)



Fonte: Acervo da Família Ronchi

Figura 85 - Detalhe do modelo de esquadria (s/d)



Fonte: Autor, tomada em 31 jul. 2016

Figura 86 - Residência da Família Arno Ronchi – Escada original



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 31 jul. 2016

Internamente a casa sofreu poucas alterações, mantendo a planta original. O pavimento térreo é dividido em três ambientes, com um quarto em cada extremidade e a sala ao centro, tendo na sala uma porta frontal e uma na face posterior, além da escada, ainda original, que leva ao segundo pavimento. O pavimento superior segue o modelo de planta do pavimento térreo. As paredes internas divisórias e o soalho são originais, construídos por Giuseppe Scola. As madeiras estruturais do telhado foram substituídas numa reforma feita por Arno Ronchi. Por um período de tempo havia um forro de madeira abaixo das telhas, mas D. Erculina pediu que fosse removido, por causa da sujeira dos pássaros que ali se aninhavam.

A casa de Arno Ronchi não é tombada pelo IPHAN. Nunca houve interesse por parte do poder público municipal ou estadual para que se destinasse recursos para a conservação desse imóvel. Foi por iniciativa própria de Arno Ronchi que a casa continua conservada e em uso. Ele mesmo cuida das reformas quando necessita, tem consciência da importância de preservar parte da história.

Figura 87 - Interior da sala e porta do quarto do casal, no pavimento térreo



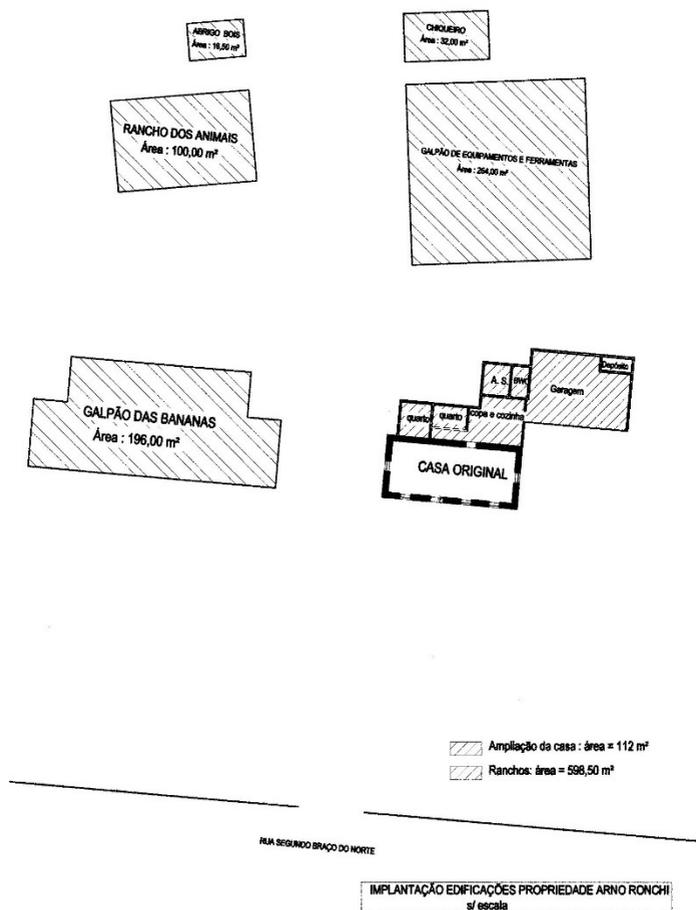
Fonte: Autor, tomada em 31 jul. 2016

Figura 88 - Interior da sala no pavimento superior



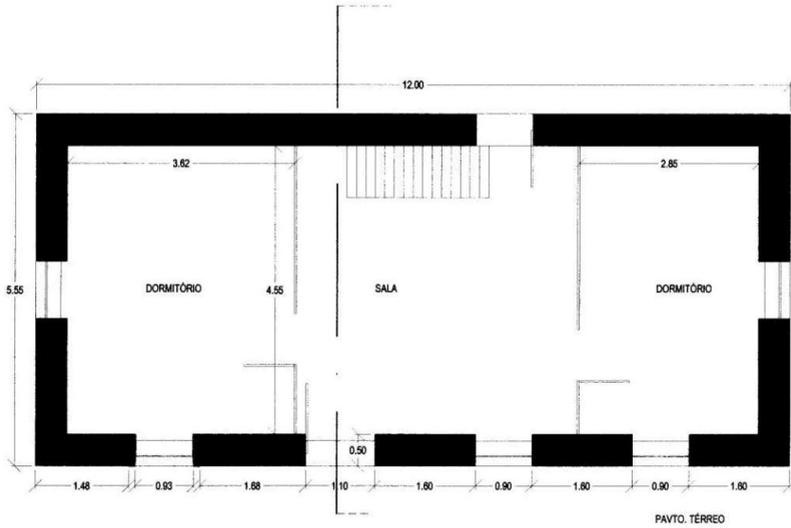
Fonte: Autor, tomada em 31 jul. 2016

Figura 89 - Implantação das edificações na propriedade de Arno Ronchi



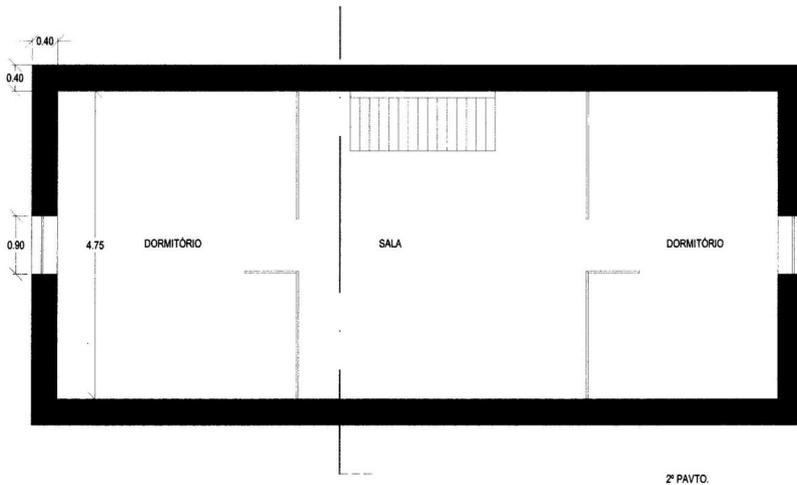
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 90 - Planta baixa do pavimento térreo (sem escala)



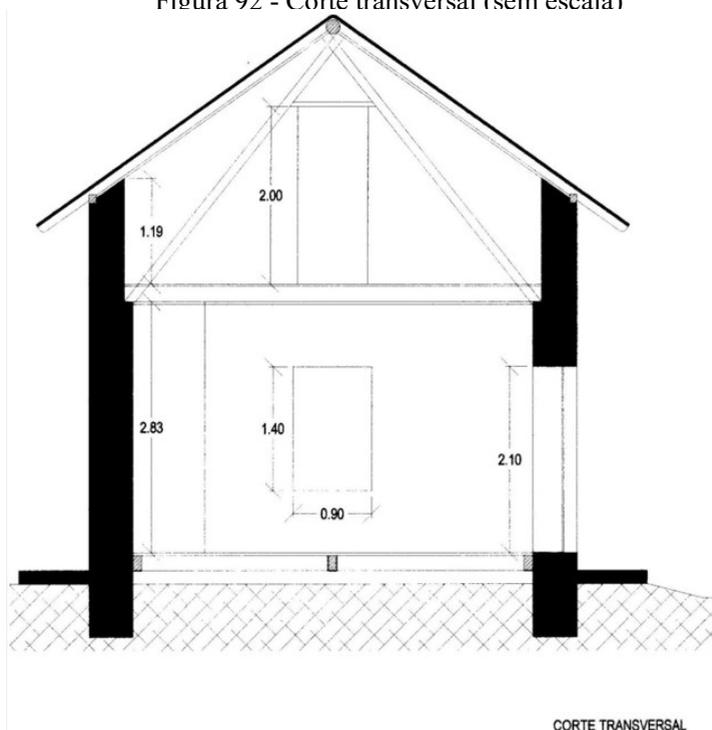
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 91 - Planta baixa do pavimento superior (sem escala)



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Figura 92 - Corte transversal (sem escala)



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.5.1.6 Colônia Porto Franco – Botuverá

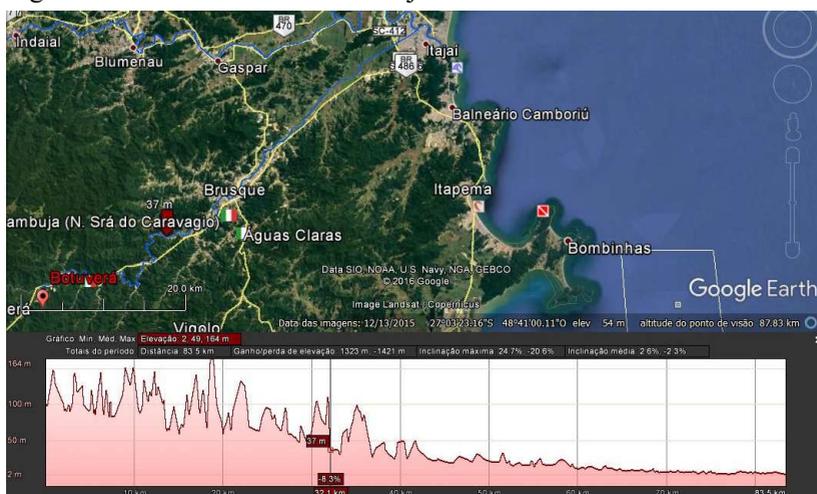
Para mencionar a Colônia Porto Franco, atual cidade de Botuverá, devemos fazer uma breve explanação sobre a Colônia Itajaí, ou seja, Brusque; também já anteriormente citada quando nos referimos às colônias do vale do Itajaí. Fazamos, pois, uma aproximação em termos geográficos para, em seguida, entrar na história.

Localizado no Médio Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, Botuverá apresenta uma área total de 303,02 km², sendo em torno de 2,5 km² de área urbana e 300,52 km² de área rural. Tem como vizinhos os municípios de Guabiruba, Indaial e Blumenau (N), Nova Trento (S), Vidal Ramos e Presidente Nereu (O) e Brusque (L).

A maior parte do território de Botuverá é montanhoso. Nessas montanhas localizam-se as verdes matas que representaram, por muitos anos, a maior fonte de riquezas naturais, com a extração da lenha, madeira

de lei e outras qualidades, extraídas pelo grande número de madeiras existentes no município. As madeiras deixaram de exercer suas atividades obedecendo ao plano de preservação ambiental, considerando que as matas do município estão incluídas ou pertencem à Mata Atlântica, transformada em Área de Preservação Permanente pelo Decreto Federal nº 750/90. As poucas madeiras ainda em atividade buscam sua matéria prima, principalmente o pinus, em outros municípios. Entretanto, é importante ressaltar que o município possui cobertura vegetal de 70% de sua área, abrindo uma biodiversidade muito grande.

Figura 93 - Desníveis do vale do Itajaí Mirim



Fonte: Google Earth

Botuverá está interligado ao município de Brusque pela rodovia SC 486, pavimentada, e aos municípios de Presidente Nereu (45 km) e Vidal Ramos (60 km) pela mesma rodovia, ainda não pavimentada. A distância média das principais cidades da região é a seguinte: Blumenau: 70 km; Brusque: 22 km; Florianópolis: 149 km; Gaspar: 46 km e Itajaí: 55 km. O município de Botuverá está dividido em localidades: Águas Negras, Areia Alta, Barra da Areia, Gabiroba, Lageado, Lageado Alto, Lageado Baixo, Ourinho, Ribeirão do Ouro, Ribeirão Porto Franco, Sessenta e Vargem Grande. Algumas comunidades maiores foram divididas em subcomunidades, a saber: Agrião, Alto Pedras Grandes,

Bracinho, Caçador, Chapadão, Chapadão Figueira, Oito, Praia Vermelha, Salto de Águas Negras, Senci, Sete, Vargem Pequena e Vila Catorze.¹³

Figura 94 - Localização de Botuverá



Fonte: <<http://www.botuvera.sc.gov.br/geografia/localização>>

De todas as nacionalidade de imigrantes vindos para a Colônia Itajahy, os italianos destacam-se, pois sua entrada foi em grande número e proporcionada por uma intensa propaganda imigratória realizada pelas companhias de colonização organizadas pelo Governo Imperial da Itália. Niebuhr (org.), em *Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem*, 2012, p. 85.

¹³ Fonte: <http://www.botuvera.sc.gov.br/geografia/> – Acessado em 6 set. 2016

Figura 95 - Cidade de Botuverá



Fonte: <<http://www.botuvera.sc.gov.br/geografia/>>

Com o Decreto nº 5.663, o Governo Imperial firmou contrato como Comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, que previa a introdução de 100.000 imigrantes europeus no Brasil num prazo de 10 anos. Por conta desse decreto, a Colônia Itajahy recebeu, a partir de 1875, imigrantes vindos especialmente do norte da Itália, a maioria embarcada em Gênova. A referida colônia recebeu muitos imigrantes entre os anos de 1875 e 1877. Assim, sem que a colônia estivesse preparada para receber todos esses imigrantes, os administradores da colônia se acharam com vários problemas de acomodação e também demarcação de terras para distribuição aos recém-chegados.

A falta de mantimentos, de locais adequados para receber os colonos, a demora da demarcação dos lotes, as cheias do rio Itajaí-Mirim, as epidemias e disenteria e a falta de atendimento médico foram problemas enfrentados pelos imigrantes e pelas administrações, demonstrando a dificuldade de organização e coordenação do projeto de colonização do sul.

A situação ainda piorava pelo fato de que a maioria dos imigrantes italianos não falava a língua alemã, nem a língua portuguesa, o que dificultava o

entendimento com a administração da colônia. O então diretor da colônia, Sr. Olímpio Pitanga, solicitou com urgência ao Governo Provincial um intérprete italiano, para facilitar a comunicação na colônia (Maffezzoli, 2012, p. 85).

De acordo com Niebuhr (2012), a demarcação dos lotes para os italianos foi um processo difícil de ser realizado, pois as várzeas já haviam sido ocupadas pelos imigrantes alemães, os primeiros a chegar. Restavam os locais mais distantes da sede da colônia, regiões de morros íngremes, com vales e de difícil demarcação.

As localidades de Águas Claras, Azambuja e Poço Fundo, em Brusque, foram as primeiras a serem ocupadas, onde se estabeleceram os colonos italianos. Na sequência foram ocupadas as margens do ribeirão Alferes, atual Nova Trento, que na época estava sob a administração da Colônia Itajaí.

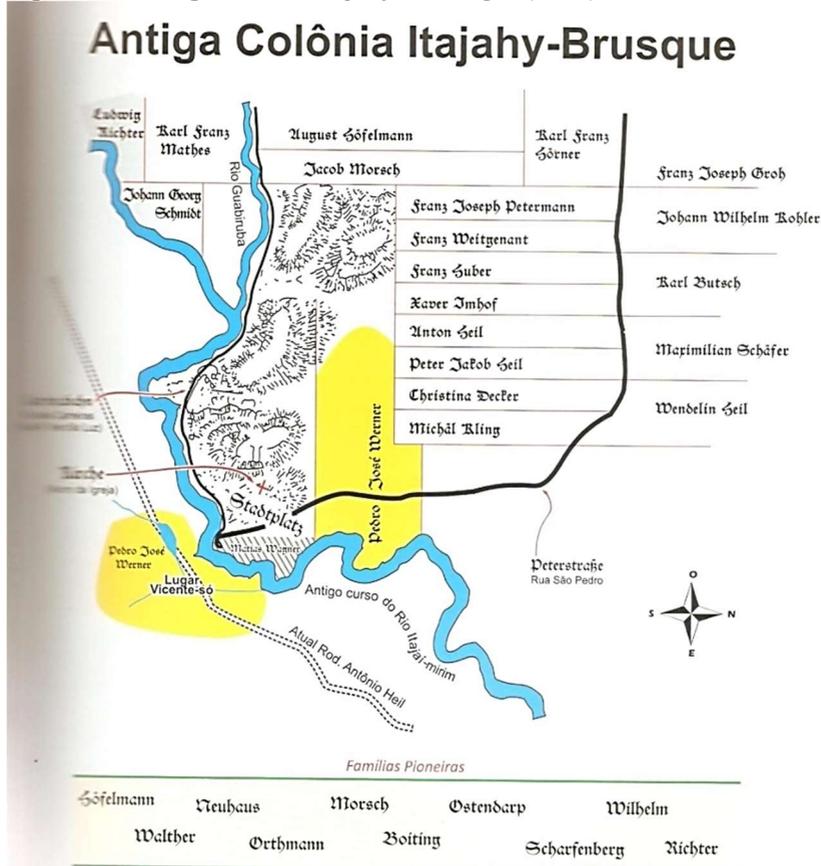
A partir de 1876 existiam poucas terras adequadas para agricultura, e os colonos italianos foram levados a ocupar as terras da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, nas localidades compreendidas entre Cedrinho e o distrito *Porto Franco* (meu grifo), atual Botuverá. Também tiveram de se adaptar ao meio ambiente hostil dos vales e das colinas íngremes, suportar as constantes cheias do rio Itajaí-Mirim, além de reaprender a plantar, a cultivar, a reconhecer os sabores e dissabores da nova terra.

Os núcleos de Nova Trento e do *Porto Franco* (meu grifo) estabeleceram-se em lotes tão longínquos da sede da Freguesia que resultou num certo isolamento, agravado pelo fato de não haver estradas e meios de transporte adequados. Navegar com canoas pelos ribeirões era a alternativa mais adequada para entrar e sair desses locais. O contato desses moradores com a Vila resumia-se basicamente a resolver questões burocráticas com a administração, negócios com as vendas e atendimento religioso.

Os colonos estavam no sonhado país da cocanha, mas não havia abundância como imaginavam. Logo perceberam que precisariam criar alternativas

econômicas, além da agricultura de subsistência para sobreviverem (Maffezzoli, 2013, p. 89).

Figura 96 - Antiga Colônia Itajahy – Brusque (1860)



Fonte: Niebuhr (2012, p. 131)

A base econômica desses primeiros imigrantes foi a extração e comércio de madeira, como descreve Niebuhr, em *Memórias de Porto Franco*, 2005, p. 45: “... na região de Botuverá, é a colocação feita por Max J. Shumann, que a descreve como uma região montanhosa, e distante da sede do município, assim, a extração de madeira representava uma alternativa de sobrevivência da família”.

Figura 97 - Antiga Colônia Porto Franco – Botuverá (1860)



Fonte: Niebuhr (2012, p. 131)

Niebuhr cita Ayres Gevaerd, que com suas mãos habilidosas descreve:

Raros os italianos com recursos próprios para a montagem de engenhos de serrar; encontraram, porém, apoio em comerciantes da sede. Multiplicando-se os engenhos (...), o desmatamento atingiu proporções enormes e desordenadas. O respeito aos limites dos lotes raramente era observado e as derrubadas só paravam na última caneleira ou perobeira. Atendidas as necessidades locais, procuravam os comerciantes, com bons lucros, a exportação, o comércio liderado por João Bauer, dono de muitos engenhos e de dois barcos no porto de Itajá (Niebuhr, 2005, p. 45).

Também Giralda Seyferth relata, confirmando tal análise com relação ao modo de sobrevivência daqueles imigrantes:

O comércio de madeira e o controle dos meios de transporte, a não ser em raras exceções, estavam nas mãos dos vendeiros. Bem ou mal, o colono

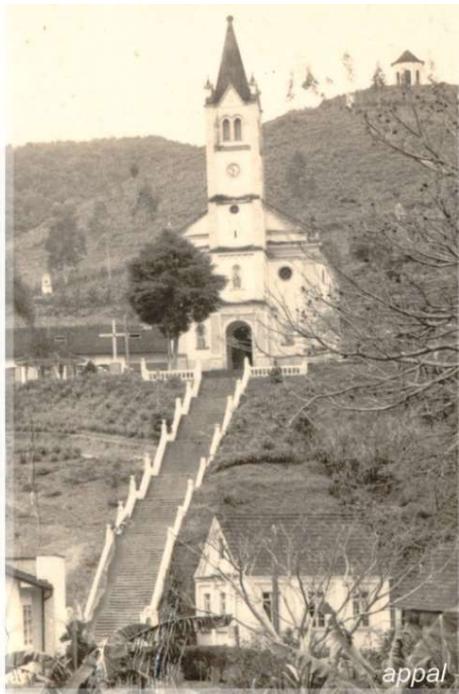
dependia deles: a colônia estava isolada, longe de qualquer centro urbano (idem, p. 46).

Os vendeiros a que Seyferth se refere eram os comerciantes de Brusque. A madeira era trazida através do rio Itajaí Mirim, desde a colônia Porto Franco, em épocas em que o rio estava com um nível de água navegável, pois em tempos de seca era difícil transpor os saltos e as pedras. A partir de Brusque o rio, mais caudaloso, facilitava o transporte. A madeira, serrada ou não, era amarrada em molhos, juntadas umas pilhas às outras, já secas: isso facilitava o transporte pelo rio, pois não havia outro meio, ainda não havia estradas, por terra existiam apenas picadas e caminhos pouco carroçáveis. Através de relato de GEVAERD, Ayres. *As balsas do rio Itajaí-Mirim, apud História Oral, em Memórias de Porto Franco* (Niebuhr, 2005), lemos às p. 46 e 47:

Inicialmente os balseiros formavam blocos de doze a quatorze dúzias de tábuas, reunidas com imbira, fibra vegetal muito forte, abundante na mata de beira de rio. Cuidadosamente, esses blocos eram conduzidos pelo rio até os grandes poços localizados entre *Grosser Fluss* e a sede. Suprido o mercado local, os responsáveis desmontavam os blocos para formarem balsas de noventa a cem dúzias, prontas para viagem até Itajaí e entregues a seus destinatários em seus armazéns. O percurso de Brusque até esse porto era feito em cinco dias, dependendo do volume das águas do rio, requerendo cada balsa de dois a três homens. O regresso dos balseiros era feito a pé, em duas etapas. Chegados em Brusque, hospedavam-se nos primeiros tempos no albergue de Margarida Zibardi (esquina da rua das Carreiras com a rua do Colégio), mais tarde no de Sabina Bianchini e mais recentemente no pequeno hotel e restaurante de Paulo Bianchini. No dia seguinte, cedo, iniciavam a última caminhada, Porto Franco, Ribeirão do Ouro. As refeições, depois de iniciada a viagem, eram feitas na própria balsa, assim como o repouso noturno, sob pequenos toldos. A navegação em nosso rio verificou-se até 1930, com as balsas e lanchas, estas transportando mercadorias, e, às vezes, passageiros, desaparecendo lentamente, pois, com a limpeza do mato e matagais situados nas margens, o leito ficava obstruído por grandes e

pequenas árvores. Contribuindo também para a dificuldade, as enchentes periódicas, que depositavam, em toda a extensão do rio enormes troncos, ameaçando as embarcações.

Figura 98 - Igreja Matriz de Botuverá com a Casa Cestari à direita



Fonte:

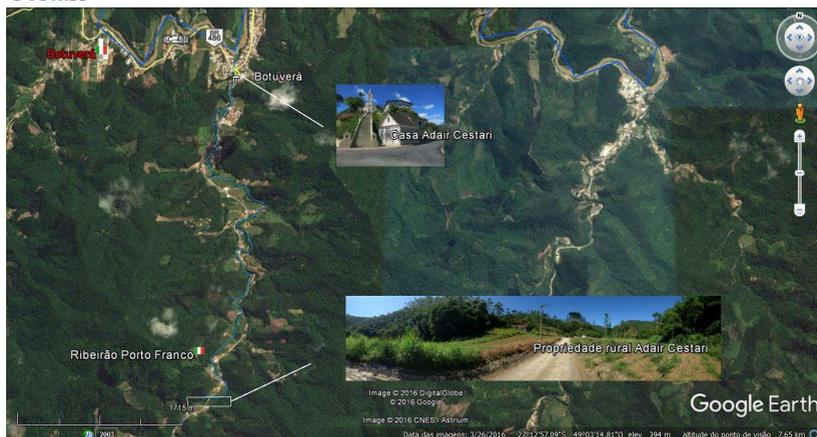
<<http://memorialdehonianobrusque.blogspot.com.br/search?q=Botuver%C3%A1>>.

Existem relatos, também, de uma fase econômica na colônia Porto Franco relacionada com a extração de ouro. Essa fase do ouro para os imigrantes italianos “começou em 1937 (...) a maior força do garimpo. Lembro-me muito bem que faltou mandioca para a fecularia e os garimpeiros diziam: se os Morelli querem trabalhar na tapioca, tem que plantar mandioca, porque nós vamos para o garimpo!” (NIEBUHR, 2005, p. 55). Houve quem fez fortuna com a extração do minério precioso, mas nem todos permaneceram naquela região.

E a vinda, em grande número, de irlandeses, ingleses e norte-americanos, a maioria recolhidos em Nova Iorque, em 1867 (...). A decepção deve ter-se apoderado dos garimpeiros, quando na realidade se apresentou: o Itajaí-Mirim não era absolutamente uma segunda Alaska, tão pouco uma segunda Califórnia (GEVAERD, Ayres. *Apud* NIEBUHR, 2005, p.57).

Após essa fase, a do garimpo, então é que vem a do fumo, que perdurou por décadas e há muitos resquícios dessa cultura na região de Botuverá, basta apreciar a paisagem rural, repleta de estufas para secagem de fumo, que hoje estão em desuso, algumas adaptadas para outras atividades.

Figura 99 - Localização das propriedades urbana e rural da Família Cestari



Fonte: Google Earth com fotos do Autor

A casa pertencente à Família Cestari, construída em 1926 no centro da cidade de Botuverá, apresenta arquitetura simples e racional, de grande valor histórico: representa também a evolução social, onde as famílias naquele momento já tinham condições financeiras para produzir uma arquitetura superior àquela praticada há duas ou três décadas. Não menos importante, mas fazendo parte da paisagem urbana de Botuverá, observamos também pequenos capitéis aos pés da escadaria da igreja que fica ao lado. Os capitéis foram muito difundidos e era comum entre os

imigrantes do norte italiano construir esse tipo de oratório nos lugares em que se estabeleciam.

3.5.1.6.1 Visita à Casa Cestari

Figura 100 - Casa Cestari (1926) – Botuverá, SC



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 26 jun. 2011

No dia 7 de setembro de 2016 rumei para Botuverá, com a intenção de visitar uma casa que chama a atenção de quem passa pela rua principal do município, bem em frente à igreja Matriz: aos pés da escadaria da igreja, com muitos degraus, impossível não ser notada. Por várias vezes passei por lá e algumas vezes parei para fotografá-la.

Era mais ou menos 9 horas da manhã quando cheguei, dia bonito e ensolarado, porém um pouco frio. Após preparar-me com gravador, trena, máquina fotográfica e prancheta de mão, com papel milimetrado e lapiseira, fui àquela casa. Encontrei o Sr. Adair já na chegada, olhando com certo ar desconfiado. Ele encontrava-se sentado numa cadeira de jardim, no outro lado da rua, conversando com o vizinho à porta da casa, na calçada, esquentando-se ao sol daquela manhã de feriado da Independência. Posteriormente soube que a casa vizinha pertence ao Sr. Adair e está alugada.

Apresentei-me e falei da minha intenção a respeito da casa antiga, onde ele mora, para fazer parte da minha pesquisa. Foi atencioso e prontificou-se a ajudar. Pus-me então a desenhar na prancheta de mão,

enquanto media e fotografava externamente aquela edificação de 90 anos, com pouco mais de 80 m², que revelava algumas patologias.

Figura 101 - Antes da reforma e ampliação



Fonte: Acervo da Família Cestari

Figura 102 - Enchente de 1984



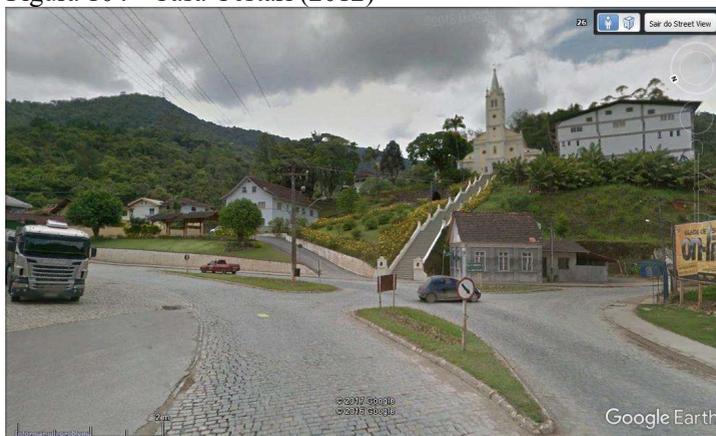
Fonte: Acervo da Família Cestari

Figura 103 - Casa Cestari (2012)



Fonte: Google Earth – Acessado em 31 jan. 2017

Figura 104 - Casa Cestari (2012)



Fonte: Google Earth – Acessado em 31 jan. 2017

A casa foi construída em 1926 sob o comando de Luis Cestari, filho de João Cestari, imigrante italiano, e pai de Adair Cestari. A mão de obra foi de outros imigrantes italianos que vieram da colônia Nova Trento, contratados por Luis. Hoje vivem na casa Adair Cestari, 75 anos, casado com Bernadete Cestari; Viviane Maria Cestari, filha de Adair e

Bernadete, tia de Bernadete, idosa. Adair e Bernadete têm dois filhos: Viviane, solteira e um filho casado, que mora em Brusque.

Assim que terminei o levantamento externo sentei-me junto ao Sr. Adair, para algumas anotações. Ele esclareceu que a casa sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Foram construídas cozinha e garagem, recentemente, que fazem ligação com a porta dos fundos; acima dessa cozinha e garagem há mais uma sala e dormitório, que é o espaço de Viviane. Há também, construído nos fundos, uma ampliação de muitos anos, com banheiro e lavanderia.

Eles não têm muitas fotos antigas, pois as enchentes, principalmente a de 1984, levaram tudo rio abaixo, com a lama. Mas havia, como se observa pelas fotos recuperadas através de amigos e parentes, onde hoje está a cozinha e garagem, uma outra cozinha, que era original, do tempo do Sr. Luis, pai de Adair. Bastante característico das casas antigas, onde se construía a cozinha separada do corpo principal da casa. Aquela cozinha, separada a uma distância de um metro, aproximadamente, não era uma construção qualquer, pois era de alvenaria e seguia o estilo da casa, e nela havia uma pequena ampliação com banheiro. Essa cozinha e o banheiro foram demolidos no início da década de 80.

Figura 105 - Casa Cestari



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 9 set. 2016

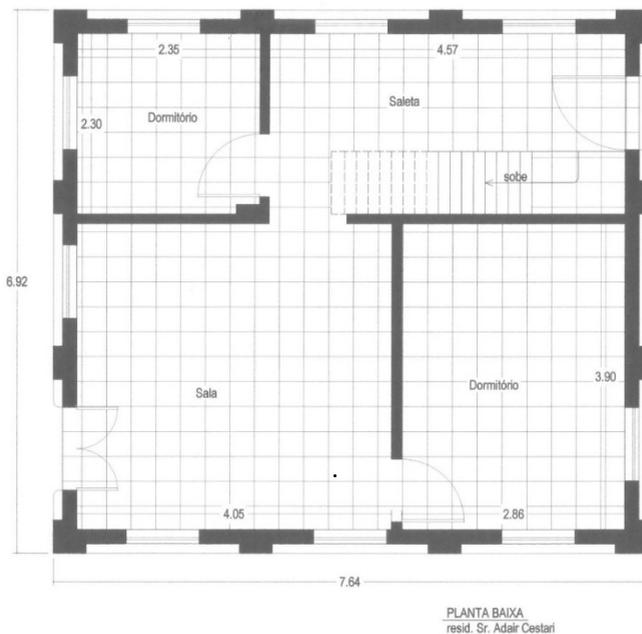
O Sr. Adair conta que a maior enchente que afetou a casa foi a de agosto de 1984. O reboco original, feito à base de pedras calcárias da região, com grande quantidade de cal, começou a soltar-se com o passar dos anos, após a grande enchente. Deixaram por algum tempo de morar na casa e moravam na casa do outro lado da rua, de sua propriedade. Ao reformar a casa para nela morar novamente, todo o reboco abaixo do nível do sótão foi refeito, com cimento. Mesmo assim apresenta problemas de umidade, principalmente em seu interior. O piso foi trocado, anteriormente era só madeira, agora é de concreto e revestimento cerâmico. Questionado sobre o tamanho do lote onde encontra-se a casa, o Sr. Adair relatou que é um lote pequeno, não sabe exatamente quais as medidas. Mas nesse lote, que é cortado pela rua 9 de Junho, era só para a família habitar, perto do núcleo da colônia, pois eles são proprietários de terras para agricultura 4 km acima, ainda na rua 9 de Junho, na localidade Ribeirão Porto Franco, desde o tempo da colonização.

Figura 106 - Fachada frontal (sem escala)



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 107 - Planta baixa (sem escala)

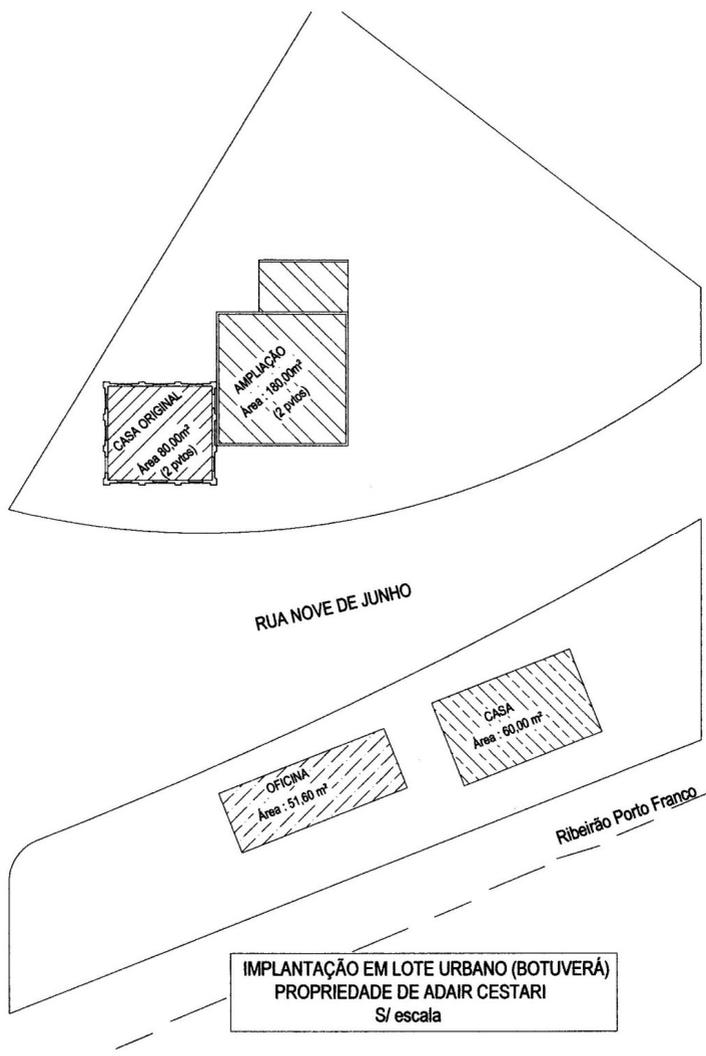


Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Em outra visita feita ao Sr. Adair, no verão de 2017, com a intenção de esclarecer algumas dúvidas sobre a terra onde trabalhavam, viemos a saber que essas terras, ainda pertencentes a ele e a um irmão, não são mais cultivadas como antigamente. Até a década de 1980 eles trabalhavam na terra diariamente, tinham plantação de mandioca, feijão, milho, batata, criação de animais que forneciam leite, galinhas e porcos. Com o passar dos anos e após morarem definitivamente no centro de Botuverá, tudo foi ficando mais difícil. Os filhos não quiseram continuar o trabalho na lavoura.

O Sr. Adair tem uma pequena oficina onde conserta bicicletas e eletrodomésticos, e Dona Bernadete tem um emprego no centro. Parte daquela propriedade em ribeirão Porto Franco é arrendada para terceiros cultivarem, mas uma grande área, principalmente as de encostas mais íngremes, estão todas com floresta há mais de trinta anos. Hoje não existem mais a casa onde moravam, lá em Ribeirão Porto Franco, e nem os ranchos que eram apoio ao trabalho na terra.

Figura 108 - Implantação em lote urbano de propriedade de Adair Cestari



Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Figura 109 - Foto aérea propriedade urbana de Adair Cestari



Fonte: Google Earth – Adaptação do Autor

Essa característica de morar junto ao núcleo da Colônia e trabalhar na terra fora do núcleo é própria de Botuverá, onde muitas famílias se agruparam para ali morar, perto umas das outras, talvez por segurança e para estarem todos juntos nos momentos em que não estivessem na roça.

Por enquanto fica esse questionamento em aberto, para saber exatamente quais lotes eram de quais famílias e se todas essas famílias, que moravam no Centro, também possuíam lotes fora do núcleo onde trabalhavam a terra. Procuramos mapa antigo da colonização na prefeitura de Botuverá, em Registro de Imóveis e na Casa Amigos de Brusque, em vão.

A partir de pesquisa realizada por Roselys Izabel Correa dos Santos, em *Colonização italiana no Vale do Itajaí Mirim*, para obtenção de título de Mestre em Ciências com especialidade em História, em 1979, percebe-se que na colônia Porto Franco, com tantos problemas de demarcação de terras e adaptação dos imigrantes italianos que ali se estabeleceram, era de se esperar que muitas dessas famílias quisessem agrupar-se e tentassem resolver os problemas de demarcação de terras, e esse modo de viver lhes era familiar em sua terra de origem.

Havia, sim, famílias que se estabeleceram mais distante do Centro onde a dificuldade de acesso era maior, como por exemplo Lajeado e Lageado Alto, onde formavam um sub núcleo. Mas não era regra um mesmo imigrante ter lote no Centro da colônia e terras para lavoura fora do núcleo da colônia, pois a divisão de terras no início da colonização contemplava sempre pequenos lotes no núcleo destinado ao comércio e outras atividades como ferraria, selaria, sapateiro, etc.

É certo afirmar que os imigrantes, em sua grande maioria, eram camponeses no Norte da Itália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolhemos buscar nesta pesquisa relações do patrimônio histórico edificado no Vale do Itajaí, tendo observado por vários anos o patrimônio sendo destruído, seja por interesse de especulação imobiliária ou desconhecimento da importância que ele tem para a história. “Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações” (CHOAY, 2001, pp. 11-12).

Cada indivíduo interpreta um objeto à sua maneira. A leitura que fazemos hoje, no aqui e agora, pode não ter a mesma significação da época em que tais edifícios ou objetos tiveram quando produzidos por aqueles imigrantes. “Assim, se considerarmos que os prédios são formas de comunicação não-verbal, então estes podem ser lidos” (ZARANKIN, 2002, p. 39). No entanto, existe algo em comum às leituras feitas por qualquer indivíduo no que se refere ao nosso objeto de estudo: todos vemos nas edificações ainda conservadas, ou mal conservadas, um pouco da história do imigrante.

Nos valeremos do olhar de Othmar Seehauser (fotógrafo italiano de Bolzano) e Bruna Lago Veneri, através da publicação de *Trentini Nel Mondo – L’odissea brasiliana a Rio dos Cedros, Rodeio e Nova Trento*, que no ano de 1988 realizaram uma viagem pelo Vale do Itajaí e arredores e registraram a impressão obtida, com fotos e notas de viagem retratando o *Nuovo Mondo*, sua gente, seus produtos, seu trabalho e tradições. Entre tantas fotografias, visitas, conversas com pessoas na tentativa de retratar o cotidiano da gente, escolheu 160 fotografias daqueles três municípios.

Da questo lavoro su ter diversi paesi, tutti situati nello Stato di Santa Caterina, nel Sud Del Brasile, è nata un’única storia che rappresenta simbolicamente una sola realtà, quella degli immigrati in una terra lontana e molto diversa, ma Che, a distanza di più di cent’anni hanno saputo mantenere Le tradizioni e La lingua Del loro paese d’origine” (SEEHAUSER, 1988).

(Tradução) A partir deste trabalho, em diversos lugares diferentes, todos localizadas no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, nasceu uma única história que representa simbolicamente uma única

realidade, a de imigrantes de uma terra distante, e muito diferente, mas que, apesar da distância de mais de cem anos, têm sido capazes de manter as tradições e a língua do seu país de origem.

O nosso contato com a publicação de Seehauser nos faz confirmar uma hipótese levantada quando iniciamos nossa busca para a presente pesquisa: a de que existe uma contribuição dos imigrantes italianos na cultura do Vale do Itajaí, traduzida também através da arquitetura. Essa arquitetura está mesclada de adaptações feitas para atender às condições de moradia num clima tropical. A colônia Blumenau, a partir de seus imigrantes alemães, teve forte influência sobre as técnicas construtivas que outros grupos étnicos praticaram no Vale do Itajaí e região.

Logo após a chegada dos imigrantes, as primeiras casas eram cabanas construídas de troncos de palmeiras, cobertas de folhas que serviam como telhado. Num segundo momento, usaram em grande escala a madeira, usando tábuas como material de construção principal, agora com cobertura de telhas de barro. Num terceiro momento, com recursos obtidos com o trabalho, passaram a usar os tijolos de barro: muitas vezes os tijolos eram feitos artesanalmente, moldados e queimados no local da obra.

Queste case presero l'aspetto delle costruzioni della Germania del Nord, della Pomerania, con le necessarie modifiche per suportare le difficoltà del clima tropicale. (...) La tecnica di costruzione venne importata dalle vicine colonie tedesche, quelle Del dott. Blumenau. I trentini divennero abili muratori tato che ancora oggi molti abitanti della colônia Nova Trento, hanno fondato cooperative di muratori che prestano la loro opera intutto lo Stato di Santa Caterina (Seehauser, 1988, p.14).

(Tradução) Estas edificações têm a aparência das construções germânicas do norte, da Pomerânia, com as modificações necessárias para suportar as dificuldades do clima tropical. (...) A técnica de construir foi importada da vizinha colônia alemã, aquela do Dr. Blumenau. Os trentinos tornaram-se hábeis construtores e têm empresas de construção

que fornecem mão de obra a todo o estado de Santa Catarina.

Podemos afirmar que houve, de certo modo, miscigenação de técnicas construtivas de várias etnias, levando em conta que habitavam, nestas terras do Vale do Itajaí, o índio e também o caboclo. A inclusão de alguns elementos de arquitetura no modo como os imigrantes italianos construíram foram absorvidos de culturas já aqui existentes, além de levar em conta a disponibilidade de materiais, mão de obra e clima na região do Vale do Itajaí. Na busca pela estabilidade de vida dos imigrantes, ao longo do tempo passaram a construir de simples choupanas a edificações com materiais mais duráveis. A influência da cultura alemã sobre a cultura italiana na arquitetura foi determinante, pois os alemães já estavam presentes nessas terras, quando aqui chegaram os italianos, e dispunham de mão de obra, materiais e técnicas construtivas fornecidos pelos núcleos alemães. As adaptações da arquitetura com relação ao clima tropical também foram acontecendo; a ausência de beirais nas edificações europeias, por exemplo, não eram apropriadas ao clima tropical. Embora muitos exemplares carregam essa característica, ao modo europeu, outros foram adaptados incorporando inclusive varandas.

Julgamos conveniente acrescentar a impressão de um olhar europeu, mais precisamente do Norte da Itália, considerando as palavras de Luca Luchetta ¹⁴ a respeito da arquitetura no Vale do Itajaí:

Nella vale si possono notare la presenza di tracce dell'architettura rurale veneta in particolare nella zona di Massaranduba Luis Alves, dove si sono conservati maggiormente i caratteri della prima emigrazione. Le condizioni climatiche italiane sono assai diverse da quelle del Brasile: per cui l'architettura dei coloni si è adattata a quelle che erano le realtà del Brasile, in particolar modo comunque la casa dei contadini soprattutto quando fatta in pietra ricalca in maniera assoluta l'architettura tipica veneta mentre per le costruzioni in solo legno non vi è una diretta corrispondenza in quanto nessuna struttura in

¹⁴ Natural de Vallada (1963), Luca Giuseppe Luchetta é engenheiro formado na Università degli Studi di Padova. Ex-Prefeito de Vallada Agordina, Itália e atual Presidente da Comunità Montana Agordina (Valle del Biois), Associação que reúne 16 municípios da região do Vale del Biois. Membro do Comitê Promotor da Chiesetta Alpina (Jaraguá do Sul).

legno veniva utilizzato in passato per viverci dentro.

Si possono rinvenire tracce anche nel urbanizzazione, cioè nella gestione dello spazio con l'organizzazione con Chiesa, piazza ed abitazioni, in quanto essa ricalca quella che era il tipo di urbanizzazione tipico delle campagne italiane.

(Tradução) No Vale pode-se notar a presença de traços da arquitetura rural vêneta, em particular na zona de Massaranduba-Luis Alves, onde foram conservadas sobretudo as características da primeira imigração. As condições climáticas são muito diferentes das do Brasil: de modo especial a casa dos colonos, sobretudo quando feita de pedra, evidencia de maneira absoluta a arquitetura típica vêneta, enquanto que para as construções só em madeira não existe uma direta correspondência, visto que nenhuma estrutura de madeira era utilizada, no passado, para moradia.

Pode-se encontrar traços também na urbanização, isto é, na gestão do espaço com a organização tendo a igreja, a praça e moradias, enquanto ela mostra aquilo que era o tipo de urbanização típica dos camponeses italianos.

No confronto entre as três colônias escolhidas para estudo, com as respectivas edificações verificadas, percebemos que cada uma adaptou-se, ao seu tempo, aos materiais e mão de obra disponíveis, de acordo com o que cada uma das três famílias alcançava.

No caso da família Ronchi, podemos deduzir que já dispunham de mais recursos financeiros por adquirirem uma casa mais sofisticada para aquele tempo, de material muito durável e construída por um imigrante que possuía experiência no ofício de construtor: não foi à toa que vendeu sua propriedade à família Ronchi, porque foi requisitado para construir em outras terras, mais ao sul do Brasil. A casa hoje pertencente a Arno Ronchi permanece com sua estrutura principal e disposição dos ambientes tais como foram construídos em 1893, tendo as mesmas tábuas divisórias, a mesma escada que leva ao pavimento superior e as mesmas tábuas que compõem o soalho. Algumas alterações ao longo da história, de acordo com a necessidade dos novos tempos, foram acontecendo, mas a paisagem contempla ainda hoje o modo de vida de uma família

camponesa, onde a produção para a renda familiar é o cultivo de bananas; como antigamente, criam galinhas, patos, gado e porcos e cultivam hortifrutigranjeiros para a subsistência. Deste modo, é importante ressaltar a existência de ranchos para a produção agrícola e criação de animais. Aí se difere a arquitetura camponesa no norte da Itália, onde lá havia a construção em um único bloco abrangendo diversas funções, enquanto que aqui se construíram vários ranchos, um para cada função, tendo a casa de moradia em destaque, normalmente com jardins e horta em sua volta.

A casa da família Fiamoncini, em Rodeio, foi construída por Pasquale Fiamoncini, filho de Giosué Fiamoncini, que também era construtor, e temos notícias de que construiu muitas edificações na região. Ali, chama a atenção o esmero posto na obra, absorvendo a técnica enxaimel da cultura alemã. São notórios e marcantes alguns traços da arquitetura italiana, como a presença de arcos e a adega, sob o corpo principal da edificação, remetendo à ideia de “cantina”, presente nas edificações dos italianos. Cronologicamente, em comparação à casa no Segundo Braço do Norte, de Arno Ronchi (1893), a casa dos Fiamoncini foi construída em 1927, 34 anos depois. Em 1927 já dispunham de recursos para construir em alvenaria, mas com técnica enxaimel. Notemos que a casa de Giosué, exímio construtor, ao lado da casa de Pasquale, foi construída em 1903, e tem menos elementos arquitetônicos que lembrem uma casa alemã. A casa anterior de Giosué Fiamoncini, no mesmo lote, mais ao fundo, era de madeira, assim como os ranchos que serviam de apoio à produção agrícola e pecuária, e estavam localizados próximos ao córrego.

Do mesmo modo que a casa de Pasquale, a casa de Adair Cestari foi construída em 1926 com mão de obra vinda de Nova Trento: também aí percebemos que após muitos anos de trabalho na lavoura conseguiram pagar as dívidas com o Estado e, já com os recursos disponíveis, adquiriram um lote no Centro da colônia e construíram casa de alvenaria. As edificações da família de Adair Cestari, na colônia, onde lavravam a terra e tinham animais na produção pecuária, eram todas em madeira.

Com referência à paisagem desses lugares, que foram núcleos de imigrantes italianos, podemos observar a disposição de edifícios intrínsecos àquela cultura: o templo católico, a escola e a praça. Esse conjunto era o local onde se reuniam para discutir os problemas advindos na busca pela estabilidade na vida em terras brasileiras. Alguns desses núcleos, distantes do centro administrativo da colônia, tornaram-se, mais tarde, cidades, como é o caso de Luís Alves, Rodeio, Botuverá e Rio dos Cedros.

Em nossa busca nos deparamos com muitas edificações que remetem à história da imigração no Vale do Itajaí. Muitas delas não puderam ser incluídas neste trabalho, porque o tornaríamos extenso demais. Cada edificação tem sua história, cada família tem seu relato, mas nem todas as pessoas descendentes daqueles imigrantes têm o desejo de manter viva a história, através da arquitetura. Talvez por razões culturais e econômicas, vemos muitas obras de valor histórico desaparecerem da paisagem. Nossa contribuição é no sentido de realçar a importância desse patrimônio, a importância de valorizar a cultura desses imigrantes. É um patrimônio disperso mas de grande importância na cultura do estado de Santa Catarina, pois as condições daqueles imigrantes do norte italiano foram peculiares em nosso estado e, graças à contribuição do trabalho e cultura deles, podemos considerar o Vale do Itajaí como um lugar com grande diversidade no desenvolvimento cultural e industrial.

REFERÊNCIAS

ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. **Brusque era maior**: viajantes do tempo. Itajaí: S & T Editores, 2006.

ARCHITETTURA rurale della Valle del Biois – **Piccolo catalogo delle tecniche costrutrive esposte allá mostra della Valle Del Biois in miniatura**. Realizzato com la collaborazione di: Union Ladina Val Biois.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARQUIDIOCESE de Florianópolis. Disponível em:
<http://arquifln.org.br/box_001.php?cod_052=49&cod_link=28>.
Acesso em 31 out. 2011.

ASSELVI. **As primeiras casas de Rio dos Cedros**. In *As Primeiras famílias trentinas de Rio dos Cedros*. Indaial: Editora Asselvi, 2006, p.100.

_____. **Colonização italiana no Rio Grande do Sul**. In *Eles não serão esquecidos*. Indaial: Editora Asselvi, 2008, p.114.

BARTHOLAZZI, Rosane Aparecida. **Os italianos no noroeste fluminense**: Estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950). Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BENTO GONÇALVES (RS). Disponível em: <<http://www.bento.goncalves.rs.gov.br/a-cidade/historia-da-imigracao>>. Acesso em: 27 out. 2016.

BERTUZZI, Paulo Iroquez. Elementos da arquitetura da imigração italiana (121-154), in WEIMER, Günter. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Paulo Iroquez Bertuzzi [et. al.] Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 224p.

BERRI, Aléssio. **Imigrantes italianos, criadores de riquezas.**

Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.

BERTOLDI, Frei José. SCOTTINI, Frei Guido. **Rodeio 1875-1975.**

Aspectos de sua história e de sua gente. 1. ed. Blumenau: Gráfica 43 S.A. Indústria e comércio – Blumenau: Rodeio. 1 ed. 1975.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil; PIMENTA, Margareth de C. A. O patrimônio industrial e a cidade contemporânea. In: CASTELLS, Alicia Norma González de. Nardi, Letícia (org.). **Patrimônio cultural e cidade contemporânea.** Florianópolis: Editora UFSC, 2012, pp. 159-177.

BLUMENAUONLINE. Disponível em:

<http://www.blumenauonline.com.br/conheca_blumenau/cultura_arquitetura.aspx>. Acessado em 6 jul. 2010.

BOHN, Antônio Francisco. **Dalle stelle dell’orsa alla croce del sur – Do Vale Del Biois ao Vale do Itajaí:** Uma colônia Bellunese em Luiz Alves. Blumenau: Gráfica e Editora 3 de Maio Ltda., 2015.

_____. **A evangelização no Vale do Rio Luís Alves-** Centenário da Paróquia São Vicente de Paulo (1912-2012). Jaraguá do Sul: Impressul, 2012.

_____. **Paróquia Sagrado Coração de Jesus – Massaranduba – SC –** Uma história centenária: 1911-2011. Massaranduba: Espaço Comunicação, 2011.

_____; TANCON, Iria (org.). **Emigrantes italianos do Valle del Biois.** Carla Andrich: pesquisa das origens. Jaraguá do Sul: Carreira Editor, 2016.

BONATTI, Pe. Mario. As primeiras casas de Rio dos Cedros. In **As primeiras famílias trentinas de Rio dos Cedros.** Blumenau: Asselvi, 2006, p. 100.

BORTOLINI, Lino. **Fatos e retratos.** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2000.

CANI, Iracema Maria Moser. **Rodeio: histórias e memórias**. Indaial: Editora Uniasselvi, 2011.

_____. **Rodeio Vale dos Trentinos**, Compendio. 1. ed. Rodeio: Prefeitura Municipal de Rodeio, 1997.

CARUSO, Mariléa Martins Leal; CARUSO, Raimundo C. **Imigrantes 1748-1900**. Viagens que descobriram Santa Catarina. Tubarão: Unisul, 2007.

CASTELLS, Alicia Norma González de. NARDI, Leticia (orgs.). **Patrimônio cultural e cidade contemporânea**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CECCHETTO, Alberto. **Paesaggi e architetture del Trentino**. Verona (Itália): Cierre edizione. 1998.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Edunesp, 2001.

COLE, Emily. **A gramática da arquitetura**. Livros e Livros, 2003. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arco_pleno>. Acesso em: 5 jul. 2010.

Conheça a História de Rodeio. Disponível em: <<http://www.rodeio.sc.gov.br/conteudo/?item=11378&fa=8365&PHPSESSID=hd3afqmvv07g8t0ltpm84216>>. Acesso em: 7 nov. 2009.

CSA Arquitetura. **Cartilha para construção de casas de taipa em pau-a-pique**. Disponível em: <<http://tec-01.blogspot.com.br/2011/05/pau-pique.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenção em jardins históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2004. 152p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabricio. **Representações da Cidade**: discussões sobre a história de Timbó. Blumenau: Edifurb, 2008.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU. **Blumenau em cadernos**. Blumenau: Editora Cultura em Movimento, 2007.

GOULART FILHO, Alcides. **Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina**. Florianópolis: Editorada UFSC, 2013.

GRIGOLLI, Giorgio. **Trentino da ricordare (1948-1978)**. Trento (Itália): Vallagarina Arti Grafiche R. Manfrini, 1978.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GUIDI, Eduardo Zons. **Victor Antônio Peluso Júnior**: Pioneiro da geografia catarinense. 1998. Tese (Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutor em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. – Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

IPHAN. 11^a Superintendência Regional IPHAN. **Santa Catarina o patrimônio do imigrante**.

_____. 11^a Superintendência Regional IPHAN. **Santa Catarina Projeto**: Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina. Dossiê de tombamento, Volume I.

MAAR, Alexander; PERON, André; DEL PRÁ NETO, Fernando. **Santa Catarina**: História, espaço geográfico e meio ambiente. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

MAJCHER, Olga Piazeria; BOHN, Antônio Francisco; BRUGANAGO, Flávio José. **Monumento ao imigrante alpino** = *Monumento all'emigrante alpino*. Jaraguá do Sul: Edição dos Autores, 2015.

_____; SCHMIDT, Norberto Augusto (*in memoriam*). **Busca das raízes**. Jaraguá do Sul: Edição dos Autores, 2003.

MATTOS, Tarcísio. **Alicerces da memória** - 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, 2008.

MOSIMANN, João Carlos. **Catarinenses: Gênese e história**. Florianópolis: Edição do Autor, 2010.

NIEBHUR, Marlus. **Memórias de Porto Franco...** Botuverá: a sua história. Brusque: Editora Nova Letra, 2005.

_____. (org.). **Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem**. Brusque: Prefeitura de Brusque, 2012.

Nova Trento. Disponível em:

<<http://www.guiatrip.tur.br/guiatrip/index.php?/Table/Nova-Trento/>>
Acesso em: 23 out. 2011.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades; tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Editora Insular, 2006.

Patrimônio Histórico. Disponível em:

<<http://dehonbrasilnoticias.blogspot.com.br/2008/08/reforma-na-igreja-de-nereu-ramos-jaragu.html>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

PELUSO JR., Victor A. **Tradição e plano urbano: cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina**. Contribuição ao 2º Congresso Nacional de Folclore. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Disponível em:

<<http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/publicacoes/Documents/publicacao-formacao-socioespacial.doc>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

PIAZZA, Walter. **A Epopeia Açóric-Madeirense. 1748-1756**. Florianópolis, Ed. da UFSC, Ed. Lunardelli: 1992.

PIAZZA, Walter F. (org.). **Italianos em Santa Catarina**. v. I. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001.

_____. (org.). **Italianos em Santa Catarina**. v. II. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001.

PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. A Formação das cidades e das paisagens da imigração em Santa Catarina: memória e preservação. XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Anais...** Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<http://xiisimpurb2011.com.br/gt13/>> Acesso em: 20 nov. 2012.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. **Revista Dynamis**, v.6, pp. 61-83, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: Cem anos de história** – Do povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Século Catarinense, 1997.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **Colonização Italiana no Vale do Itajai-Mirim**. Dissertação (Mestrado em Ciências, com especialidade em História), junho de 1979.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NASCKE, Anelise; REIS, Maria José. **São Francisco do Sul: Muito além da viagem de Gonneville = *Bien au-delà Du Voyage de Gonneville***. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

Santuário Santa Paulina. Disponível em: <<http://www.santuariosantapaulina.org.br/viewpage.php?chave=igreja-de-vigolo>> Acesso em: 30 out. 2011.

SCHMITT, Padre José Francisco. As origens e a vinda dos imigrantes a Jaraguá. In: **Dehonianos em Jaraguá do Sul e os 50 anos de noviciado**. Jaraguá do Sul: Impressul, 2006, pp. 21-38.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Povoamento, imigração e colonização: A fundação de Blumenau e de Joinville**. Joinville: Impressora Alvorada Ltda., 1983.

SEEHAUSER, Othmar; VENERI, Bruna Dal Lago. **Trentini nel mondo**; L'odissea brasiliana a Rio dos Cedros, Rodeio e Nova Trento. Trento (Italia): Manfrini Editori, 1988.

SIEBERT, Claudia. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Editora da Furb, 1997.

SILVA, Emílio da. **Jaraguá do Sul, II Livro** – Um capítulo da povoação do Vale do Itapocu. 3. ed. Jaraguá do Sul, Edição do Autor, 2005.

SILVA, Marilda R. G. Checcucci Gonçalves da. **Imigração italiana e a vocações religiosas no Vale do Itajaí**. Campinas: Editora da Furb/Editora da Unicamp/Centro de Memória da Unicamp. 2001.

SPEZIA, Maria Ivoni Campigotto. **Memórias italianas**: história da família Feder Bacalim. Jaraguá do Sul, Design Editora Ltda., 2007.

TANCON, Iria. **Dialeto vêneto-canalim** – Ponte entre Belluno e o Vale do Itajaí. Jaraguá do Sul: Design Editora Ltda., 2011.

THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas (orgs.). **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

WAIBEL, Léo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

ZARANKIN, A. **Paredes que domesticam**: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - OS PRIMEIROS MORADORES DE RODEIO

Lote N°	Nome dos colonos e familiares	Área m ²	Auxílios recebidos
4	Antonio Beber, de Pergine. Esposa: Cândida Dellai e 3 filhos: Francesco 15 anos; Maria 9 e Tereza, 1 ano.	197.000	476\$780
5	Domênico Anderle, de Pergine. Esposa: Rosa Beber e 3 filhos: Achille, com 10 anos, Rosa Maria 7 anos e Domênica, 9 anos.	197.000	490\$260
9	Felice Fachini, de Vigolo Vattaro. Esposa: Maria Anna Andreatta e 6 filhos: Vittorio, 13 anos; Rachele, 11 anos; Philomena, 12; Oliva, 11; Beniamino, 7 e Angela 1 ano.	197.600	595\$380
10	Luigi Negehbon de Cagno. Esposa: Adelaide Pretti e 3 filhos: Luigi, com 5 3 anos e Giuseppe, com 1 ano.	196.900	253\$000
11	Paulo Valcanaia, de Roncegno. Esposa: Fiorentina Casagrande e 6 filhos: Anna, com 15 anos; Paulina, 14; Paulo, 10; Clementina, 7; Rosa, 6 e Giuseppe, 1 ano.	193.900	645\$500
12	Escola		
12A	Cemitério		
13	Domenico Pacher e esposa Domênica Frainer, de Roncegno.	195.100	240\$600
14	Giovanni Pacher, de Roncegno. Esposa: Maria Croce Zem e 6 filhos: Domênico, 20 anos; Giuseppe, 12; Paolo, 11; Bazilio, 8; Maria, 3 e Ferdinando 2 anos.	192.100	599\$000
15	Giorgio Stulzer, de Trento. Esposa: Catharina Beber e 2 filhos: Beniamino, com 23 anos e Catarina, com 7 anos.	176.700	400\$420
16	Domênico Pinzigher, de Pergine. Esposa: Catharina Purcher e 4 filhos: Domênica Bárbara, com 12 anos; Domênico, 9; Fortunata 6 e Giuseppe 3 anos.	196.000	456\$700

17	Antonio Uller, de Roncegno. Esposa: Albina Zurlo e 2 filhos: Antonio, 7 anos e Rosa, 3 anos.	160.600	584\$880
18	Daniele Fontana, de Roncegno. Viúvo de Angela Moron, falecida em Modane em 21.5.1875 e 1 filha: Maria, com 1 ano.	204.500	381\$060
19	Domênico Gottardi, de Roncegno. Esposa: Anna Furlani e 1 filha: Maria, com 1 ano de idade.	159.600	295\$760
20	Giovanni Cuore, de Roncegno. Esposa: Rosa Debortoli e 1 filha, com 16 anos. Transferido a Giuseppe Dana.	211.600	384\$140
21	Quirino Frainer, de Roncegno. Esposa: Lúcia Angeli e 4 filhos: Alessio, com 22 anos; Domênica, 12; Francesco, 9 e Amábile, com 3 anos. Transferido a Alessandro Bogo.	212.700	487\$320
22	Francisco Spagola. Transferido a Paulo Pacher, de Roncegno, solteiro.	213.600	112\$500
29	Giovanni Baptista Campregher Fº, de Borgo Pergine, solteiro, 18 anos.	211.000	129\$740
30	Giovanni Baptista Campregher, de Bogo Pergine. Esposa: Barbara Ferrari e 4 filhos: Giovanni Baptista Campregher Fº, 18 anos; Anna, 11; Giuseppe, 8 e Luigi, 6 anos.	211.300	...
31	Carlo Giotti, de Pavarola. Turin, 27 anos, solteiro.	211.380	128\$020
34	Pietro Scottini, de Terragnolo- Revoreto. Esposa: Domênica Turle e 4 filhos: Pietro, com 23 anos; Giudita, 20; Giovanni, 17 e Giocinto, com 15 anos.	214.100	147\$000
36	Alessio Frainer, de Roncegno, 22 anos, solteiro.	212.700	221\$720

TÍTULOS ENTREGUES EM 15 DE OUTUBRO DE 1875

38	Virgilio Valler, de Fornace. Esposa: Tereza Steneck e 1 filha: Maria, com 18 anos.	240.800	473\$741
----	--	---------	----------

39	Francesco Fronza , de Civezzano. Esposa: Margherita Luiziotti e 6 filhos: Catharina, com 17 anos; Appolonia, com 14; Emmanuele, 11; Maria 10; Francesco, falecido em 11.10.76 e Rosina, com 4 anos.	199.200	...
40	Vvº. Francesco Fronza	211.800	219\$100
44	Gicacomo Girardi , de Fornace, 17 anos, solteiro, filho de Bortulo Girardi.	221.600	418\$000
52	Antonio Stolf , de Fornace. Esposa: Maddalena e 5 filhos: Antonio, 20 anos; Benedeto, 19; Maddalena, 17; Fortunato, 15 e Giuseppe, 9 anos.	210.000	373\$910
45	Antonio Stolf , de Fornace, 20 anos, solteiro.	201.660	158\$000
47	Gaspere Berri , de Borgo Goardi, Pávia. Esposa: Maddalena Tomelin.	202.650	328\$580
48	Giovanni Baptista Pisetta , de Fornace, 19 anos, solteiro.	205.100	...
49	Antonio Tomelin , de Fornace. Esposa: Maddalena Stolf e mãe Marianna Pisetta Tomelin, viúva de Antonio Tomelin Senior.	205.460	383\$700
51	Alfonso Tomelin , de Fornace, 23 anos, solteiro. Nota: Em 30.3.1879 casou com Maria Pezzi, de 16 anos, de Serso (Trento).	308.550	132\$500
54	Giovanni Baptista Agostini , de Fornace. Esposa: Maria Cristofolini e 4 filhos: Antônio, com 17 anos; Emmanoelle, com 15 anos; Rosa, com 11 e Paolo, com 1 ano. Transferido a Antonio Agostini.	215.300	349\$100
55	Bórtulo Girardi , de Fornace. Viúvo de Domênica Steneck e 5 filhos: Giácomo Girardi, com 17 anos; Maria, Donênico, Bórtulo, com 14 e Luigia, com 3 anos.	211.100	421\$500
56	Constante Pisetta , de Fornace. Esposa: Tereza Scarpa e 5 filhos:	209.300	436\$400

	Antônio, com 21 anos; Giovanni Baptista, 19; Leopoldina, 17; Lorenzo, 8 e Tereza 7 anos.		
57	Giácomo Lorenzi , de Fornace. Esposa: Giulia de Carli e 2 filhos: Domênica, com 19 anos e Giácomo, com 15 anos.	210.100	353\$500
59	Domênico Pisetta , de Fornace. Esposa: Maria Anna Gili e 5 filhos: Plácido, com 28 anos; Pacífica, com 27; Regina, 26; Columba, 16 e Erneste, 13 anos. Transferido a Plácido Pisetta.	203.960	439\$600
60	Mansueto Cristofolini , de Fornace. Esposa: Tereza Rocabrum e 3 filhos: Virgílio, com 18 anos; Tereza, 15 e Domênico, com 13 anos.	209.100	580\$280
EM 21 DE NOVEMBRO DE 1875			
61	Bórtulo Franzoi , de Vígolo Vattaro. Esposa: Antonia Giacomelli e 4 filhos: Rosa, 16 anos; Xaverio, 15; Domênica, 13 e Giuseppe, com 5 anos.	207.600	456\$280
62	Nicolao Tamanini , de Vígolo Vattaro. Esposa: Giovanna Tamanini e 3 filhos: Domênica, com 11 anos; Catharina, com 5 anos e Teodolinda, com 2 anos.	208.500	569\$840
63	Emmanuele Pintarelli , solteiro, natural de Cavedino.	205.850	263\$300
68	Ermenegildo Manfrini , de Revoreto. Esposa: Tereza Rigon e 3 filhos: Maria, com 5 anos; Angela, com 2 e Celestina, com 1 ano.	214.250	424\$920
71	Francesco Pandini , de Rovereto. Esposa: Giustina Peruzzie 2 filhos: Giuseppe, com 3 anos e Enrica, com 1 ano.	209.450	521\$280
72	Antonio Lunelli , de Civezzano. Esposa: Margarida Girardi e 5 filhos: Maria, com 17 anos; Adelaide, com 12; Giácomo, com 9; Giovanni, com 6 e Cêsare, com 7 anos.	224.100	649\$520

77	Ermínio Meneghelli , de Venécia. Esposa: Maria Trevisani e 3 filhos: Ida, com 5 anos; Luigia, com 2 e Ércole, com 1 ano.	205.990	536\$900
78	Giovanni Dematé , de Matarello. Esposa: Lucia Padoni e 3 filhos: Domênica, com 18; Giovanni, com 16 e Lucia, com 14 anos.	180.600	526\$440
EM 28 DE NOVEMBRO DE 1875			
81	Giácoco Carlini , de Matarello, solteiro.	206.120	320\$580
82	Giosué Fiamoncini e esposa Speranza Ferrazzi.	190.900	175\$860
84	Giuseppe Fiamoncini , de Matarello. Esposa: Elisabeth Benini e 2 filhos: Mathilde, 16 anos e Giácoco 11 anos.	201.200	378\$500
87	Giuseppe Fiamoncini .	200.500	527\$750
89	Francesco Baldo , de Sacco, Tr. Esposa: Maria Albertini e 5 filhos: Emma, com 10 anos; Maria, 7; Fortunato, 4; Giuseppe, 2 e Palma, com 1 ano.	210.900	680\$000
EM 20 DE DEZEMBRO DE 1876			
91	Graziozo Gonzatti , de Patono, Tr. e esposa Angela Adami.	202.900	239\$920
92	Giorgi Sardagna , de Cognola, Tr. Esposa: Maria Cainelli e filhos 4: Maria, com 15 anos; Domênico, com 10, Vittoria, com 9 e Luigi com 8 anos.	108.200	698\$470
93	Francesco Tomaselli , de Pergine. Esposa: Marianna Anderle e filho Giovanni, com 10 anos.	199.600	379\$780
95	Giovanni Baptista Leonardo Scoz , de Cognola, Tr., 23 anos, solteiro, padeiro.	187.800	255\$500
96	Domênico Scoz , de Cognola, Tr. Viúvo e 5 filhos: Giuseppe, com 25 anos; Giovanni Baptista Leonardo Scoz, 23; Bartholomeo, 21; Leonardo, 13 e Amábile, 16 anos, transferindo a Leonardo Scoz.	185.800	...

83	Giovanni Baptista Leonardo Scoz , de Cognola, Tr. 23 anos, solteiro.	189.520	319\$780
104	Bernardo Fiamoncini , de Matarello com esposa Margarida Frissera e 5 filhos: Margherita, 19 anos; Massemina, 17; Philomena, 12; Giovanni, 7 e Giuseppe.	242.800	522\$580
107	Giuseppe Tambosi , de Berzerello. Esposa: Rosa Roberti e 4 filhos: Luigia, 14 anos; Thereza, 6; Roberto, 5 e Rachele, 1 ano.	203.000	744\$320
108	Giovanni Lunelli , de Civezzano. Esposa: Applolonia Zambelli e 1 filho: Domênico, de 1 ano.	238.738	442\$260
109	Constante Feller , de Bezerello. Esposa: Margherita Goller e 1 filha: Amelia, de 1 ano.	220.302	421\$240
110	Giovanni Baptista Fronza , de Civezzano. Esposa: Domênica Bampi e 3 filhos: Antonio, 19 anos; Maria, 15 e Giuseppe, 10 anos. Transferido a Giuseppe Fronza.	230.700	138\$640
111	Luigi Noriller , de Bezerello. Esposa: Mathilde Plotegher e 5 filhos: Giuseppe Giovanni, 16 anos; Anna Rosa, 15; Albino, 13; Luigi, 10 e Bazilio, 2 anos.	235.412	...
112	Domênico Adami – Transferido a Casemiro Adami.	220.200	...
114	Domênico Adami , de Bezerello. Esposa: Luigia Feller e 6 filhos: Angela, 24 anos; Paola Domênica, 15; Maria, 9; Beniamino, 4; Emilio 2 e Luigi 1 ano.	210.000	476\$920
115	Vicenzo Plotegher de Bezerello. Esposa: Giovanna Piva e 4 filhos: Anna Catharina, 19 anos; Illuminata Domênica, 14; Cecilia, 13 e Domênico, 5 anos. Transferido a Domênico Plotegher.	211.810	426\$640
120	Giácomo Bertoldi , de Trento. Esposa: Fortunata Sampiedri e 1 filho: Albano, com 3 anos. Transferido a Luigi Bertoldi F°.	200.000	415\$400

**EM DATAS POSTERIORES, RECEBERAM SEUS TÍTULOS
DE POSSE OS SEGUINTES IMIGRANTES**

7	Giuseppe Stulzer , transferido a Vittorio Fachini.	198.600	...
8	Isidoro Pietro	198.000	108\$000
22A	Domênico Pinzigher	220.437	...
23	Giovanni Longo , transferido a Giuseppe Longo.	194.600	...
24	Giovanni Dana , de Castelnuovo. Esposa: Catharina Torghele e 5 filhos: Fiorentina, 15 anos; Giovanni, 13; Cândido, 4; Giuseppe, 2 e Natale, 1 ano.	211.600	604\$600
25	Batista Roza , adquirido de Gabriele Tiso.	209.000	446\$640
26	Domênico Delai , de Pergine. Esposa: Thereza Toller e 1 filho: Felice, com 22 anos. Transferido a Felice Dellai em 7.5.1881.	209.700	254\$040
27	Alessandro Bombasaro , de Novaledo. Esposa: Rosa Franzoi e 1 filha: Tereza, com 1 ano.	218.400	309\$680
28	Giovanni Stiz , de Novaledo. Esposa: Anna Debrole 4 filhos: Manoele, 16 anos; Luigi, 8; Giovanni, 6 e Maria, falecida em 28.09.1876, com 18 meses.	205.800	450\$820
32	Camilo Cholli	211.600	419\$480
33	Beniamino Stulzer , de Vignola, 23 anos solteiro – transferido a Giuseppe Stulzer , em 10.06.1892.	214.180	419\$480
35	Giuseppe Tambosi , de Serse, 18 anos, solteiro, adquirido de Francesco Pezzi, em 1894.	214.000	...
37	Manoele Stiz , de Novaledo, filho de Giovanni Stiz, adquirido de Domênio Girardi.	213.900	...
41	Giácomo Anesi , de Piné, Tr. Esposa: Lucia Valentini e 3 filhos: Giácomo, 21 anos; Maria, 10 e Catharina 3 anos.	311.700	477\$080
42	Enrico Girardi , filho, de Fornace. Solteiro, adquirido de Viúva Fadanelli.	317.700	...
43	Luigi Berlofa , de Trento. Esposa: Letizia Melro e 2 filhos: Rosália, 15	194.860	356\$320

	anos e Annunciata, 13 anos. Transferido a Pietro Sevegnani.		
46	Viúva Nicolao Tamanini , de Vigolo Vattaro, adquirido de Giovanni Theis	208.500	128\$000
48A	Virgilio Cristofolini , de Fornace. Solteiro, adquirido de Batista Batisti.	208.600	11\$280
49B	Giovanni Fava	57.663	...
50	Eusebio Tomelin , de Fornace, 20 anos solteiro.	219.460	...
53	Enrico Girardi , de Fornace. Esposa: Maria Valentini e 3 filhos: Enrico, 9 anos; Giudita, 3 e Romana, 1 ano.	307.700	457\$780
58	Clemente Girardi , de Fornace, solteiro.	210.800	...
64	Antonio Tambosi , de Serso. Esposa: Domênica Guardia e 3 filhos: Giuseppe, 18 anos; Modesta, 14 e Angela, 8 anos. Transferido a José Xaverio Tambosi em 1º.10.92	319.350	...
65	Giácómo Moser , de Serso. Esposa: Francesca Furlani e 2 filhos: Virginia, 17 anos e Pietro, 14 anos. Transferido a Pietro Moser, filho.	206.600	333\$500
66	Giovanni Rigoni	218.300	...
67	Giácómo Moratelli , de Vigolo Vattaro. Esposa: Domênica Franzoi e 2 filhos: Bárbara, 12 anos e Emmanoele, 10 anos. Transferido a Emmanoele Tambosi.	207.596	...
73	Domenico Ochner – de Civezzano, solt.	205.170	...
74	Marcello Pezzini , de Nonesino. Esposa: Angela Vittori e 1 filho: Alfonso, 2 anos. Adquirido de Eugenio Trevisani em 07.02.1894.	217.160	...
75	Nicoló Sardagna , de Civezzano. Esposa: Domenica Nardelli. Transferido a Donato em 04.09.1892.	217.200	...
76	Andreas Venturi , de Trenzano, Brescia, solteiro.	212.660	159\$500
79	Celestino Cristofolini , de Fornace, filho de Domenico Cristofolini e Domênica Scarpa. Transferido a Domicio Destefani.	207.540	...
80	Pietro Pegoretti , de Matarello, solt.	156.100	428\$040

85	Francesco Frainer , de Fornace, solteiro, filho de Quirino Frainer	180.00	279\$500
86	Carl Depiné e Esposa Thereza Fadanelli.	199.800	...
88	Giovanni Baptista Pasqualini , de Matarello. Esposa Catharina Bridi e 2 filhos: Batista, com 7 anos e Amábile, com 13 anos.	189.600	...
90	Daniele Dellagiustina , de Revine, Tr. Esposa Lucia e 2 filhos: Sebastiano, 16 anos e Maria, 10 anos. Transferido ao filho Sebastiano.	178.800	...
94	Mansueto Rosá	182.366	...
97	Giuseppe Bomvechio , de Trento. Esposa: Fortunata Sinci e 3 filhos: Maria, 12 anos, Gulhelmo, 5 e Rosa 1 ano. Transferido ao filho Gulhelmo Bonvechio, em 10.12.92	170.800	...
98	Valentino Fruet , de Pergint. Esposa: Maria Tonet e filha: Anna, com 1 ano.	175.760	...
99	Pietro Bridi – Transferido a Viúva Bridi, em 09.12.92	161.577	...
100	Antonio Moser , de Piné. Esposa: Domênica Madre e 4 filhos: Antonio, 22 anos; Agostino, 20; Luigi, 19 e Giuseppe 15 anos.	196.230	...
101	Giácomo Furlani , de Vigolo Vattaro, 25 anos solteiro.	129.700	...
102	Augusto Moser – transferido a Luigi Delphin	149.336	...
103	Giuseppe Moser , de Piné, solteiro, filho de Antonio Moser.	186.650	...
105	Antonio Pasqualini , de Trento. Esposa: Ursula Baldessari e 1 filha: Rosa Domênica, 17 anos.	196.768	...
113	Batista Batisti	220.200	...
106	Pietro Raiser , de Centa. Esposa: Angela Campregher e 1 filha: Palmira, 1 ano.	245.950	292\$640
116	Candido Pintarelli , de Castagne, Tr. Esposa: Catharina Anderle e 1 filha: Fortunata, com 1 ano.	200.00	329\$920
117	Antonio Fronza Filho, de Civezzano, 20 anos, solteiro.	218.560	654\$500
118	Pietro Moser , filho, de Perfine,	220.000	...

	filho de Giacomo Moser.		
129	Casimiro Adami	214.290	...
121	Domênico Pasqualini	152.400	...
122	Beniamino Adami , filho de Domenico	151.500	...

Fonte: Disponível em: <<http://familiabriatore.blogspot.com.br/p/os-primeiros-moradores-de-rodeio.html>>. Acesso em: 16.11.2016

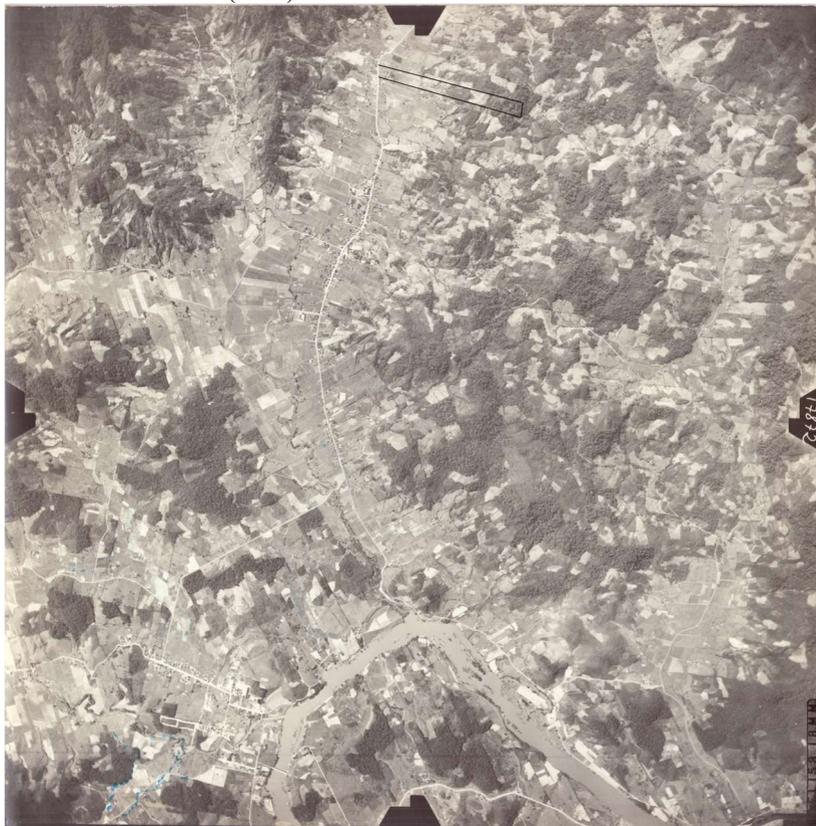
ANEXO B- MEMÓRIA FOTOGRÁFICA

Retratos dos primeiros tempos nas colônias: a derrubada da mata, a construção das primeiras choupanas de palha e a fixação das famílias nos lotes ¹⁵



¹⁵ Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, **Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina** – Dossiê de Tombamento Histórico, Análise e Mapeamento das regiões. V. 1. Florianópolis: IPHAN, 2009, pg. 107

Foto aérea de Rodeio (1957) - Autoria do Exército Brasileiro



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Indaial

Família Pinotti, em Brusque (1924). Os mais velhos, sentados, Thereza Lui Pinotti e Giuseppe Pinotti (italianos), bisavós do Autor; os tios (da esquerda para direita): Evalda, Hercílio e Isadora; atrás, de pé, da esquerda para direita, Artur Pinotti, Avó Anna Borgonovo Pinotti (com Emília, mãe do Autor, no colo), Augusto Pinotti, avô do Autor e os boleadeiros Oliver Zike e Napoleão Guarnieri.



Fonte: Acervo do Autor

Casa de madeira em Botuverá



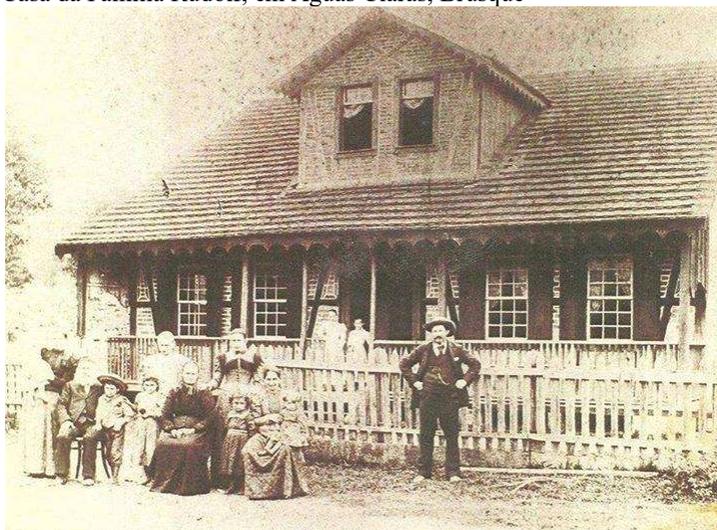
Fonte: Foto cedida pelo Arquivo Histórico de Botuverá

Residência e comércio de Augusto Pinotti e Anna Pinotti.
Construída no início do sec. XX e demolida nos anos 90



Fonte: Foto de Vera Lúcia Pinotti. Acervo do Autor

Casa da Família Rudolf, em Águas Claras, Brusque



Fonte: Acervo da Família Rudolf

Capela construída por imigrantes e descendentes em Botuverá



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 19 jan. 2017

Casas de madeira em Botuverá



Fonte: Elaborado pelo autor, tomada em 19 jan. 2017

Casa Eurides Silveira

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Imóveis que emanam memórias e costumes

**CASA EURIDES SILVEIRA**

Localizada na Rua Ricardo Luiz Floriani, na localidade de Ribeirão Grande do Norte, a CASA EURIDES SILVEIRA foi construída com a técnica de alvenaria autoportante e com características italo-brasileiras, teve um pedido de tombamento voluntário. Uma vez tombado, o imóvel continua sendo dos proprietários; pode ser vendido, alugado ou cedido, desde que não tenham alteradas as suas características físicas. Outras vantagens são: a possibilidade de participação de editais para obter recursos para sua restauração e manutenção, seguindo critérios de preservação do estilo arquitetônico original e; isenção tributária municipal sobre o imóvel é mais um dos benefícios aos de um bem tombado.

“Trata-se de uma forma de preservar não somente características arquitetônicas e modelos construtivos, mas seus hábitos e história.”

Saiba mais em www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural
<http://patrimonioculturaldejaraguadosul.blogspot.com.br/>



Fonte: <http://patrimonioculturaldejaraguadosul.blogspot.com.br/>.

Casa Vittorio Schiochet (1922)



Fonte: IPHAN

BENS TOMBADOS E PROCESSOS DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO (Atualização: 25.11.2016)

LOCALIZAÇÃO: SC Jaraguá do Sul

INFORMAÇÕES: Edificação

SOBRE O BEM: Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina

DADOS DO PROCESSO INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO:
Casa Schiochet, Vittorio (Processo nº 1.548 / 2007 TOMBADO -set-15)